

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva

**A compreensão da medida e a medida da compreensão:
origens e transformações dos testes psicológicos**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL: HISTÓRIA DA
PSICOLOGIA

São Paulo

2010

Maria Cecilia de Vilhena Moraes Silva

A compreensão da medida e a medida da compreensão:
origens e transformações dos testes psicológicos

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social: História da Psicologia, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Carmo Guedes

São Paulo
2010

Banca Examinadora

Agradecimentos

Esta talvez seja a página mais ansiada e a mais difícil de escrever deste trabalho. Ansiada, por representar a conclusão da tese. Difícil, porque certamente cometerei injustiças, tão grande foi o apoio que recebi de meus colegas e alunos da PUC, amigos e familiares. Corrirei o risco. Aos injustiçados, peço desculpas, de coração.

Agradeço profundamente a:

Maria do Carmo, orientadora e amiga, por me pegar pela mão e me apresentar à História da Psicologia.

Colegas do Núcleo de História da Psicologia (NEHPSI), pela paciência, estímulo e sugestões.

Luis Claudio Figueiredo, pelo constante estímulo e inspiração.

Eliane Scherb, pela força de caráter e companheirismo em nossas batalhas.

Beth Montagna, Cris Rosenthal e Claudinei Affonso, amigos queridos, pela disponibilidade constante, “escuta compreensiva” e reforço sempre positivo.

Egberto, Pedro, Thais, Francisco, Laurita e Thomas, pelo sentido que dão à minha história.

Aos meus alunos do Curso de Psicologia da PUC-SP, campi Monte Alegre e Barueri, a motivação maior para a realização deste trabalho.

Leitura de uma onda

O senhor Palomar procura agora limitar o seu campo de observação; se ele considerar um quadrado, digamos, de dez metros de mar, pode fazer um inventário completo de todos os movimentos de ondas que ali se repitam com variadas frequências, num dado intervalo de tempo. A dificuldade consiste em fixar os limites do quadrado, porque se ele considerar, por exemplo, como lado mais distante de si a linha mais proeminente de uma onda que avança, esta linha, ao aproximar-se dele e ao elevar-se, esconde aos seus olhos tudo aquilo que está por detrás dela; e eis que o espaço tomado em consideração se inverte e se reduz ao mesmo tempo.

De qualquer modo, o senhor Palomar não desanima e pensa, em cada momento, que viu tudo aquilo que podia ver a partir do seu ponto de observação; mas acaba por aparecer sempre qualquer coisa que ele não tinha tomado em consideração. Não fora esta sua impaciência por alcançar um resultado completo e definitivo através da sua operação visual, o observar das ondas seria para ele um exercício muito repousante e poderia salvá-lo da neurose, do enfarte e da úlcera gástrica. E talvez pudesse ser essa a chave para dominar a complexidade do mundo, reduzindo-a ao seu mecanismo elementar.

Ítalo Calvino (As Férias de Palomar, Na praia)

Título: A compreensão da medida e a medida da compreensão: origens e transformações dos testes psicológicos

Palavras-chave: história dos testes psicológicos, abordagem nomotética versus idiográfica, Francis Galton, Alfred Binet, identidade profissional do psicólogo, testes psicométricos, técnicas projetivas

RESUMO

Desde sua criação, os testes psicológicos têm sido usados em diferentes contextos, subsidiando decisões que afetam a vida de muitas pessoas. Seu uso adequado tem, como condição fundamental, o conhecimento de seus pressupostos teóricos e de suas limitações. O objetivo deste trabalho é explicitar tais pressupostos e demonstrar que o rótulo genérico “testes psicológicos” é inadequado para abrigar a diversidade de instrumentos do exame psicológico existentes. Com base em Pierre Bourdieu, considera-se o conhecimento científico como uma atividade social, sendo a conformação de um campo científico decorrente da configuração das forças que o compõem e de seus respectivos pesos em um dado momento histórico. Procura-se recuperar a trajetória de Alfred Binet e de Francis Galton, dois dos principais atores do campo do exame psicológico, abordando o contexto pessoal, social e histórico em que desenvolveram suas obras, e a influência de suas ideias na conformação posterior do campo. A partir disso, procura-se diferenciar técnicas projetivas e testes psicométricos, discutir as implicações de considerá-los sob o mesmo rótulo na conformação do campo do exame psicológico no Brasil de hoje e apontar aspectos importantes da formação do psicólogo para o uso adequado desses instrumentos.

Title: Comprehending measures and measuring comprehension: origins and transformations of psychological tests

Keywords: history of psychological tests, nomothetic versus idiographic approaches, Francis Galton, Alfred Binet, professional identity of psychologists, psychometrical tests, projective techniques

ABSTRACT

Since they were created, psychological tests have been used in different contexts to support decisions that affect the life of many people. If they are to be used properly, it is critical to know both their underlying theoretical assumptions and their limitations. This thesis aims to bring to light such assumptions and to demonstrate that “psychological tests”, as a generic label, is not suited for the broad array of psychological assessment techniques available today. Based on the work of Pierre Bourdieu, who considers scientific knowledge as a social activity and the conformation of scientific fields as stemming from the configuration of the forces that conform it in a given historical period, this thesis investigates the trajectory of Alfred Binet and Francis Galton, two important actors of the psychological assessment field, considering the personal, social and historical context of their work, and the influence of their contributions to the subsequent conformation of this field. The differences between projective techniques and psychometrical tests are highlighted and the implications of considering both as “psychological tests” for the conformation of the psychological assessment field in Brazil, today, are discussed. A few issues regarding the education of qualified psychologists for the proper use of these techniques are also considered.

Titre: La compréhension de la mesure et la mesure de la compréhension: origines et transformations des tests psychologiques

Mots clés: histoire des tests psychologiques, approche nomothétique contre approche idiographique. Francis Galton. Alfred Binet. Identité professionnelle du psychologue, test psychométriques, techniques projectives

RESUMÉ

Depuis leur création, les tests psychologiques sont utilisés dans de différents contextes et permettent des décisions qui affectent la vie de plusieurs personnes. Leur usage adéquat a comme condition fondamentale la connaissance des présupposés théoriques et des limitations de ces outils. L'objectif de cette étude est d'explicitier tels présupposés et de démontrer que cette dénomination générique « tests psychologiques » est inadéquate pour embrasser la diversité des outils des examens psychologiques déjà existants. Ayant comme repère Pierre Bourdieu, on considère la connaissance scientifique une activité sociale, et la conformation d'un champ scientifique est due à la configuration des forces qui le composent et de leurs poids à un moment historique précis. Le but est de récupérer la trajectoire d'Alfred Binet et de Francis Galton, deux des principaux protagonistes dans le domaine de l'examen psychologique, de faire l'approche du contexte personnel, social et historique dans lesquels ils ont développé leurs œuvres, et d'identifier l'influence de leurs idées dans la conformation postérieure du champ. À partir de là, on cherche à différencier techniques projectives et tests psychométriques, à discuter les implications de les considérer sous la même dénomination dans la conformation du champ de l'examen psychologique au Brésil de nos jours et à relever les aspects importants de la formation du psychologue dans le but d'un usage adéquat de ces outils.

PRÓLOGO¹

Meu contato com os testes psicológicos se deu ainda durante a graduação em Psicologia, quando, fiz um estágio de dois anos no Setor de Saúde Mental do Departamento de Pediatria do Hospital das Clínicas – a semente do que, anos depois, viria a ser o Instituto da Criança. Após me formar, novas oportunidades profissionais se apresentaram: passei a trabalhar em psicodiagnóstico no Departamento de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, onde fui aprovada por concurso; indicada pela Professora Odette de Godoy Pinheiro, então responsável pelas disciplinas de Técnicas do Exame Psicológico da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, ministrei aulas de Técnicas do Exame Psicológico por dois anos na UNIP; logo em seguida, assumi essas disciplinas na PUC-SP, onde estou até hoje. Depois da experiência no HCUSP, tive oportunidade de trabalhar no IRESP – um centro de reintegração social e profissional para egressos do sistema prisional. Posteriormente passei a oferecer serviços de assessoria de Recursos Humanos, paralelamente às atividades de psicodiagnóstico e atendimento psicológico em consultório particular. Em todas essas áreas de atuação, dois fatores sempre foram constantes: o uso de instrumentos de investigação psicológica e o contato com profissionais de diferentes áreas e psicólogos de diferentes visões.

A prática da investigação psicológica em diferentes contextos e a prática acadêmica sempre caminharam juntas na minha vida profissional. Na primeira, era clara para mim a interlocução produtiva entre teoria e prática, além dos óbvios benefícios, para o examinando, de um exame psicológico abrangente – fosse no âmbito da psiquiatria, das dificuldades escolares, do preenchimento de uma vaga adequada ao perfil pessoal de um candidato ou de um egresso do sistema prisional. Tornava-se cada vez mais clara, também, a necessidade de articulação de dados de diferentes fontes, incluindo as várias abordagens ao desempenho do indivíduo no próprio teste, para se chegar a uma apreciação mais fidedigna do seu modo de funcionamento frente a tarefas diversas.

Essas constatações da prática sempre se refletiram nas minhas atividades acadêmicas. Acredito que o principal instrumento de uma investigação psicológica é o próprio psicólogo. Assim, como professora de várias disciplinas associadas ao

¹ Este trabalho contou com apoio financeiro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

psicodiagnóstico, meu objetivo prioritário sempre foi desenvolver o raciocínio clínico dos alunos, enfatizando, por um lado, a necessidade de se ir muito além da mera avaliação quantitativa, e, por outro, a explicitação de que o raciocínio clínico usado no contexto do psicodiagnóstico, com instrumentos padronizados, é o mesmo empregado na investigação em situações menos estruturadas. Observação cuidadosa e flexibilidade no levantamento de hipóteses, assim como rigor na fundamentação das mais plausíveis, sempre foram competências que procurei desenvolver nos alunos, em todos os cursos que ministrei. Além disso, o uso das técnicas estruturadas para o desenvolvimento inicial das competências necessárias à prática clínica sempre me pareceu muito proveitoso no curso de Psicologia. Por outro lado, constantemente alerto os alunos quanto aos riscos da confiança cega nos resultados quantitativos, principalmente em instrumentos de aplicação coletiva, nos quais o contato com o testando se resume a uma folha de respostas – em nossos dias, muitas vezes preenchida por meio do computador. Com o objetivo de contribuir para o uso qualificado das técnicas projetivas, publiquei um livro de apoio para o uso e a interpretação desse instrumento (*TAT: análise de interpretação do teste de apercepção temática*, pela EPU, 1988), traduzi a obra de Irwing Weiner, *Principles of Rorschach Interpretation*, para a Casa do Psicólogo (2000) e, mais recentemente, contribuí com três capítulos, um deles em coautoria com a profa. Dra. Maria Elisabeth Montagna, para o livro *Atualizações em métodos projetivos para a avaliação psicológica*, organizado por Anna Elisa Villemor-Amaral e Blanca Susana Guevara Werlang, para a mesma editora (2008).

Por conta de minha atuação nas áreas clínica e acadêmica, permaneci atenta às críticas voltadas às técnicas do exame psicológico. Muitas chamavam a atenção para a necessidade de constante revisão dos instrumentos, para o uso abusivo de testes em contextos não adequados para seus objetivos e para outras questões cruciais relacionadas à utilização responsável dessas técnicas. Via de regra, essas críticas são procedentes, mas algumas são permeadas de preconceito e carecem da fundamentação esperada em discussões que se desenvolvem nos ambientes acadêmicos e científicos. Particularmente em relação aos métodos projetivos, muitas desconsideram a natureza específica desses instrumentos, colocando-os na categoria ampla dos “testes psicológicos”, sem levar em consideração sua natureza idiográfica e, portanto, pautada fundamentalmente na apreciação qualitativa do desempenho. Do público leigo esse tipo de indiferenciação não causa surpresa; mas o mesmo não se pode esperar dos

profissionais da área da psicologia. Críticas são sempre bem-vindas, mas só serão construtivas se partirem de um nível de conhecimento suficiente daquilo que se critica.

Às pouco fundamentadas procurei responder com argumentação compatível com as exigências do rigor científico. Já as críticas fundamentadas sempre serviram de estímulo para a reflexão e a busca por evidências. Um exemplo disso é o frequente questionamento, por parte de colegas e de alunos, quanto à validade do Teste de Apercepção Temática de Henry Murray (TAT), dado seu aspecto claramente característico da época de sua criação (1935). Essa questão tornou-se o problema central de minha dissertação de mestrado, defendida em 1983. Nesse trabalho, desenvolvi uma série paralela, “modernizando” alguns estímulos do instrumento mais nitidamente datados, e comparei, entre outros aspectos, o grau de projeção provocado pelos estímulos adaptados e pelos estímulos originais. Para minha surpresa, constatei que os estímulos originais eliciaram maior grau de projeção e, portanto, ainda se mostram mais adequados aos objetivos do TAT.

Com a resolução 002/2003, o Conselho Federal de Psicologia, órgão da categoria profissional dos psicólogos, propôs-se a atender “à necessidade de se iniciar um trabalho pioneiro no Brasil e no mundo: criar condições de avaliação dos Testes Psicológicos em uso” (CD-ROM Testes Psicológicos, disponível em http://www2.pol.org.br/satepsi/CD_testes). O que de início parecia ser apenas uma avaliação da atualidade e qualidade do material associado aos testes psicológicos, revelou-se uma camisa-de-força para a prática clínica tanto nas áreas tradicionais como em novos campos, como o da Neuropsicologia. A adoção de critérios basicamente quantitativos pela comissão responsável pela “aprovação” dos vários instrumentos, numa abordagem marcadamente psicométrica, incorreu no mesmo erro de classificação dos métodos projetivos como “testes” que “medem” algum construto. Se alguns desses instrumentos até permitem atender aos critérios estabelecidos – como é o caso do Psicodiagnóstico de Rorschach – outros, principalmente as técnicas expressivas, são totalmente incompatíveis com esse tipo de validação, como é o caso do Teste de Completamento de Desenhos de Wartegg (WZT).

Como sempre, procurei usar a argumentação científica para apontar o que me parecia uma interpretação equivocada do que seja, estritamente, um teste psicológico. Em conjunto com a professora Maria Elizabeth Montagna, convidamos colegas para

² Este estudo foi enviado ao Conselho Federal de Psicologia e fundamentou a “autorização” do uso do TAT pelo órgão.

uma discussão profunda desses critérios ainda em 2003, na PUC-SP. Várias manifestações foram enviadas ao Conselho Federal de Psicologia, sem nenhum efeito.

No caso do WZT, procurei demonstrar algumas evidências de validade e precisão do instrumento de acordo com os parâmetros impostos pelo órgão. Enviei uma pesquisa feita com 100 indivíduos e, após meses de espera, recebi um parecer negativo. Procurei atender às lacunas apontadas e, após mais alguns meses de espera, recebi novo parecer em cuja redação, é importante ressaltar, podiam ser observados graves erros conceituais, além de exigências praticamente impossíveis de atender no médio prazo. Frente à sugestão de colegas de tentar mais uma vez enviar a pesquisa para “aprovação”, concluí que os esforços necessários para a empreitada praticamente impossível solicitada no segundo parecer certamente seriam inúteis. O caminho não era esse. Para mim, já não era suficiente tentar “provar” a validade de tal ou tal instrumento segundo critérios dos quais eu discordava; parecia-me inútil demonstrar o equívoco da visão do CFP quanto à natureza dos métodos projetivos: a discussão já ganhara espaço unilateral³ na mídia, em matérias publicadas em periódicos não especializados, como a revista *Isto É*, e em jornais como a *Folha de São Paulo*, com manchetes desabonadoras como “Testes Nota Zero” e depoimentos negativos de “especialistas”.

Outra possibilidade então se revelou: a de tentar compreender *por que* as coisas haviam chegado a esse ponto. O que teria ocorrido entre a criação da primeira escala de inteligência por Binet e a profusão de inventários de personalidade e escalas de natureza psicométrica (os primeiros aprovados pelo CFP), tão em voga na atualidade? A que demandas os testes psicológicos atendiam em suas origens e passaram a atender – ou a não atender – ao longo de sua história?

Para responder a essas questões, constatei que era preciso investigar a própria história dos “testes psicológicos”. Contar essa história é a proposta central deste trabalho.

³ Tentei, sem sucesso, obter espaço de resposta ou oportunidade de dar uma entrevista de esclarecimento nos seguintes meios de comunicação de grande circulação em São Paulo: *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*; Revista *Isto É*; Revista *Veja*.

Sumário

Introdução	13
I. As origens 19	
I.1. Francis Galton (1822-1911)	19
I.1. 1. Considerações sobre a trajetória	34
I.2. 1. O legado de Galton	41
I.2. Alfred Binet (1857-1911)	42
I.2.1. Considerações sobre a trajetória	54
I.2.2. O legado de Binet	56
II. Da Europa para os Estados Unidos: diferenças, distorções, desdobramentos 60	
II.1. A psicologia nos Estados Unidos: os usos sociais da psicometria	60
II.2. A investigação da personalidade	69
II.2.1. No continente europeu	69
II.2.2. Nos Estados Unidos	73
III. Os testes psicológicos no Brasil	79
Discussão	84
Da aproximação à reificação	84
A submissão ao método clínico	87
Medir não é compreender	91
Conclusão	100
Referências bibliográficas	
Créditos das fotografias	

Figuras

Figura 1. Francis Galton	19
Figura 2. Alfred Binet	42
Figura 3. Imigrantes chegam aos Estados Unidos	60
Figura 4. Deborah Kallykak	64
Figura 5. Manifestação pró-eugenia em Wall Street (NY)	64
Figura 6. Carl Gustav Jung	70
Figura 7. Hermann Rorschach	71
Figura 8. Medeiros e Albuquerque	79

INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX o uso de testes psicológicos em diferentes contextos e para os mais variados fins expandiu-se rapidamente.

O uso e o abuso dos testes psicológicos, uma seção sempre presente nos livros de História da Psicologia, têm sido tema de críticas contundentes, como, por exemplo, em *Usos e abusos da psicologia*, de Hans Eysenck (1956), *A falsa medida do homem*, de Stephen Jay Gould (1991), e *História da Psicologia*, de David Hothersall (1984), entre outros.

Mas exatamente o que seriam testes psicológicos? Sob a clássica definição de testes como medidas objetivas e padronizadas de uma amostra de comportamento (Anastasi, 1990), encontra-se uma grande diversidade de técnicas com diferentes metodologias e fundamentos epistemológicos, assim como requisitos distintos de competência do psicólogo para desenvolver um exame psicológico fidedigno.

Embora se observe a incorporação de novas tecnologias aos processos de aplicação e avaliação desses instrumentos, como softwares que geram relatórios e aplicações via Web, a forma como os testes utilizados hoje se estruturam é praticamente igual à forma como se estruturavam os criados nas primeiras décadas do século XX. Aceita-se que uma amostra do comportamento de um indivíduo, obtida em situações controladas (padronizadas), por meio de um instrumento submetido a estudos de determinada natureza (estatística) fornecerá, ao psicólogo, as informações necessárias para apreciar habilidades cognitivas, características de personalidade ou outros aspectos considerados relevantes para a tomada de decisões que poderão afetar profundamente a vida do indivíduo testado (tratamento psicológico, encaminhamento educacional, contratação em uma empresa, orientação vocacional etc.).

De onde veio essa segurança? Quais são os pressupostos dessa prática e dessa confiança? Segundo Martin (1997), as ligações entre psicologia, estatística e probabilidade no século XX estão longe de ser perfeitamente compreendidas. Para o autor, as vias pelas quais as técnicas estatísticas e probabilísticas permitiram o desenvolvimento de instrumentos de mensuração e quantificação de aspectos psicológicos são praticamente desconhecidas.

Este trabalho tem como objetivos contribuir para esclarecer esse ponto e defender a tese de que o rótulo genérico “teste psicológico” é inapropriado para abrigar dois conjuntos de técnicas de exame psicológico cujos fundamentos históricos, epistemológicos e metodológicos são absolutamente distintos – a saber, as de base psicométrica e as que são subordinadas ao método clínico. Para isso, pretende-se recuperar a história dos testes

psicológicos, desde as primeiras tentativas de mensuração na Psicologia, até a consolidação dos programas de testagem em massa nos Estados Unidos e a transposição dos modelos de avaliação da inteligência para as técnicas de investigação da personalidade.

Aqui, a atividade científica, e particularmente o domínio da investigação psicológica, são entendidos como atividades sociais desenvolvidas por indivíduos específicos que vivem sob determinadas condições temporais e culturais.

A ciência, uma vez que deve ser executada por seres humanos, é uma atividade de cunho social. Seu progresso se faz por meio do pressentimento, da visão e da intuição. Boa parte das transformações que sofre ao longo do tempo não corresponde a uma aproximação da verdade absoluta, mas antes uma alteração das circunstâncias culturais, que tanta influência exercem sobre ela. Os fatos não são fragmentos de informação puros e imaculados; a cultura também influencia o que vemos e o modo como vemos. (Gould, 1981, p. 5-6)

A invenção dos “testes psicológicos” confunde-se com as origens da própria Psicologia como ciência. A partir do estabelecimento do Laboratório de Psicologia de Leipzig, em 1875, considerado o marco inicial da psicologia científica, a nova ciência, recém emancipada da Filosofia, mas bastante ligada à Fisiologia, procura afirmar-se como um saber de conteúdos próprios. Os primeiros testes psicológicos entendidos como provas padronizadas destinadas a vários indivíduos remontam pelo menos aos estudos das capacidades psicossensoriais humanas empreendidas pelos psicofisiologistas alemães do século XIX; os indivíduos eram usados como representantes universais de todos os homens para o estudo de questões fundamentais a respeito do funcionamento da mente. Por definição, essas provas permitiam avaliar somente os processos “inferiores”, como a velocidade de resposta a estímulos sensoriais, ou a capacidade de discriminar dois estímulos auditivos ou visuais. Uma segunda vertente foi desenvolvida na Inglaterra, por Francis Galton, para quem o exame padronizado de um grande número de indivíduos revelaria as diferenças mentais entre eles e eventualmente poderia fundamentar um projeto político para o aprimoramento da espécie humana. Uma terceira abordagem, na França, representada por Alfred Binet, era essencialmente clínica, equivalente à do médico que examina seus pacientes para chegar a um diagnóstico que fundamente um encaminhamento. Como veremos, de efeito relativamente limitado em seus países de origem, as duas últimas abordagens são integradas quando a escala criada por Binet é levada para os Estados Unidos, onde se consolidará a psicometria, com grande impacto sobre os usos dos testes psicológicos, a profissão de psicólogo e o papel da Psicologia na vida da população.

Sob a perspectiva dos usos sociais da ciência de Pierre Bourdieu, pretende-se analisar o papel de Francis Galton e Alfred Binet na conformação da Psicologia como campo científico e no delineamento da prática do profissional do psicólogo que viria a se consolidar nas primeiras décadas do século XX, assim como os pressupostos subjacentes à obra desses autores e as transformações sofridas com o passar do tempo.

Para Bourdieu (1997), um campo científico, como todo campo social, é um campo dinâmico determinado pela configuração das forças que o compõem e pelo embate entre elas. A dominação de determinadas forças sobre outras, em um dado momento, se dará no sentido de conservar ou transformar o campo.

Trata-se de um espaço relativamente autônomo, com regras próprias, criado por seus agentes. Sua existência se deve às relações objetivas que se configuram entre os agentes; os princípios do campo são determinados pela estrutura dessas relações e definem o conjunto de objetos relevantes para os que participam do campo, estabelecendo o que deve ser pesquisado, as questões merecedoras dos esforços dos pesquisadores e aquelas que não merecem atenção. Essa estrutura pressionará todos os agentes presentes no espaço, mas a intensidade da pressão será maior sobre os que têm menos força no campo. A força de um determinado agente para conformar um dado campo aos seus desejos, seja no sentido de conservá-lo ou de transformá-lo, dependerá de três fatores que deverão ser considerados em suas relações com a totalidade do espaço científico e com a força de todos os demais agentes: o volume de capital científico do agente, sua posição na estrutura das relações e seu *habitus*.

Por capital científico entende-se uma espécie particular do capital simbólico constituído no próprio campo, algo próximo à noção de prestígio. O agente é identificado como detentor de capital científico pelos demais agentes no interior do campo graças ao reconhecimento de sua competência, o que lhe assegura o status de “autoridade” nesse espaço. O agente portador de um bom volume de capital científico terá mais oportunidades para estabelecer as regras do jogo, definir como se dará a distribuição dos lucros no jogo e as leis que estabelecerão, por exemplo, por que vale a pena escrever sobre um determinado tema, e não outro, ou por que se deve divulgar a produção em determinadas publicações, e não outras. Ou seja, portadores de grande volume de capital científico terão maior facilidade para conformar o campo aos seus desejos, uma vez que sua autoridade é consenso entre seus pares.

As oportunidades que um agente específico terá para conformar as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à força que ele detém sobre o campo, mais especificamente à sua posição na estrutura da distribuição do capital. A posição dos agentes na estrutura depende do seu volume de capital científico num dado momento e de seu peso

relativo em todo o espaço, o que inclui o peso de todos os outros agentes. Obviamente, os que nascem no campo têm maior domínio das leis que lhe são imanentes e, assim sendo, terão maior probabilidade de antecipar as tendências do campo. Nas palavras de Bourdieu, “como o bom jogador de *rugby* sabe para onde a bola vai cair, o bom cientista é aquele que, sem ter necessidade de calcular, de ser cínico, faz as escolhas que compensam.” (1997, p. 28)

De modo geral, os agentes que ocupam posições mais favorecidas no campo tenderão a conservá-lo. Porém, nem todos os que se encontram em posições mais desfavoráveis reagirão necessariamente da mesma forma às pressões que lhes são impostas, mesmo que seus volumes de capital científico ou posições na estrutura sejam equivalentes. Essas diferenças são atribuídas ao *habitus*: maneiras de ser relativamente permanentes que o indivíduo adquire com o tempo e em suas experiências sociais; elas podem impulsioná-los a opor-se às forças do campo com maior ou menor intensidade, ou mesmo a esforçar-se mais ou menos ativamente para modificar o campo e adequá-lo às suas disposições. O conceito de *habitus* vai além do indivíduo: envolve um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas (Vasconcelos, 2002).

Além da configuração do campo científico e da singularidade de seus integrantes, é preciso levar em conta que esse espaço está contido em um campo social mais amplo a cujas pressões ele também está sujeito. O grau em que determinado campo sofre, ele mesmo, as pressões das leis sociais que lhe são externas depende do seu grau de autonomia. Um campo autônomo é relativamente refratário às influências externas; suas atividades e a validade dos seus enunciados precisam ser submetidas exclusivamente ao arbítrio do próprio campo. Já um campo heterônomo terá, no seu interior, a expressão dos problemas externos, particularmente os políticos; o autor destaca que estes últimos, em nome de princípios heterônomos, permitem a intervenção de pessoas pouco competentes nas lutas internas, e dessa forma impedem as trocas racionais (Bourdieu, 1994, 1997).

Este trabalho pretende abordar a constituição original do campo do exame psicológico, a partir da vida e do contexto histórico e social em que seus dois principais agentes, Francis Galton e Alfred Binet, desenvolveram suas contribuições.

Considerando que o modelo de historiografia das ciências naturais não é adequado para a história da psicologia (Figueiredo, 1987), deixaremos de abordar histórias regionais, sem dúvida interessantes, para priorizar o movimento do projeto da psicologia em si. Nesse sentido,

Apreendê-lo [esse movimento] seria exatamente a meta de uma história da psicologia entendida como história dos conflitos, de suas origens na vida e da sociedade e da cultura, de suas implicações teóricas, ideológicas e políticas. Uma história da psicologia como esta, ainda por fazer, teria uma função essencial na formação do psicólogo e deveria ser contemplada em todos os currículos de graduação (Figueiredo, 1987, pp. 206-207)

Tendo em vista o exposto acima, este trabalho tem como objetivo demonstrar: (1) a inadequação do rótulo “testes psicológicos” aos instrumentos de exame psicológico subordinados ao método clínico; (2) as implicações dessa inadequação para o assim denominado, hoje no Brasil, campo da avaliação psicológica, e para a formação do psicólogo que fará uso desses instrumentos.

No capítulo I são apresentadas as trajetórias e o legado das duas principais figuras na criação de testes psicológicos, a saber, Francis Galton e Alfred Binet, abordando o habitus, a posição e a influência no campo científico desses autores, assim como o grau de autonomia do campo do exame psicológico¹.

O capítulo II aborda a transposição das propostas de Galton e Binet para os Estados Unidos e os principais agentes da consolidação do uso de testes nesse país, assim como o papel dos testes psicológicos na conformação da identidade profissional dos psicólogos nos Estados Unidos. São abordados também os caminhos do exame da personalidade nesse país e no continente europeu.

O capítulo III apresenta como os instrumentos do exame psicológico foram introduzidos no Brasil, suas principais aplicações e sua influência na conformação da atuação dos psicólogos no nosso país.

Seguem-se a discussão dos pressupostos teóricos subjacentes aos diferentes métodos do exame psicológico, destacando as diferenças existentes entre testes psicométricos e técnicas projetivas, seguida de uma reflexão sobre as tendências atuais do campo da avaliação psicológica no Brasil à luz da subjetividade contemporânea, destacando também alguns aspectos associados ao papel das universidades e à formação do psicólogo nesse contexto.

¹ A trajetória de Francis Galton terá, como principais fontes, as obras de autores atuais como Brookes (2004), Fancher (1989; 2001), Waller (2004) e White (2006), além da autobiografia *Memories of My Life* (disponível em <http://galton.org/books/memories>). A trajetória de Alfred Binet se baseará fundamentalmente na obra *Alfred Binet*, de Theta Wolf (1973), considerada referência para a biografia de Binet, adotada aqui como fonte primária. Serão usadas também as contribuições de Schneider (1992), Siegler (1993) e Zazzo (1993). Para ambos os autores foram consultadas também obras gerais de história da psicologia (Fancher, 1973; Hothersall, 1984; Hunt, 1993; Goodwin, 2005). Os textos originais de Galton foram obtidos em <http://galton.org/books>. Parte da obra original de Binet foi obtida em <http://gallica.bnf.fr> e nas traduções para o inglês em Pollack e Brenner, 1969.

I. As origins

I.1. Francis Galton (1822-1911)



Figura 1. Francis Galton

O menino prodígio

Na cidade de Birmingham, Inglaterra, entre os anos de 1765 e 1813, um grupo de industriais, filósofos naturalistas e intelectuais proeminentes promove reuniões informais regulares para a troca de ideias. Em 1775, o grupo adota formalmente o nome *Lunar Society*, pois os encontros se dão nas noites de lua cheia, quando o luar ilumina as ruas escuras. Além de fomentar a troca de ideias, a sociedade estreita os laços entre as mais destacadas famílias da revolução industrial. Nesse ambiente, a família de Samuel Galton une-se à família de Erasmus Darwin por meio do casamento de seus filhos, Samuel Tertius Galton e Violetta Darwin. Ela é uma mulher vibrante e pouco convencional, ao contrário do marido, homem sério e dedicado ao trabalho, com pouco tempo para outros interesses que não a administração da instituição bancária e da fortuna herdadas do pai. Entre 1808 e 1816, o casal tem seis filhos – dois meninos (Darwin e Erasmus) e quatro meninas (Elizabeth Anne, Lucy Harriot, Millicent Adèle e Emma Sophia). Quando, em 1821, a família se muda para uma área nobre ao sul de Birmingham, Violetta acredita que sua prole está completa. Um ano após a mudança, nasce Francis Galton.

Cercado de irmãos mais velhos, o pequeno Francis é alvo dos mimos constantes de suas irmãs já adolescentes; particularmente Adèle, que nascera com um problema na coluna que a obrigava a manter-se deitada a maior parte do tempo, vê no irmão a possibilidade de ter uma vida mais plena, responsabilizando-se por sua educação. Para isso, ela mesma retoma os estudos. A intensa dedicação de Adèle logo mostra seus frutos: aos 12 meses, o pequeno Francis já reconhece todas as letras maiúsculas do alfabeto; aos 18 meses domina o alfabeto grego; aos 2 anos e meio lê seu primeiro livro e, pouco depois, já escreve seu nome.

A precocidade de Galton é motivo de grande orgulho para a família, que registra e documenta boa parte de suas proezas (Fancher, 1983). O pequeno Francis tem consciência de suas realizações e do apreço da família por seus dotes intelectuais. Um dia antes de completar 5 anos, ele escreve uma carta para a irmã Adèle:

Eu tenho quatro anos e posso ler qualquer livro inglês. Eu posso dizer todos os Substantivos e Adjetivos e verbos ativos e mais 52 linhas de poesia em Latim. Eu posso fazer qualquer soma e sei multiplicar por 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10. Também sei dizer a tabela de *pence*. Eu leio um pouco de francês e conheço o Relógio. (mencionado em Brookes, 2004, p. 18; Fancher, 1983, p. 228)²

² I am four years old and can read any English book. I can say all the Latin Substantives and Adjectives and active verbs besides 52 lines of Latin poetry. I can cast up any Sum in addition and can multiply by 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10. I can say the pence table. I read French a little and I know the Clock.

Francis é a pequena estrela da família, que insiste em exibir seus talentos para todos com quem convivem. Ter um acadêmico na família sempre foi um sonho dos Galtons anteriores à geração de Francis. Devido à religião *quaker*, não podiam se matricular nas universidades britânicas. Mas, por pressão de Violetta, a família adota a religião anglicana, o que lhes abre as portas para a educação superior. Os dois irmãos mais velhos não demonstram aptidões especiais e são encaminhados para outras carreiras. Quando Francis demonstra potencial acadêmico, é encaminhado com firmeza para o nicho tão desejado. Muito cedo ele reconhece esse dever: quando lhe é perguntado por que guarda as suas moedas, ele diz: “Ora, para comprar honras na Universidade” (mencionado em Fancher, 1983).

Alguns sinais evidenciam que a pressão sobre a criança talvez seja um tanto exagerada. Em certa ocasião, quando o pai verificava seus conhecimentos de aritmética, nota que o pequeno parece mais quieto do que o habitual. Pergunta-lhe se está cansado. O menino, então com 5 anos, responde: “Não estou cansado disso; estou cansado de mim” (idem, *ibidem*). Com o passar do tempo, Francis se torna extremamente ambicioso, com uma sede de saber insaciável e pouca disposição para aceitar suas limitações. Mas por mais impressionantes que sejam suas credenciais acadêmicas no meio doméstico, a entrada na escola deixará claro que não são as mais adequadas para o sucesso no competitivo sistema educacional britânico. A educação precoce de Galton não o preparou para esse tipo de concorrência. Sua curiosidade correu solta e ele aprendeu a se gratificar com um jogo mental um tanto exibicionista. Sua educação nos clássicos, a critério de Adèle – uma amadora que teve de se ilustrar para ensinar ao irmão – estava muito distante do exigido nas escolas. Assim, quando aos 8 anos Galton deixa o ambiente complacente em que vivia e entra no sistema educacional, sofre um choque. Sua vida acadêmica é marcada pelo distanciamento da família; nos estudos, embora se sobressaia na matemática, não chega a ser um aluno brilhante. Seus diários, e mesmo sua autobiografia, referem-se aos castigos físicos, às brigas com os colegas, mas não fazem nenhuma referência a alguma ideia intelectual. A respeito da primeira escola que frequenta dos 8 aos 10 anos, comenta em suas Memórias: “Para mim, a escola era odiosa sob muitos aspectos e prazerosa sob nenhum, portanto fiquei extremamente feliz quando me tiraram dela em 1832” (Galton, 1908, p. 18).³

Sua curiosidade indisciplinada e o exibicionismo reforçado pela família agora são aspectos negativos. Apesar do desejo extremamente forte de se destacar nos campos acadêmicos, fracassa em várias situações em que esperava ter seus dotes reconhecidos.

³ The school was hateful to me in many ways and lovable in none, so I was heartily glad to be taken away from it in 1832.

Aos 16 anos, por determinação de seu pai, passa a frequentar o hospital como aluno de medicina. O contato com o sofrimento e as doenças não é fácil. Em sua autobiografia, Galton relembra alguns episódios bastante impressionantes:

Os gritos dos infelizes que eram operados [na era pré-clorofórmio] eram típicos; na verdade, cada classe de operação parecia evocar alguma forma peculiar de grito. Tudo isso era terrível, mas apenas no início. Parecia que, depois de algum tempo, os gritos perdiam a ligação com a cirurgia, na qual toda a atenção ficava concentrada. (Galton, 1908, p. 35)⁴

A tendência em atenuar o impacto sofrido pela ênfase em certa qualidade de curiosidade diante do sofrimento ou um esforço em “objetivar” as outras pessoas, observada na citação acima, jamais o abandonaria (Fancher, 1979).

Apesar das promessas de realização dos primeiros anos de vida, Galton torna-se um estudante medíocre, para quem as honras acadêmicas nas disciplinas clássicas estavam além do seu alcance. Isso ficará particularmente evidente nos exames de Cambridge, um fracasso que o marcará para o resto da vida.

Década de 1840: fracasso e hedonismo

Aos 18 anos, por não poder se formar em Medicina devido à pouca idade, Galton interrompe os estudos na área médica e entra no curso de Matemática em Cambridge. Como sempre se destacara nessa disciplina, sente-se atraído pela oportunidade de reconhecimento de seu talento por meio de um grau *wrangler*⁵. Pela primeira vez, Francis se depara com dificuldades que não consegue superar, ainda mais no assunto em que mais se destacava. No ambiente altamente competitivo de Cambridge, Galton sai-se satisfatoriamente nos exames do primeiro ano – o suficiente para manter vivas as suas esperanças – e passa a interessar-se ativamente pelo processo de avaliação em si. Os melhores exames, pondera, diferenciam com precisão os prodígios, localizados no topo da distribuição, do resto do bando. Identifica aí a oportunidade de provar para a sociedade o seu talento excepcional. No segundo ano submete-se ao *Little Go*, um exame de classificação em turmas. Estuda bastante, mas é classificado na

⁴ The cries of the poor fellows who were operated on were characteristic; in fact, each class of operation seemed to evoke some peculiar form of them. All this was terrible, but only at first. It seemed after a while as though the cries were somehow disconnected with the operation, upon which the whole attention became fixed.

⁵ Grau concedido ao melhor colocado da classe nos exames do curso de matemática da Universidade de Cambridge. Até 1909 a classificação era publicada, sendo atribuído ao primeiro colocado o grau *Senior Wrangler*, ao segundo *Second Wrangler* e assim por diante. Os aprovados sem honra recebiam o grau *Poll* e os últimos eram conhecidos como *wooden spoons* (colheres de madeira).

segunda turma. Isso tem um efeito devastador, uma vez que vários de seus colegas se classificam na primeira turma. Logo em seguida Galton desiste de prestar o exame que poderia lhe conceder uma bolsa de estudos; começa a ter problemas de saúde, particularmente por ocasião das provas, até sofrer um colapso mental, no terceiro ano, que o afasta das atividades acadêmicas por vários meses.

No terceiro ano em Cambridge, minha saúde ruiu e tive de perder um período e voltar para casa. [...] Parecia haver um moinho dentro da minha cabeça. Eu não conseguia evitar as ideias obsessivas; às vezes eu mal conseguia ler um livro, e mesmo olhar para uma página impressa era um verdadeiro sofrimento. Felizmente eu não tinha insônia e minha digestão sofreu pouco. (Galton, 1908, p. 78-79).⁶

Após a terceira recaída, Galton abandona suas esperanças de receber honras e contenta-se em graduar-se com a classificação *poll*, sem honras, o que parece ter contribuído para uma aversão a situações que potencialmente o levem a enfrentar concorrência (Fancher, 1983; Waller, 2004).

Essa experiência o marcará profundamente. Em sua obra, *Hereditary Genius* (1869), os resultados nos exames de Cambridge serão usados para fundamentar o argumento de que a “capacidade natural”, como avaliada pelas notas nos exames de matemática, tende a ter uma distribuição normal, com uma curva bastante acentuada nos limites superiores. Na mesma obra, Galton comenta: “Eu considero a vida social e profissional como um exame contínuo. [...] O mundo, da mesma forma, mas quase inconscientemente, atribui notas aos homens”. (Galton, 1869, p. 6-7⁷)

Pressionado pelo pai, forma-se em medicina em 1844; pouco depois seu pai morre e lhe deixa uma herança significativa. Livre da pressão paterna, nem chega a tirar a licença para praticar a profissão: abandona a vida acadêmica, depois de ter frustrado todas as expectativas da família, e passa a levar a cômoda vida de um típico *country gentleman* inglês. Viaja pela Grã-Bretanha e pela África, sem qualquer objetivo que não o da busca de aventuras e do aperfeiçoamento na arte do tiro e na prática da caça.

Na década de 1840, a Inglaterra passa por um período de intensa modernização, marcado por mudanças políticas, sociais e tecnológicas.

⁶ It was during my third year at Cambridge that I broke down entirely in health and had to lose a term and go home.[...] A mill seemed to be working inside my head; I could not banish obsessing ideas; at times I could hardly read a book, and found it painful even to look at a printed page. Fortunately, I did not suffer from sleeplessness, and my digestion failed but little.

⁷ I look upon social and professional life as a continuous examination. [...] The world, in the same way, but almost unconsciously, allots marks to men.

Progresso era a palavra de ordem nas mentes de uma população convencida de sua própria onipotência. Graças ao telégrafo elétrico, a nação podia acompanhar os últimos desenvolvimentos. O trem transformava os meios de distribuição. Em 1848, o país tinha mais de 5.000 milhas de ferrovias, ligando pessoas, lugares e produção como jamais ocorrera até então. [...] Eram tempos empolgantes, otimistas, desde que não se fosse pobre ou irlandês. (Brookes, 2004, p. 66)

A atitude empreendedora se manifestava também no além-mar: Austrália, Índia, Canadá e grandes extensões da África foram incorporados ao império em expansão. Entretanto, um mapa do final da década de 1840 mostrava muitas áreas não cartografadas: regiões inteiras não passavam de contornos cujo interior permanecia vazio. Sem dúvida havia muito que fazer. Em *Memories of My Life*, Galton comenta o período, destacando as vastas regiões inexploradas e as possibilidades que se apresentavam:

Os viajantes da geração atual precisam fazer algum esforço de imaginação para se colocar na posição mental de quem vivia em 1849. Os espaços vazios no mapa-múndi eram grandes e numerosos, e a localização de várias cidades, rios e distritos notáveis não era confiável. Todo o interior da África setentrional e boa parte da África meridional eram desconhecidos do homem civilizado. [...] Era um período em que as ideias de pessoas interessadas em geografia estavam em um estado de fermentação justificável. (Galton, 1908, p. 121)⁸

Aos 26 anos, nada fizera que cumprisse a promessa de realizações da infância. Aos poucos se dá conta da falta de objetivos de sua vida e procura encontrar um rumo que integre as atividades que lhe dão prazer com metas mais ambiciosas.

⁸ Travelers of the present generation need some effort of imagination to put themselves into the mental positions of those who were living in 1849. Blank spaces in the map of the world were then both large and numerous, and the positions of many towns, rivers, and notable districts were untrustworthy. The whole interior of South Africa and much of that of North Africa were quite unknown to civilized man. [...] It was a time when the ideas of persons interested in geography were in a justifiable state of ferment.

Minhas próprias inclinações eram viajar para a África Setentrional, que tinha uma atração poderosa para quem desejava associar a alegria da exploração à de encontrar grandes presas. [...]

Mas, além de me divertir, eu queria ter um interesse mais valioso como objetivo.

Aconteceu, nesse momento crítico de minha vida, de eu estar caminhando com meu primo, Capitão Douglas Galton, R.E., na época um dos mais promissores oficiais entre os Engenheiros, e posteriormente Sir Douglas Galton, K.C. B., de quem já falei. Ele sugeriu que eu entrasse em contato com a *Royal Geographical Society*, onde eu poderia descobrir em quais locais a exploração seria particularmente desejável, e onde poderia ter certeza de receber assistência influente. Ele se ofereceu para fazer as apresentações aos membros mais importantes, o que eu aceitei com prazer. E isso determinou minha vida nos vários anos seguintes. (idem, p. 122-123)⁹

Galton, atento ao que se passa à sua volta, procura identificar as possibilidades que se apresentam e os meios para aproveitá-las. Nesse sentido, a cartografia parece particularmente promissora. É introduzido à *Royal Geographic Society* pelo primo, onde investirá seus esforços durante toda a década seguinte.

Década de 1850: o geógrafo

A década de 1850 inaugura um novo período na vida de Galton. A escolha pela geografia sem dúvida foi bem calculada e lhe rende os frutos esperados.

Parte em 1850 para a região sudoeste da África (correspondente hoje à Namíbia) e volta dois anos depois. Embora sua saúde esteja bastante abalada – o que exigirá sete meses de recuperação, incluindo uma pescaria nas águas da Noruega – o prestígio de Galton encontra-se em ascensão. Por suas medições e cartografia da região, recebe a medalha de ouro da *Royal Geographical Society*, em 1853, mesmo ano em que se casa com Louisa Butler – uma inglesa perto dos trinta anos, conservadora no comportamento e nas vestimentas, cujo humor tendia à melancolia. Poucos pontos em comum aproximam o casal: Louisa interessa-se pelas artes, particularmente pela música, e é anglicana devota; Galton jamais se interessou

⁹ My own inclinations were to travel in South Africa, which had a potent attraction for those who wished to combine the joy of exploration with that of encountering big game. [...] But I wanted to have some worthy object as a goal and to do more than amuse myself.

It happened at this critical moment of my life that I was walking with my cousin, Captain Douglas Galton, R.E., then one of the most rising officers of the Engineers, and subsequently Sir Douglas Galton, K.C. B., of whom I have already spoken. He suggested my putting myself in communication with the Royal Geographical Society, where I could learn precisely whereabouts exploration was especially desirable, and where I should be sure to receive influential support. He offered introductions to some of its leading members, which I gladly accepted, and this determined my line of life for many years to come.

pelas artes e, embora de formação *quaker*, mais pragmática, viria a flertar com o agnosticismo. Mas a noiva traz consigo um dote valioso: pertence a uma família reconhecida pelas realizações acadêmicas. Seu pai foi *senior wrangler* de Cambridge, tendo sido o mais eminente matemático do ano. Em suas memórias, Galton se refere ao porte físico do sogro e à façanha de, já na meia-idade, salvar uma mulher do afogamento, o que lhe valeu uma medalha de reconhecimento. Seus quatro irmãos também eram membros de destaque na academia. Nas palavras de Brookes (idem, ibidem), “Sob todos os aspectos, os Butlers constituíam um impressionante grupo de realizadores de destaque, um ponto focal para a alta sociedade.” O casamento garante a Galton o acesso ao círculo de intelectuais da família da noiva.

Ainda em 1853 publica *The narrative of an explorer in Tropical South Africa*, um livro de entretenimento sobre sua expedição. A obra, recheada de detalhes das aventuras de Galton na África, alcança um sucesso relativo. Segundo Brookes (2004, p. 112),

A narrativa de Galton tem um estilo de fluxo da consciência; pode ser imaginativa e encantadora, ou desordenada e entediante. Há evidências de uma notável atenção aos detalhes. Ele nunca deixa o leitor se esquecer de quantos homens, reses, ovelhas e cavalos havia com ele em qualquer ponto da viagem, mesmo que isso acarrete uma confusão quanto à sequência dos eventos. Mesmo assim, o efeito geral é impressionante.

A publicação de *Tropical South Africa* foi um movimento bastante positivo para sua carreira. Pela primeira vez Galton adquire visibilidade junto ao público e, em 1854, a *Royal Geographical Society* o elege para o seu Conselho; com isso, equipara-se ao nível de eminências como George Everest – superintendente geral da Índia, cujo nome foi atribuído ao mais alto pico da Terra – e Francis Beaufort – cartógrafo, um dos fundadores da *Royal Geographical Society*. Também reaviva antigos contatos, como Charles Darwin, o primo com quem se correspondia esporadicamente. Darwin lhe escreve:

[...] mas ontem à noite terminei de ler seu livro com tanto interesse que não posso resistir à tentação de expressar minha admiração pela sua expedição. [...] Que desafios e perigos você enfrentou [...] Eu moro em uma cidade chamada Downe [...] e me dedico à zoologia; mas os objetos do meu estudo são seres muito pequenos que, para um homem [como você] acostumado a rinocerontes e leões, pareceriam extremamente insignificantes.

(disponível em <http://galton.org/letters/darwin/correspondence.htm>)¹⁰

Valeu-lhe também um prêmio especial da sociedade francesa de geografia e abriu-lhe as portas do seletto *Athaeneum Club* – associação na qual políticos, escritores e cientistas reuniam-se para conversar ao sabor de *brandy* de alta qualidade e charutos cubanos. O

¹⁰ but I last night finished your volume with such lively interest, that I cannot resist the temptation of expressing my admiration at your expedition [...] What labours and dangers you have gone through [...] I live at a village called Down [...] and employ myself in Zoology; but the objects of my study are very small fry, and to a man accustomed to rhinoceroses and lions, would appear infinitely insignificant!

caminho promissor foi seguido de *Hints for Travellers* (Dicas para viajantes), publicado em uma edição especial do jornal da *Royal Geographical Society* em 1854, transformado posteriormente em um livreto, e de *The Art of Travel* (A arte de viajar), um campeão de vendas imediato, que ainda hoje pode ser encontrado em sua 8ª edição.

Participando dos mais diferentes subcomitês e comissões da *Royal Geographical Society*, passa a ter influência significativa sobre a política e as tomadas de decisão da instituição; ascende rapidamente e, em 1857, aos 35 anos de idade, é indicado para o cargo de Secretário Honorífico. Em 1858 conquista um cargo no Kew Observatory Management Committee, graças a seus conhecimentos sobre instrumentos de navegação e astronomia. Mas um verdadeiro furacão está prestes a se abater sobre a vida intelectual da Europa. Em 1859, Charles Darwin, o primo que acima afirmava se dedicar a coisas insignificantes, publica *A Origem das Espécies*. O impacto da obra de Darwin vai muito além das fronteiras da biologia. A “sobrevivência do mais apto” e a “luta pela sobrevivência” são metáforas poderosas que encontram rápida ressonância social em uma Grã-Bretanha cada vez mais mecanizada e industrializada. O darwinismo social imiscui-se em todas as profissões, classes e grupos, à medida que a Europa se torna obcecada pelas noções de indivíduo, raça e conflitos nacionais.

Galton, que aos 37 anos pouco fizera que merecesse reconhecimento, não fica imune a esse arrebatamento – nem deixa de perceber o potencial de projeção aí existente.

Década de 1860: a grande guinada

No início da década de 1860 Galton conta com algum reconhecimento profissional, mas em termos pessoais e sociais encontra-se em um impasse. Considerado uma pessoa ríspida, sem sensibilidade social, criara atritos praticamente insolúveis na *Royal Geographical Society*, a ponto de precisar abandonar o cargo de secretário honorífico. Passa a voltar atenção principalmente para a meteorologia: coletando informações simultâneas sobre o tempo em diferentes lugares, representa-as sob a forma de mapas meteorológicos, os primeiros do mundo. Mas o interesse pelo tema dura pouco. Em sua obra *Meteorographica*, publicada em 1862, afirma ser impossível estudar cientificamente o tempo naquele momento, dada a fraca infra-estrutura para pesquisa e a falta de dados suficientes. Seus atritos constantes com Robert FitzRoy, até então o único pesquisador de destaque na área, também o levam a dedicar cada vez menos tempo ao assunto. Em 1863 FitzRoy se suicida, não sem antes

desqualificar a obra de Galton, considerando-a apenas um experimento não concluído, sem fundamento em fatos ou teorias plausíveis (Waller, 2004). As possibilidades de projeção na área parecem definitivamente enterradas.

Segue-se uma tentativa fracassada de criar uma revista científica, *The Reader*. Além disso, não consegue ter filhos e envolve-se em iniciativas um tanto erráticas, como abordar cientificamente o preparo do chá ou calcular a quantidade de ouro existente no mundo. Galton se encontra em um beco sem saída, tanto pessoal quanto profissional. É quando seu interesse começa a se voltar para as ciências da vida. Estreita os laços com os naturalistas que conheceu na *Royal Geographical Society* e no *Athaeneum Club*, e logo se torna membro da *Ethnological Society*, da qual se torna Secretário Honorário em 1863. Paralelamente, ingressa no clube dos alpinistas e passa a ter os naturalistas como companheiros constantes em suas escaladas na Inglaterra e no exterior.

Nessa época começa a desenvolver vários projetos que possam ser de interesse dos darwinistas. Em 1863, apresenta um artigo à *Ethnological Society* no qual, por meio de uma análise claramente darwinista, procura explicar por que alguns animais podem ser domesticados e outros não. O tema dificilmente foi escolhido ao acaso: Darwin era fascinado por animais domesticados; Sir John Crawford, Presidente da *Ethnological Society* e notório anti-evolucionista, recentemente proferira uma palestra sobre a relação entre animais domésticos e o homem. Embora tenha enviado uma cópia do artigo para o primo, Galton não recebe resposta; seu esforço não tem o impacto que esperava no restrito grupo. No final de 1864 ou início de 1865 ele se debruça sobre outro assunto — a hereditariedade mental — que lhe parece relevante e central para os esforços dos darwinistas em implicar a humanidade no processo evolucionário. O artigo contém os primeiros estudos estatísticos de famílias de eminências, as ideias básicas de eugenia e testagem de inteligência e várias noções associadas aos fundamentos da genética do comportamento. É provável que Galton esperasse uma boa receptividade, entre os darwinistas, da ideia de que uma das características aparentemente “especiais” do homem estava sujeita a leis de hereditariedade básicas. Mas *Hereditary Talent and Character* não consegue estimular reações positivas imediatas. Pouco depois, Galton sofre um colapso nervoso e, no período entre 1865–68, praticamente não produz nada. Teria o fracasso de sua segunda tentativa de agradar aos darwinistas contribuído para isso? Para Waller (2004), a coincidência entre a recuperação de Galton e a aceitação tardia de suas ideias por Darwin e seu grupo, em 1868, corrobora essa hipótese; mas, mais importante, essa aceitação lhe dá alento para retomar o tema da hereditariedade mental. Em 1869, dez anos após a publicação da obra revolucionária do primo, Galton publica *Hereditary Genius*.

A missão

O objetivo de *Hereditary Genius* é expresso de modo claro e direto na primeira frase do Capítulo Introdutório:

Proponho-me a demonstrar, neste livro, que as habilidades naturais de um homem derivam da hereditariedade e estão sujeitas exatamente às mesmas limitações da forma e das características físicas de todo o mundo orgânico (Galton, 1869, p. 1) ¹¹

Galton acredita que as variações observadas nos seres humanos são intelectuais e psicológicas por natureza. Com base em sua própria experiência, observara que, apesar de ter nascido em uma família estruturada, que lhe forneceu um rico ambiente intelectual, e de seu alto grau de motivação para se formar com honras em Cambridge, ele não fora capaz de superar o desempenho de vários de seus colegas. Assim sendo, o melhor desempenho daqueles que o suplantaram só poderia se dever a uma “habilidade natural”. Também observara a presença de eminências intelectuais *em determinadas famílias*, inclusive na sua própria – Erasmus e Charles Darwin, por exemplo, além de outros menos conhecidos. Galton pesquisa o histórico das famílias e conta quantas eminências existem em cada uma; constata que as famílias com eminências representam aproximadamente uma em cada 4000 famílias da população normal. Examina então as relações familiares entre os eminentes e verifica que cerca de 10% deles tinham pelo menos um parente que poderia ser considerado “eminência”. Mesmo levando em conta o fato de cada pessoa ter vários parentes, os valores observados excediam, em muito, o que se poderia explicar pelo acaso. A evidência concreta fora revelada, e com *Hereditary Genius* Galton pretende *provar* que era hereditária.

Fancher (1979) faz uma análise cuidadosa da argumentação de Galton nessa obra.

Os argumentos seguem três linhas: a distribuição normal, o *pedigree* dos gênios e os estudos de parentes adotados e biológicos.

Na primeira linha de argumentação, Galton mais uma vez volta-se para Cambridge e estuda os resultados em dois exames de distinção em matemática sucessivos. Observa que a distribuição dos resultados se aproximava muito da distribuição de medidas físicas da população, como altura e peso, observada pelo estatístico belga Adolphe Quetelet (1796 - 1874): a distribuição normal ou curva do sino. Esse dado é compatível com sua hipótese, embora não seja suficiente para comprová-la.

¹¹ I propose to show in this book that a man's natural abilities are derived by inheritance, under exactly the same limitations as are the form and physical features of the whole organic world.

A segunda linha analisa a árvore genealógica de pessoas eminentes de doze grupos (juízes da Inglaterra, estadistas, militares de destaque, comandantes, escritores, cientistas, poetas, músicos, teólogos, pintores, acadêmicos, remadores, lutadores). Galton identifica dois padrões: (1) como ocorre com as características físicas, a tendência de laços de sangue próximos entre eminentes parentes era maior do que a tendência de laços distantes; as relações de primeiro grau (filhos ou irmãos) eram 4 vezes mais frequentes do que as de segundo grau (avós, netos, sobrinhos, tios), que por sua vez eram quatro vezes mais frequentes que as de terceiro grau (bisavós, primos etc); mesmo as relações de terceiro grau ocorriam com maior frequência do que seria esperado pelo acaso; (2) existe uma tendência imperfeita, mas evidente, de parentes se destacarem nas mesmas áreas; geralmente escritores eminentes tinham um avô eminente também escritor, embora a frequência de outras ocupações também aparecesse em uma proporção superior à prevista pelo acaso. Galton argumenta que, se o requisito “habilidade natural” para cada campo específico for uma combinação complexa de características físicas, mentais e emocionais separadas e parcialmente herdadas, a prole de um eminente herdaria certa proporção das qualidades necessárias para a eminência no mesmo campo, mas não necessariamente o conjunto inteiro.

Embora o mesmo padrão pudesse ser explicado pelo ambiente compartilhado pela mesma família, Galton procura reduzir a importância desse fator, embora o aborde mais diretamente em sua terceira linha de argumentação.

A terceira linha investiga as relações de eminências com seus parentes adotados. Observa que os papas católicos tinham o costume de adotar “sobrinhos”. Pondera que esses meninos partilhavam do mesmo ambiente de seus protetores, mas sem as vantagens biológicas. Opta então por comparar a frequência de eminências nesse grupo com a observada no grupo de filhos criados por pais biológicos. Galton reconhece que seu estudo não é rigoroso, mas acredita ser suficiente para corroborar sua hipótese, afirmando que a combinação de um filho capacitado e um genitor capacitado não é observada nas relações “protegido” e “protetor” entre os eclesiásticos de Roma. Ao contrário da análise cuidadosa observada anteriormente, o estudo dos casos de adoção foi feito em uma amostra no mínimo atípica, e sem o rigor demonstrado por Galton nas outras linhas de argumentação.

Embora as três linhas de evidência defendidas em *Hereditary Genius* sejam coerentes com a tese da hereditariedade, elas não a comprovam conclusivamente. Entretanto, Galton soube apresentá-las de modo claro, fundamentando-as com números e gráficos. Isso lhes conferiu uma aparência científica e credibilidade suficiente para que tanto seus aliados quanto seus oponentes as levassem a sério.

Mas *Hereditary Genius* também deixa evidente um projeto maior que ocupará a mente de Galton até o final de sua vida: a aplicação prática de sua tese em um projeto utópico de aperfeiçoamento da espécie. O Capítulo Introdutório da obra explicita esse projeto de modo inequívoco:

Assim como é fácil [...] obter, por meio de uma seleção cuidadosa, uma linhagem de cães ou cavalos dotados de talentos peculiares como correr ou fazer outra coisa qualquer, também seria bastante viável produzir uma raça de homens altamente dotados por meio de casamentos criteriosos durante várias gerações consecutivas (Galton, 1869, p. 1)¹²

Embora não fossem imediatamente visíveis para o público, dois movimentos internos de Galton se desenvolviam com intensidade crescente: o inesgotável apetite pelos números e a seleção um tanto arbitrária de trechos da obra de Darwin que ele recriava em formas novas e radicais (Brookes, 2004). Darwin usara a domesticação de animais para ilustrar como a evolução pela seleção natural produz mudanças na forma e nas características das espécies; o controle sobre os indivíduos que poderão se reproduzir por muitas gerações permite assegurar a transmissão de determinadas características desejáveis e a extinção das indesejáveis. Ora, pondera Galton, se os seres humanos, por serem mais fracos, precisam da inteligência para sobreviver, os mais inteligentes naturalmente atingirão o topo da sociedade. Começa então a imaginar o seu próprio experimento: o controle da reprodução dos seres humanos para a depuração da espécie em termos de inteligência. Seu objetivo é aplicar a ideia da adaptação e da sobrevivência do mais apto à depuração da espécie humana – para a qual cunha o termo *eugenia*: a possibilidade de aperfeiçoamento da raça humana. Considera, como critério, aqueles que se destacaram nos empreendimentos intelectuais e o povo “mais civilizado” – como não poderia deixar de ser, os ingleses. A esse projeto Galton se dedicará pelo resto de sua vida: praticamente tudo o que virá a fazer, a partir de então, estará relacionado a ele.

Como típico representante da alta classe vitoriana, Galton, assim como a maioria dos membros de sua classe na nação mais poderosa do planeta, vê com desprezo os que não lhe são iguais: as mulheres, os negros, os pobres. *Supunha* que as mulheres eram menos inteligentes que os homens (Goodwin, 2005; White, 2006). Em sua obra *Inquiries into Human Faculty and its Development* (1883, p. 20-21), afirma:

¹² as it is easy, [...] to obtain by careful selection a permanent breed of dogs or horses gifted with peculiar powers of running, or of doing anything else, so it would be quite practicable to produce a highly-gifted race of men by judicious marriages during several consecutive generations.

Identifiquei, como regra, que os homens têm poderes de discriminação mais refinados do que os das mulheres, e a experiência nos negócios da vida parece confirmar isso [...] As mulheres raramente distinguem os méritos do vinho à mesa, e embora o costume lhes permita presidir o desjejum, no geral os homens consideram que estão muito longe de ser boas preparadoras de chá e café.¹³

Considera, ainda, que as pessoas retardadas têm deficiências sensoriais e intelectuais. Na mesma obra, declara: “A faculdade de discriminação dos idiotas é curiosamente baixa; eles mal podem distinguir frio e calor; e seu senso de dor é tão obtuso que alguns dos mais parvos parecem mal saber do que se trata.” (Galton, 1883, p. 20)¹⁴

Para criar uma sociedade eugenista, Galton acredita que seria necessário incentivar o casamento dos rapazes mais aptos com as moças mais aptas, e levá-los a uma taxa de procriação superior à dos casais cujas habilidades fossem inferiores. Porém, para levar adiante seu projeto, é necessário resolver um problema: como *avaliar* os mais aptos?

Dedica atenção intermitente ao assunto, até pelo menos 1884, quando monta o Laboratório Antropométrico para a Feira Internacional de Saúde de Londres, posteriormente transferido para um museu onde coletaria dados durante dez anos. Os visitantes eram submetidos aos instrumentos de medição – ou testes – elaborados por ele. Eram medições físicas, como o tamanho da cabeça, e o desempenho em avaliações de tempo de reação e acuidade sensorial. Para Galton, são *testes mentais* que medem aspectos da inteligência. O argumento subjacente é: o indivíduo que tem habilidades intelectuais mais diferenciadas tem necessariamente um sistema nervoso e um cérebro mais eficientes e potentes; o poder do cérebro de uma pessoa provavelmente está relacionado ao tamanho do cérebro; portanto, medir a cabeça é o teste de inteligência mais simples, pois reflete o tamanho do cérebro contido e, assim sendo, o grau de diferenciação das habilidades intelectuais do indivíduo medido. Acredita também que a eficiência neurológica está relacionada à *velocidade* com que a pessoa responde aos objetos do ambiente, o que justifica o uso de testes de tempo de reação. Assim Galton defende a sua posição:

As únicas informações do mundo externo que nos alcançam passam pela via dos sentidos; quanto mais os nossos sentidos percebem as diferenças, mais amplo é o campo em que nosso julgamento e nossa inteligência podem atuar. (1883, p.19)¹⁵

¹³ I found as a rule that men have more delicate powers of discrimination than women, and the business experience of life seems to confirm this view.[...] Ladies rarely distinguish the merits of wine at the dinner-table, and though custom allows them to preside at the breakfast-table, men think them on the whole to be far from successful makers of tea and coffee.

¹⁴ The discriminative faculty of idiots is curiously low; they hardly distinguish between heat and cold, and their sense of pain is so obtuse that some of the more idiotic seem hardly to know what it is.

¹⁵ The only information that reaches us concerning outward events appears to pass through the avenue of our senses; and the more perceptive the senses are of difference, the larger is the field upon which our judgment and intelligence can act.

Para avaliar esse aspecto e as habilidades relativas dos indivíduos, lança mão de tarefas que envolvem a discriminação de pesos e cores ou a capacidade de ouvir tons agudos. Ao contrário de outros pesquisadores, como Fechner e Wundt, que já haviam medido fenômenos desse tipo com o objetivo de estabelecer princípios gerais, para Galton a finalidade é avaliar *diferenças individuais*, com ênfase na variabilidade e na adaptação. Coerente com sua paixão pelos números e pela experimentação, Galton passa a “medir” características que lhe possibilitem comprovar as diferenças que supõe existir entre raças, classes sociais e gêneros.

Segundo Fancher,

[Galton] eleva o estudo científico das diferenças individuais ao nível de uma especialização psicológica relevante, com importantes implicações sociais. Muitas das questões que ele levantou há mais de 100 anos preocupam os psicólogos até hoje. (1979, p. 219)

É assim que se desenvolve a ideia inédita de que testes podem ser usados para medir diferenças psicológicas entre as pessoas, particularmente a inteligência. A ideia de teste de inteligência nasce, assim, em um contexto eugenista, e é apresentada como parte de um importante projeto científico que vale a pena levar adiante. Galton não chega a criar testes psicológicos de fato, mas prepara o terreno para a mensuração das funções psicológicas. Embora seu interesse se volte para as diferenças individuais, os indivíduos em sua singularidade jamais o interessaram. Porém, como afirma White (2006, p. 25), “Galton foi o primeiro da fila. Se pudermos entender mais claramente o que o motivou, estaremos mais preparados para entender os outros.”

I.1. 1. Considerações sobre a trajetória

Nas primeiras décadas do século XIX vários pensadores europeus começam a questionar a razão da persistência das diferenças sociais em nações prósperas e progressistas, como a Inglaterra. A revolução industrial, responsável pela grande expansão da economia britânica, também traz, para os moradores urbanos, um contato impactante com a pobreza. As condições miseráveis em que vivem as classes desfavorecidas nos centros urbanos, particularmente Londres, provocam incômodo nas classes mais abastadas, até então “protegidas” do contato com os miseráveis que se espalhavam pelo interior. Ao invés de emancipar as pessoas, a revolução industrial parecia ter reforçado as hierarquias sociais existentes e, em alguns casos, criado novas. As áreas urbanas degradadas tornam-se uma poderosa imagem do início da era vitoriana e uma fonte de preocupações sociais e filosóficas. Por que a miséria persiste? Por que o progresso contribui para a melhoria de vida de algumas pessoas, mas não de outras? A solução vitoriana para esse problema afasta-se da visão iluminista – segundo a qual todas as pessoas são inerentemente iguais – e afirma exatamente o oposto. Embora as atitudes racistas não fossem novidade no século XIX, a justificativa subjacente havia mudado bastante desde o Iluminismo. A palavra “raça”, no sentido vitoriano, é um termo amplo que representa não só diferenças étnicas, como também de classe e status social. Sob a nova perspectiva, alguns não conseguem sair da pobreza simplesmente porque não têm capacidade para isso. As hierarquias sociais, em outras palavras, são vistas como reflexo de uma ordem natural subjacente. Os que se encontram na base da pirâmide são inferiores não só socialmente, como também naturalmente. O mesmo raciocínio se estende aos povos de outras nações. Por que as civilizações da África não atingiram os padrões sofisticados da Europa? A resposta é uma só: porque são inatamente inferiores. Longe de ser exclusiva dos extremistas, essa opinião está profundamente arraigada na mentalidade vitoriana. Até meados do século XIX, sentimentos desse tipo podem ser encontrados na biologia de Darwin, na política de Hegel, na literatura de Dickens e na poesia de Tennyson, e mesmo no pensamento de Thomas Henry Huxley, um dos pensadores mais liberais do seu tempo (Brookes, 2004). À ideia de incapacidade é relacionada outra, particularmente após a publicação da obra de Darwin: a ameaça dos débeis mentais. A crescente massa miserável, procriando sem controle, levaria fatalmente a uma degeneração da espécie humana – um problema grave, relacionado ao bem comum. Mas a expectativa é de que a ciência ofereça argumentos e soluções racionais para enfrentá-lo.

Desde o século XVII, particularmente na Inglaterra, existe uma convergência entre a orientação ética puritana e a conduta científica perante o mundo que conduz à aprovação da atividade científica. A ética puritana não apenas sanciona a prática científica, como direciona os esforços dos cientistas no sentido dessa prática, por meio de orientações éticas para a ação. Entre essas orientações destacam o sentimento de ação pela salvação, a escolha da vocação que será mais útil a Deus e ao bem comum, e a valorização da razão, exclusiva do homem e entendida como consideração racional dos dados empíricos. Os *quakers*, em particular, acreditam que todas as pessoas têm, em si, uma luz interior, uma semente de Cristo; a salvação depende do quanto cada um responde à luz interior e alimenta essa semente. Dentro dessa visão, a ética do trabalho é fundamental: trabalhar da melhor maneira e no máximo da sua capacidade; orientar a vida pela busca da vocação própria; lutar contra o pecado e fazer “bem” (inclusive o trabalho), principalmente o bem comum.

O trabalho duro era um dos chamados de Deus, o cuidado com os filhos e sua criação, o escrúpulo nas responsabilidades morais do dia a dia eram as novas referências. Estavam associadas não apenas à salvação, mas também a uma meta coletiva, a criação da “Nova Jerusalém”. O aperfeiçoamento social, assim como o individual, era uma poderosa motivação puritana. (White, 2006, p. 33)

Assim, a vida que se leva é uma combinação do que é inato com hábitos de diligência; as deficiências equivalem a vício e degeneração.

Esse é o contexto das disposições de Francis Galton, que parece tê-lo motivado a procurar uma vocação e colocá-la a serviço do bem comum, em uma missão quase religiosa. Nascido em uma família de eminências, tinha, ao nascer, um nicho pronto para ser ocupado: o de dar aos Galtons um lugar de destaque na comunidade científica. Essa expectativa, entretanto, não é atendida nos anos de educação formal, e parece ser um plano abandonado após a morte do pai. Mas perto dos 30 anos, sem nenhuma realização em sua vida, exceto as pequenas proezas da infância, Galton parece disposto a encontrar sua verdadeira vocação e obter o tão desejado reconhecimento por parte da sociedade.

Em termos de suas disposições, há consenso quanto ao seu alto nível de aspiração e necessidade de reconhecimento (Fancher, 1983; Brookes, 2004; White, 2006). Galton procura identificar as oportunidades que se apresentam e planejar como pode atingir uma posição de destaque, sem os riscos da concorrência exagerada. Sua trajetória encaixa-se perfeitamente em uma divisão por décadas, com guinadas de interesse bem sintonizadas com os movimentos intelectuais que lhe parecem mais promissores, até finalmente envolver-se com o projeto de sua vida: a eugenia. De garoto prodígio mimado a estudante não tão talentoso, a *bon vivant* e caçador, a cartógrafo e, finalmente, a porta-voz de uma missão de

alta relevância para a Grã-Bretanha e – por que não? – para toda a humanidade, a trajetória profissional de Galton parece envolver estudos nem sempre importantes e algumas mudanças de rumo bem calculadas.

Galton nasceu e viveu em um ambiente científico cujas regras conhecia bem. Ele concilia suas disposições com uma extrema capacidade de movimentação no campo científico. Sem dúvida é um hábil jogador que prevê com exatidão o lugar em que a “bola vai cair”. Sua opção inicial pela Matemática faz sentido em um país de grandes nomes na área, como Isaac Newton (1643-1727) e George Boole (1815-1864), entre tantos outros. Seu fracasso em obter as honras de *wrangler* enterra suas esperanças de se tornar uma eminência na área, levando-o a anos de falta de rumo e de objetivos. Mas após um período de ociosidade, passa a observar as áreas que vêm despertando maior interesse e começa a cultivar relações que poderão ajudá-lo a ingressar e ascender no campo científico.

A busca por contatos que possam abrir as portas para os círculos mais promissores da ciência começa pelo próprio casamento, uma vez que a decisão por casar-se com Louisa Butler também parece ter sido bem calculada (Waller, 2004; White, 2006; Brookes, 2004; Fancher, 1979). Nas *Memórias* de Galton, o capítulo 11, dedicado ao casamento, é um dos mais curtos (8 páginas). À economia de palavras dedicadas ao casamento e a Louisa, opõem-se os detalhes minuciosos sobre as realizações dos parentes da esposa.

[o capítulo 11] não contém nenhuma referência ao local ou à ocasião em que [Galton] conheceu sua esposa ou qualquer menção ao casamento em si. Nada conhecemos sobre a aparência, a idade ou os interesses de Louisa. De fato, ele nem cita o nome da esposa. [...] (Brookes, 2004, p.108)

O interesse de Galton pelas relações sociais fica evidente também no capítulo 13, “Social Life”, um dos maiores do livro (28 páginas). Com o detalhismo que lhe é peculiar, ele enumera longas listas de cientistas, diplomatas, políticos e outras figuras de destaque, cujos feitos são devidamente identificados, indicando com quem viajou, conviveu em finais de semana, caminhou, almoçou, jantou etc. Graças a sua habilidade em achar as pessoas e os espaços mais favoráveis para a promoção pessoal, a ascensão de Galton na *Royal Geographic Society* é rápida e lhe assegura algum reconhecimento no âmbito da geografia, com contribuições importantes para a cartografia e a meteorologia. Entretanto, não vê, nessas atividades, perspectivas que ofereçam projeção pessoal ou contribuições efetivas para a ciência, como demonstra sua desolada constatação em *Meteorographica*. Pode-se imaginar que a súbita fama do primo Darwin o tenha abalado a ponto de mergulhá-lo numa crise existencial na década de 1860 e a desenvolver uma verdadeira obsessão pelo primo (Brookes, 2004).

Como destaca Fancher (2001), a turbulenta década de 1860 é um divisor de águas na vida de Galton: até então, sua reputação se limita às áreas da geografia e das viagens, nas quais vinha atuando há cerca de dez anos; há evidências de fé religiosa, como atestam suas referências a Adão, Eva e Caim na 3ª edição de *The Art of Travel*; embora mantenha correspondência com Darwin, isso ocorre esporadicamente – ao elaborar uma lista de naturalistas que apoiavam a sua teoria, Darwin não incluiu o nome de Galton. “Na verdade, na ocasião Darwin nem tinha por que pensar em Galton como um naturalista – ou mesmo como alguém cuja opinião fosse importante” (idem, p. 4).

Ao final da década, a situação de Galton é totalmente diferente: seu livro *Hereditary Genius* é bem recebido pelos darwinistas; sua atitude, na obra, é absolutamente anti-religiosa, como convém a um partidário da luta do grupo para separar religião e ciência; todas as referências bíblicas são eliminadas na 4ª edição de *The Art of Travel*; Galton reverencia Darwin, atribuindo-lhe papel fundamental em sua transformação. Em suas palavras, *Origem das Espécies* teve, como efeito, “demolir, de um só golpe, um sem número de barreiras dogmáticas e fomentar um espírito de rebeldia contra todas as autoridades antigas cujas afirmações positivas e não autenticadas foram desqualificadas pela ciência moderna” (1908, p. 287).¹⁶ A influência de Darwin nessa transformação é inquestionável, mas não se pode dizer que tenha sido de um só golpe (Fancher, 2001; Waller, 2004). O que teria levado Galton a se aventurar em um território intelectual totalmente novo, apesar de anos dedicados à geografia?

Nada na trajetória de Galton sequer se aproxima de um interesse pelas ciências da vida antes da publicação da revolucionária obra do primo. Sua produção na área da geografia, como *Travels in Tropical South Africa*, basicamente se resume à descrição da flora e dos grandes animais; pouca atenção é dedicada aos humanos que encontrou. Quando retorna à Inglaterra, seu maior interesse ainda são as mensurações precisas. Além disso, embora continue demonstrando algum interesse pelas explorações e pela meteorologia por muitas décadas, sua dedicação a esses tópicos diminui progressivamente a partir de 1860; Galton os troca por temas potencialmente de interesse do círculo darwinista e particularmente de Darwin, e os abandona à medida que são recebidos com frieza. A publicação de *Hereditary Genius*, entretanto, é bem recebida pelo restrito círculo. A partir de então, mergulha de corpo e alma no estudo da hereditariedade. Sua dedicação ao darwinismo parece ser a saída para

¹⁶ Its effect was to demolish a multitude of dogmatic barriers by a single stroke, and to arouse a spirit of rebellion against all ancient authorities whose positive and unauthenticated statements were contradicted by modern science.

uma profunda crise existencial. Para Fancher (2001), essa dedicação assume caráter de missão religiosa secular, em torno da qual orbitará toda a sua obra subsequente. Mas há claros indícios de que a opção pelo estudo da hereditariedade tenha sido, antes de tudo, pragmática.

[Esta escolha] fundamentou-se em uma percepção aguçada de que sua ascensão na hierarquia científica seria muito mais rápida se fosse admitido entre os principais darwinistas, um círculo de pesquisadores altamente capacitados que aparentemente tinha alta probabilidade de se tornar uma nova elite das ciências da vida da era vitoriana. (Waller, 2004, p. 143)

Após várias iniciativas fracassadas, por fim identifica, no estudo da hereditariedade mental, o passaporte para conquistar sua credibilidade junto aos darwinistas.

Ele abraçou a investigação da hereditariedade não somente, nem mesmo principalmente, por causa de imperativos políticos, mas porque ela prometia trazer-lhe as recompensas sociais e existenciais que por tanto tempo ele ansiava. (idem, ibidem)

Reconhece, nos darwinistas, uma nova elite científica; ciente da importância da rede social para a introdução e ascensão no campo científico, espera que o parentesco com Darwin lhe abra algumas portas e favoreça uma posição de destaque no grupo; engaja-se na luta pela ruptura entre ciência e religião e defende os esforços do grupo pela profissionalização dos pesquisadores. Porém, sendo um novato nas ciências da vida, precisa encontrar um nicho em que se destaque sem enfrentar concorrentes. A isso se presta o tema da inteligência hereditária e sua comprovação empírica, com a vantagem adicional de ser compatível com a formação religiosa de Galton e de justificar seu fracasso nos exames de Cambridge.

Existe uma estreita ligação entre as doutrinas teológica e psicológica no que se refere à concepção de inteligência de Galton. A ideia puritana de predestinação, segundo a qual muitos são os condenados, pouco os escolhidos, é a crença subjacente à noção de inteligência geral inata, cujo nível varia de indivíduo para indivíduo: “Não há como alguém destinado à danação se salvar, assim como não há como uma criança de QI baixo ter esperança de se tornar um médico ou um advogado” (White, 2006, p. 2). Para Galton, o uso adequado da capacidade inata é a via para obter o reconhecimento (ou reputação).

Em *Hereditary Genius*, afirma (1869, p. 37):

Por reputação entendo a opinião dos contemporâneos, analisada pela posteridade – o resultado favorável de uma análise crítica do caráter de cada homem, por vários biógrafos. Isso não significa uma alta posição social ou oficial [...]; eu falo da reputação de um líder da opinião, de um inspirador, de um homem ao qual o mundo deliberadamente se reconhece em dívida.¹⁷

Seu conceito de reputação tem uma dimensão que transcende a individualidade. A realização é importante não só para o indivíduo, como também, e mais importante, porque beneficia a humanidade como um todo.

Concluindo, desejo enfatizar mais uma vez que o aperfeiçoamento dos dons naturais das gerações futuras da raça humana está em boa parte, embora indiretamente, sob nosso controle. Talvez não nos seja possível originar, mas nós podemos orientar. É urgente esperar que os estudos se voltem cada vez mais para os fatos históricos, a fim de estimar os efeitos possíveis de ações políticas razoáveis no futuro, com o objetivo de elevar o padrão atual miseravelmente baixo da raça humana a um em que as Utopias das terras do sonho dos filantropos possam se tornar possibilidades práticas. (Galton, 1869, p. xxvi-xxvii)¹⁸

Assim, o projeto eugenista de Galton, além de poder salvar a humanidade da degeneração, contempla sua intensa necessidade de promoção pessoal e atende a dois preceitos do protestantismo: assegura um trabalho árduo que aproveite ao máximo suas capacidades para atender às demandas sociais que se propunham na época, promovendo o bem social, e permite o estudo de Deus em sua obra (a natureza), por meio da razão, entendida como consideração racional dos dados empíricos. Isso o leva a procurar fundamentar cientificamente sua interpretação pessoal das ideias de Darwin.

Os etnólogos haviam assumido, mas não comprovado, que a variação hereditária poderia responder pela maior parte das variações das capacidades humanas mentais. Galton abraça o materialismo, desenvolvendo um método estatístico útil para o projeto darwinista. Mesmo não sendo um expoente na matemática, sua habilidade nessa disciplina é muito superior à dos naturalistas de quem se aproxima. Segundo Waller (2004, p.162), “[Galton] estabelece um monopólio sobre uma área de pesquisa que dificulta, para outros, ocupar o

¹⁷ By reputation, I mean the opinion of contemporaries, revised by posterity— the favourable result of a critical analysis of each man's character, by many biographers. I do not mean high social or official position, nor such as is implied by being the mere lion of a London season; but I speak of the reputation of a leader of opinion, of an originator, of a man. to whom the world deliberately acknowledges itself largely indebted.

¹⁸ In conclusion I wish again to emphasize the fact that the improvement of the natural gifts of future generations of the human race is largely, though indirectly, under our control. We may not be able to originate, but we can guide. It is earnestly to be hoped that inquiries will be increasingly directed into historical facts, with the view of estimating the possible effects of reasonable political action in the future, in gradually raising the present miserably low standard of the human race to one in which the Utopias in the dreamland of philanthropists may become practical possibilities.

mesmo território”. Como vimos, sua argumentação em *Hereditary Genius*, embora questionável sob vários aspectos, aparenta ser científica e se torna convincente graças ao grande volume de números, gráficos e tabelas apresentados, cujo exato significado exigia um conhecimento de matemática que poucos tinham então (Fancher, 1979, 1986; Waller, 2004).

Em síntese, ao aproximar-se dos darwinistas, Galton oferece às ciências da vida os métodos que definirão a “abordagem científica” do estudo da mente e de como responder ao receio da sociedade frente à ameaça dos débeis mentais, apesar de pesquisas posteriores terem comprovado a ineficácia de seus instrumentos. Nascido no meio científico, conhecedor das regras do jogo, investe nas atividades que lhe parecem as mais importantes no momento, aproxima-se daqueles que poderão ajudá-lo a ascender no campo científico, marca sua presença cunhando expressões que até hoje são utilizadas. Como bom jogador no campo científico, conquista, para si, uma respeitável região do território intelectual; defendendo as lutas darwinistas adquire uma posição privilegiada nesse grupo de elite. Para Waller, se não fosse por seu exagerado desejo de aclamação e pelas oportunidades que se lhe apresentaram pelas estratégias de profissionalização do jovem grupo de darwinistas, é pouco provável que Galton tivesse se afastado dos estudos meteorológicos e geográficos a que dedicara mais de dez anos de sua vida.

‘Hereditary Talent and Character’ e *Hereditary Genius* podem, portanto, ser caracterizados como os meios pelos quais um cavalheiro da ciência relativamente obscuro procurou melhorar sua posição na comunidade científica (Waller, 2004, p. 162)

Mas as estratégias adotadas por esse hábil jogador sem dúvida foram bem-sucedidas, considerando as medalhas que recebeu em vida: Huxley’s Medal do Anthropological Institute (1901); Darwin Medal da Royal Society (1902); Linnean Society Medal (1908) durante a Darwin-Wallace Celebration; Copley Medal (1910). Mais importante, em 1909 é consagrado cavaleiro pelo rei Eduardo VII, e passa a ter direito ao título de “Sir” – honra jamais concedida a seu primo Charles Darwin.

I.2. 1. O legado de Galton

Os desdobramentos da obra de Galton são um paradoxo. Embora várias das suas invenções metodológicas sejam de vital importância na pesquisa psicológica contemporânea, seu nome pouco significa para a maioria dos psicólogos e é praticamente desconhecido do grande público. Trabalhando sozinho e fora do ambiente universitário, Galton não criou uma escola em psicologia, não orientou teses e dissertações. Sua principal contribuição foi mais no âmbito dos métodos de pesquisa do que no das teorias inspiradoras. Na Grã-Bretanha, Galton foi o fundador de uma “nova psicologia” das diferenças individuais, mas praticamente nenhum psicólogo britânico considera-se galtoniano. Nos últimos anos do século XIX, a maioria dos psicólogos experimentais viaja para a Alemanha, em busca de aperfeiçoamento, de onde voltam com teorias e procedimentos de Wundt. A nova psicologia alemã é muito mais respeitada do que a britânica, sendo considerada “pura” e produto do sistema universitário, ao passo que a de Galton, voltada para finalidades práticas, é fruto da obra de um talentoso iniciante na área (Brookes, 2004).

Há outro paradoxo ainda maior. A mensuração de diferenças individuais de inteligência, uma meta importante da vida de Galton, tem grande impacto na sociedade ocidental no início do século XX – mas não por meio de seus métodos. Embora tenha concebido e criado testes mentais, ele não está vinculado a nenhum teste usado hoje em dia ou nos últimos 100 anos; exceto nos livros de história da psicologia, seu nome, quando lembrado, não é associado aos testes mentais, mas à eugenia. Mesmo seu projeto eugenista, cada vez mais radical, com o tempo deixa de entusiasmar os vitorianos.

A verdade é que a Utopia de Galton era a visão de um estado totalitário confusa do ponto de vista teórico. Era um haras para intelectuais, inteiramente habitado por Newtons, Mozarts, Shakespeares, e talvez mesmo Galtons, um amálgama de “cérebros” pagos para fazer sexo, enquanto as mulheres, um tanto de lado, eram pouco mais do que úteros receptivos. Na década de 1870, mesmo os mais austeros vitorianos achavam esse árido quadro do futuro um tanto impalatável. (Brookes, 2004, p. 204)

Galton foi um investigador hábil na aplicação da matemática à pesquisa de temas nem sempre relevantes e de rigor metodológico muitas vezes questionável. Sua preocupação sempre foram as tendências e as distribuições de diversas características nas populações, e não a mensuração de habilidades individuais para tomadas de decisão alheias ao seu projeto eugenista. Mas o encontro casual de suas ideias com a obra de Alfred Binet teve grandes consequências nos Estados Unidos, dando início a uma nova etapa que determinou a identidade da Psicologia nos anos subsequentes.

I.2. Alfred Binet (1857-1911)**Figura 2. Alfred Binet**

À procura de uma vocação

Primeiro e único filho de um abastado médico e de uma mãe com inclinações artísticas, Binet nasce em 11 de julho de 1857 em Nice, na França. Pouco se sabe sobre sua infância: não passou por dificuldades financeiras, mas não foi exatamente feliz. Seu pai, austero, o achava tímido demais, e uma vez o obrigou a tocar um cadáver – experiência que o acompanhou por toda a sua vida (Wolf, 1973). Algumas temporadas na Inglaterra e o fato de, na época, Nice pertencer ao Reino do Piemonte-Sardenha deram-lhe a oportunidade de dominar os idiomas inglês e italiano – o que viria a ser muito útil em seus estudos posteriores sobre Psicologia. Após a separação dos pais, ainda durante sua infância, Binet passa a morar apenas com a mãe, com quem muda para Paris aos 15 anos. Bom aluno, destaca-se em traduções do latim e em redação. Forma-se em Direito, mas desiste de seguir a profissão. Em seguida, passa a estudar Medicina, mas não chega a se formar: sofre um grave colapso nervoso e abandona o curso. Aos 22 anos, desmotivado e abatido, Binet passa a frequentar a Biblioteca Nacional de Paris, onde, aparentemente por acaso, começa a ler sobre os mais recentes avanços em Psicologia (Fancher, 1984).

Na época, havia pouco o que ler sobre a nova ciência na França: o filósofo Théodule Ribot (1839-1916) havia publicado alguns artigos sobre os mais recentes avanços na Alemanha e na Inglaterra, e fundara a *Revue Philosophique*, uma publicação que abordava temas da Psicologia. Partindo dessas leituras, Binet passa a ler publicações originais, entre elas *Hereditary Genius*, de Francis Galton, *The Expression of Emotions in Man and Animals*, de Charles Darwin, e obras de John Stuart Mill – que mais tarde reconheceria como seu único professor de Psicologia (Wolf, 1973; Hothersall, 1984). Finalmente encontra a sua vocação.

A formação do psicólogo

A década de 1880 é marcada por uma excepcional produtividade e um interesse incomum por diversos objetivos simultâneos. Nesse período, Binet submete-se a um duplo aprendizado e adquire uma dupla competência: na psicofisiologia e na psiquiatria. A primeira, sob a supervisão do embriologista Eduardo Balbiani (1823-1899), cuja filha desposa em 1884. A segunda, com o neurologista Jean-Martin Charcot (1825-1893), no hospital de La Salpêtrière.

Em 1880 publica um primeiro artigo, na *Revue Philosophique*, sobre a fusão de sensações similares; confiando mais na teoria do que na experimentação, defende que duas sensações de qualidades similares serão percebidas como uma só; é duramente criticado na edição seguinte por um respeitado fisiologista belga, Joseph L. R. Delboeuf (1831-1921), que destaca a falta de precisão dos procedimentos adotados e a precariedade da revisão da bibliografia. Desanimado, Binet passa a estudar Stuart Mill com afinco; entusiasma-se com as ideias associacionistas, mas sente necessidade de experiência prática. Financeiramente independente, consegue o cargo não remunerado de pesquisador assistente na clínica La Salpêtrière, em 1884, sob a supervisão de Jean-Martin Charcot. Aí permanecerá por seis anos, trabalhando com Charles Feré (1852-1907), médico e secretário de Charcot.

Binet fica impressionado com as demonstrações de Charcot, particularmente as associadas à hipnose, e jamais questiona aquele a quem chama de “mestre”. Com Feré, realiza uma série de experiências com esse procedimento; juntos, chegam à conclusão de que haviam descoberto um novo fenômeno, a *transferência*. De acordo com seus relatos, com a ajuda de ímãs seria possível transferir um ato realizado por um lado do corpo para o lado oposto, em pacientes hipnotizados. Acreditam que a transferência também poderia ser aplicada a sensações visuais, auditivas e táteis. Criam o conceito de *polarização perceptiva e emocional*, segundo o qual um ímã poderia induzir a polaridade oposta de uma percepção ou de uma emoção. Vários pesquisadores, entre eles o mesmo Delboeuf, visitam La Salpêtrière para observar essas experiências.

Assim Delboeuf relata suas impressões sobre os dois jovens pesquisadores:

Jamais esquecerei aquelas horas deliciosas. M. Feré e Binet são ambos jovens, ambos altos; M. Feré, mais reflexivo; Binet, mais ousado e mais afirmativo. O primeiro tem uma fisionomia séria e um olhar claro e profundo; o segundo tem traços finos e uma expressão matreira. (mencionado em Wolf, 1973, p. 50)¹⁹.

A avalanche de críticas que se segue é fatal para a credibilidade de Binet no meio científico: os experimentos não eram adequadamente controlados (os pacientes tinham conhecimento dos resultados esperados) e não produziam os mesmos efeitos quando replicados em outros locais. Usando de sugestão, os pesquisadores de Nancy conseguem produzir a transferência e a polarização, sem utilizar ímãs. Humilhado, Binet acaba por reconhecer o efeito da sugestão – tópico que se torna, para ele, uma verdadeira obsessão,

¹⁹ I will never forget those delicious hours. M. Féré and Binet are both young, both tall. M. Féré more reflective, it seems to me, and more accessible to objections raised; M. Binet more adventurous and more affirmative; the former with serious physiognomy, and a clear and profound gaze, the latter with fine features and a mischievous expression.

constando como um capítulo quase obrigatório em suas obras posteriores, além de ser o tema de todo um livro publicado em 1900. Em 1890, demite-se de La Salpêtrière, mas jamais perde o interesse pelo comportamento anormal (Hothersall, 1984; Pollack e Brenner, 1969).

O período em La Salpêtrière, com o que teve de positivo e de negativo, contribui para fazer de Binet um psicólogo melhor; sua experiência com a experimentação aprimora suas qualidades de pesquisador. Mas o fiasco de seus experimentos com a hipnose não favorece seu ingresso em outras instituições e acentua sua tendência à reclusão e à aversão aos encontros científicos. No período que se segue, Binet já não tem uma teoria para manipular, nem está particularmente ocupado com as questões teóricas do passado. Nos cinco anos seguintes, suas atividades refletirão interesses que, embora pareçam um tanto dispersos, na verdade pavimentam a via para seu trabalho futuro sobre inteligência e psicologia experimental (Pollack e Brenner, 1969). Um desses novos interesses já havia sido despertado pelo nascimento de suas filhas, Madeleine, em 1885, e Alice, em 1888: a psicologia infantil, particularmente a análise das diferenças individuais e sua relação com o patrimônio genético e a educação (Zazzo, 1993).

Um encontro casual com Henri Beaunis em uma estação ferroviária, ainda em 1890, será decisivo para a carreira de Binet. Diretor do Laboratório de Psicofisiologia da Sorbonne, criado no ano anterior, Beaunis aceita a proposta de Binet, que se oferece para trabalhar no laboratório, mesmo sem salário. Permanece nessa condição até 1892, quando é oficialmente nomeado diretor associado. Nesse ano, recebe a visita de Théodore Simon no laboratório, que procura orientação para a educação de crianças anormais sob sua responsabilidade. Um tanto relutante, Binet aceita ajudá-lo. Forma-se assim uma sólida associação que se manterá até o final de sua vida.

Em 1894, Binet conclui seu doutorado em ciências com uma tese sobre o sistema nervoso subintestinal dos insetos. Com Beaunis, funda a revista *L'année psychologique*. Publica *Psychologie des grands calculateurs et joueurs d'échecs* e, em colaboração com Victor Henri e outros pesquisadores do laboratório, publica vários artigos sobre temas da psicologia e da psicopedagogia (sugestionabilidade, memória, caráter, entre outros).

Entre abril e junho de 1895 Binet tem sua única experiência como professor universitário. A convite do Ministro da Educação Pública da Romênia, Take Ionescu, apresenta 12 palestras sobre psicologia experimental. A temporada em Bucareste, com a esposa e as filhas, estreita os laços entre as duas famílias. A universidade fornece toda a infraestrutura para as aulas de Binet, que é aclamado como expoente da psicologia moderna, ao lado de Wundt, Fechner e Ribot. Durante quatro anos Ionescu insiste para que Binet assum

uma cátedra na universidade. Porém, aparentemente Binet tem dificuldade de deixar Paris, e jamais aceita a oferta, embora dar aulas nas universidades seja um de seus sonhos. Em 1901 concorre com Pierre Janet à cadeira de Psicologia Experimental no Collège de France, até então ocupada por Ribot.

Nessa ocasião, Binet escreve uma carta para seu amigo Paul Passy, solicitando que interceda, junto a dois conhecidos no *Collège de France*, para que não o descartem antes examinar cuidadosamente suas credenciais. Ele assim se apresenta:

Há mais de vinte anos venho atuando na Psicologia, como é de seu conhecimento; eu me eduquei totalmente sozinho, sem nenhum professor; e cheguei à minha atual posição científica exclusivamente pela força de meus punhos; *ninguém*, veja bem, ninguém jamais me ajudou. Venho trabalhando com Psicologia Experimental – o nome da cátedra de Ribot – e de fato sou o único na França a fazê-lo. Nem Ribot, nem Janet o fizeram; o primeiro é um crítico, o segundo dedica-se à psicologia patológica com hipnotismo, histeria etc... (mencionado em Wolf, 1973, p. 23)²⁰

Embora Passy tenha encaminhado a carta para um dos professores, o escolhido é Pierre Janet, psiquiatra, que já lecionava na Sorbonne. Binet se candidata então à cadeira que Janet deixara vaga na Sorbonne, mas ela é ocupada por George Dumas, filósofo, amigo de Janet. Após ser rejeitado duas vezes, apesar de ser o único psicólogo experimental entre os candidatos, Binet fica profundamente abatido. Uma terceira tentativa de lecionar no *Collège de France*, em 1904, sobre a qual há poucos dados, também é malsucedida.

Em 1903 publica uma pequena obra que se tornará um clássico: *Introduction à la psychologie expérimentale*. Seus objetivos são claros:

Desejamos, simplesmente, nestas poucas páginas, indicar e fazer compreender o caráter da nova psicologia, definir os métodos principais que ela emprega, o domínio em que exerce suas pesquisas. (p. 1-2)²¹

Para Binet, chegara o momento de a psicologia trocar a especulação filosófica, particularmente a francesa, pelo empirismo científico, e se libertar das grandes teorias para dar preferência aos fatos. Por fim, ele adquire independência intelectual suficiente para propor e defender uma nova Psicologia.

²⁰ It is over twenty years that I have been active in psychology, as you know I dedicated myself all alone, without any teacher [maitre]; and I have arrived at my present scientific situation by the sole force of my fists; *no one*, you understand well, no one has ever helped me. I have done experimental psychology – Ribot's chair – and I am really the only one in France who has done so. Neither Ribot nor Janet have done it; the former is a critic, the latter carries on pathological psychology, with hypnotism, hysteria, etc.

²¹ Nous désirons, simplement, dans ces courtes pages, indiquer et faire comprendre le caractère de la psychologie nouvelle, définir les méthodes principales qu'elle emploie, le domaine où elle exerce ses recherches.

Um pesquisador livre

A associação de Binet com Henri é muito produtiva. No quinto artigo produzido em colaboração, propõem a Psicologia Individual, que só poderia ser estabelecida por meio do estudo dos processos mentais superiores. Ao invés do foco da psicologia geral nos processos comuns a todos os indivíduos, a nova psicologia estudaria "as propriedades dos processos psicológicos que variam de um indivíduo para outro, deve determinar essas propriedades variáveis para, depois, estudar em qual grau e como variam entre os indivíduos" (Binet e Henri, 1896, p. 411)²². Propõem o desenvolvimento de um conjunto de testes cuja aplicação leve menos de duas horas e que forneça um perfil da personalidade de riqueza e complexidade equivalentes às obtidas por meio de entrevistas e do levantamento do histórico individual. Ainda não está claro exatamente como seriam esses testes, mas sem dúvida o ponto de partida são os processos intelectuais mais complexos. Preliminarmente, sugerem uma bateria de 10 testes para medir diferenças individuais quanto a: memória, imagens mentais, imaginação, atenção, compreensão, sugestionabilidade, apreciação estética, sentimentos morais, força muscular e coordenação motora. Binet e Henri já haviam desenvolvido alguns desses instrumentos e dão sugestões para o desenvolvimento de outros. A perspectiva de Binet quanto a esses processos é a de um clínico, e o método que conceberá se aproximará do modelo do diagnóstico médico (Martin, 1997).

Paralelamente a essas atividades, durante toda a década Binet observa suas filhas Madeleine e Alice, então com cerca de 4 anos e 2 anos e meio de idade, respectivamente, para compreender o desenvolvimento cognitivo. Essas observações resultam em três pequenos artigos publicados na *Revue Philosophique*, ainda no ano de 1890.

Aplicando em suas filhas os testes tradicionais de "habilidades inferiores" para adultos, semelhantes aos desenvolvidos por Francis Galton e James McKeen Cattell, Binet chega a conclusões intrigantes. Por exemplo, observa que, em tarefas como comparação do comprimento relativo de linhas paralelas, as meninas apresentam tempos de reação mais altos do que os dos adultos, mas não se diferenciam significativamente em termos de desempenho, embora apresentem resultados mais variáveis devido a lapsos de atenção. Em uma tarefa de enunciação do nome de cores, elas também demoram mais para responder do que os adultos; porém, na identificação de cores semelhantes apresentam a mesma rapidez e precisão. Binet conclui que as crianças têm habilidades sensoriais e neuropsicológicas semelhantes às dos

²² celles de propriétés des processus psychiques qui varient d'un individu à l'autre, elle doit déterminer ces propriétés variables et puis étudier jusqu'à quel point et comment elles varient suivant les individus.

adultos, mas são diferentes em relação a outros fatores, dos quais o mais óbvio é a capacidade de atenção. Identifica, também, diferenças em relação a um fator verbal: as crianças respondem rapidamente a partir das primeiras imagens mentais evocadas, que são associadas a ações concretas (“uma faca serve para cortar carne”); os adultos dão definições que exigem certo grau de reflexão, comparação, eliminação (“faca é um instrumento cortante”). Em outro experimento, Madeleine, que sabia contar até 3, consegue identificar que uma fileira com 18 fichas tem mais elementos do que uma com 17; porém, quando a fileira com mais elementos tem fichas de tamanho menor do que as da fileira com menos elementos, ela muitas vezes erra a resposta²³.

Ao final da década, as preocupações de ordem pedagógica e quanto aos fins sociais da educação passam para o primeiro plano dos interesses de Binet. Em 1898 lança, com Henri, a coleção *Bibliothèque de pédagogie et de psychologie*. Em 1899 torna-se vice-diretor da *Société libre pour l'étude psychologique de l'enfant*, uma associação independente dedicada a pesquisas na área de educação, recentemente criada por Ferdinand Buisson, titular da cátedra de Ciências da Educação da Sorbonne. Rapidamente Binet se torna um de seus membros mais ativos. A *Revue Binet Simon* – a mais antiga publicação sobre psicologia e ciências da educação – passa a se chamar, por iniciativa de Binet, *Bulletin de la Société libre pour l'étude psychologique de l'enfant* (cujo 500º número foi amplamente comemorado em 1968). Sete anos após a morte de Binet, o grupo adotaria o nome *La Société Alfred Binet* (Wolf, 1973). A participação na *Société* constitui, para Binet, uma oportunidade de desenvolver e legitimar suas pesquisas. Seu objetivo é estudar as diferenças entre as crianças “normais” e “anormais” e identificar as atrasadas. Não se trata de fazer meramente uma classificação ordinal das crianças, mas de compreender a natureza e o modo de funcionamento da atividade psicológica (Martin, 1997).

Em 1900 Binet publica *La Suggestibilité*, uma obra de 338 páginas sobre sugestibilidade. Depois disso, boa parte de seus esforços será dirigida para a criação de testes que possam ser utilizados na Psicologia Individual; os experimentos com suas filhas continuariam até a adolescência das meninas. Muitas das técnicas que ele utiliza nesses experimentos seriam hoje consideradas técnicas projetivas. Algumas das tarefas que propunha eram: escrever as 10 primeiras palavras, sentenças ou recordações que lhes ocorresse (sem lhes dar qualquer outra instrução); completar frases incompletas; escrever sobre objetos

²³ Esse experimento certamente será reconhecido por quem conhece a obra de Jean Piaget, desenvolvida anos depois. Porém, Piaget, que em 1920 trabalharia na escola-laboratório de Theodore Simon, não menciona Binet em suas primeiras publicações, como destaca Fancher (1998).

concretos, usados como estímulo (uma moeda antiga, a folha de uma árvore) ou sobre situações imaginárias (a morte de um cachorro) e responder a manchas de tinta – uma década antes de Hermann Rorschach desenvolver o seu Psicodiagnóstico.

As diferenças de estilo que as duas jovens demonstravam ao realizar as tarefas que solicitava nunca deixaram de impressioná-lo. Madeleine era séria, ponderada e reflexiva, ao passo que Alice era mais emocional e impulsiva. Em um artigo denominado *Recherches sur le mouvement de quelques jeunes enfants*, publicado em 1890 na *Revue Philosophique*, Binet relata como essas diferenças já eram evidentes quando as meninas começaram a andar.

Madeleine:

Em pé sobre os pés, apoiando-se em algum objeto firme. . . só se arriscava a abandonar esse apoio depois de ter escolhido visualmente outro objeto próximo que lhe assegurasse novo suporte; dirigia-se lentamente para o segundo objeto, prestando muita atenção aos movimentos de sua perna. . . [que] eram executados com grande concentração, em absoluto silêncio. (em Pollack e Brenner, 1969, p. 157)

Quanto a Alice:

Quando colocada em pé, ela permanecia imóvel por alguns momentos e, então, era impulsionada para frente por um desejo de avançar. . . Ela seguia em frente sem hesitação até a metade do ambiente vazio. Ela gritava, fazia gestos, era muito interessante de se observar; avançava tropeçando como um bêbado. (idem, ibidem)

Binet caracterizava Madeleine como “a observadora”; ela era ponderada, observadora, direta e pragmática. Alice era “a imaginativa”, com respostas mais dramáticas, intensas, emocionais. Na adolescência, essas diferenças de estilo persistiam. Abaixo, seguem as respostas das duas meninas à tarefa de escrever alguma coisa sobre uma folha de castanheira.

Madeleine:

A folha que eu estou vendo é uma folha de castanheira recolhida no outono, porque os folíolos estão quase completamente amarelos, menos dois, e um tem uma metade verde e amarela [...] Os folíolos não são todos do mesmo tamanho; de sete, quatro são bem menores do que os outros três. A castanheira é uma dicotiledônea, como se pode perceber observando sua folha, ela tem nervuras ramificadas. (Binet, 1903, p. 218)²⁴

²⁴ La feuille que j’ai sous les yeux est une feuille de marronnier cueillie en automne, car les folioles sont presque toutes jaunes, à l’exception de deux, et un a moitié vert et jaune.[...]Les folioles ne sont pas toutes de même grandeur ; sur 7, 4 sont beaucoup plus petits que les trois autres. Le marronnier est un dicotylédone, l’ont peut s’ en apercevoir en regardant la feuille, elle a des nervures ramifiées.

Alice:

Esta é uma folha de castanheira que acabou de cair languidamente com o vento de outono. [...] Pobre folha, destinada agora a voar pelas ruas, para depois apodrecer, amontoada sobre tantas outras. Ela está morta hoje... Mas estava viva ontem! Ontem, pendendo de um galho, esperava o sopro fatal do vento que a levaria, como um moribundo que aguarda seu suplício final. Mas a folha não sentiu o perigo e caiu suavemente sobre o chão. (idem, p.218-219)²⁵

Nesse momento Binet ainda não está interessado em medir diferenças individuais quanto à inteligência, mas seus pequenos estudos domésticos ajudam-no a consolidar algumas atitudes que mais tarde se mostrariam importantes. A partir das comparações entre o desempenho de suas filhas e o de adultos nos testes sensoriais, Binet deixa de acreditar na utilidade desses instrumentos como indicadores de diferenças significativas da capacidade intelectual geral. Os testes que envolvem diretamente habilidades verbais e outras habilidades mentais mais complexas lhe parecem bem mais promissores. Mais do que isso, a questão qualitativa de *como* as pessoas procedem para solucionar problemas sempre seria tão importante, para Binet, quanto o fato de chegarem a uma solução satisfatória. Binet apresenta um relatório detalhado desses experimentos na obra *L'Étude Expérimentale de l'Intelligence* (1903). Embora a palavra *inteligência* esteja presente no título, uma descrição mais adequada dessa obra seria a de um projeto pioneiro de exame da *personalidade*.

Aqui, Madeleine e Alice tornam-se vivas de uma forma vibrante, como personalidades distintas no que possivelmente foram os melhores entre tantos estudos de caso publicados por Binet. (Fancher, 1998, p. 77)

Na opinião de Florence Goodenough²⁶ (1949) essa obra de Binet,

talvez seja o primeiro, e certamente um dos melhores, estudo dos métodos projetivos que já apareceram na literatura [...] Ao final de seus estudos, Binet emerge com um dos mais convincentes panoramas de diferenças de personalidade até hoje vistos [...] Comparados com eles, a maioria dos testes projetivos modernos parece superficial. (Goodenough, 1949, p. 416-22, mencionado em Wolf, 1973, p. 117)

Enquanto isso, para Binet, a proposta original da Psicologia Individual começa a parecer inviável. Os estudos de caso exigem muitas horas de entrevistas e observações, e nenhum conjunto limitado de testes de aplicação universal é criado. Com relutância, começa a admitir que não é possível obter uma compreensão abrangente da personalidade individual em pouco tempo ou com poucos testes. Além disso, perde a colaboração constante de Henri, que

²⁵ Cette une feuille de marronnier que vient de tomber languissamment sous le vent d'automne. [...]

Pauvre feuille maintenant destinée a voler sur les chemins, puis a pourrir, entassée sur de bien autres. Elle est morte aujourd'hui... Mais elle vivait hier! Hier, suspendue à la branche, elle attendait le coup de vent fatal qui devait l'enlever ; comme une personne mourante qui attendant sont dernier supplice.

Mais la feuille ne sentait pas son danger, et elle tombait doucement sur le sol.

²⁶ Florence Goodenough (1886-1959), psicóloga estadunidense, criadora do teste Desenho da Figura Humana.

deixa o laboratório da Sorbonne para trabalhar em Leipzig. Os trabalhos conjuntos tornam-se cada vez mais esporádicos. No último deles, apresentado por Henri em 1904 em um congresso de psicologia na Alemanha, os autores recomendam que apenas as investigações longas e sistemáticas de cada indivíduo estudado devem ser adotadas. (Wolf, 1973).

A Escala Binet-Simon

As questões relacionadas à educação e à subnormalidade passam a ser de crescente interesse de Binet. Isso se dá em um momento de profundas mudanças no sistema educacional da França. Em 1882 fora aprovada uma lei que instituía a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças de 6 a 14 anos, o que deu visibilidade pública às crianças com problemas mentais. Antes da lei, a maioria delas abandonava a escola logo nos primeiros anos ou nem chegava a frequentá-la. Agora eram obrigadas a frequentar a escola, mas como geralmente não acompanhavam o currículo regular, precisavam de atenção e escolas especiais. Em 1899, a *Société* pressiona o Ministério do Ensino Público da França a enfrentar esse problema.

Em parte devido à pressão exercida pela *Société*, o Ministério do Ensino Público forma uma comissão para analisar o problema das crianças consideradas, pelos professores, como “refratárias à educação” (Hothersall, 1984). As crianças atrasadas eram classificadas em três categorias mal definidas e frequentemente sobrepostas: *idiots* (deficientes graves), *imbéciles* (bastante limitados, mas com certo grau de independência) e crianças capazes de aprender, mas não nas classes regulares. Estas últimas, que Binet rotulou como *débiles* (fracas), eram as que precisavam ser identificadas com o objetivo de encaminhá-las para a educação especial.

Chocado com os critérios de diagnóstico existentes, [Binet] decidiu criar uma forma mais confiável de distinguir essas crianças “fracas” da população escolar. Para isso, valeu-se de doze anos de pesquisa da psicologia individual e, assim, criou o primeiro teste de inteligência. (Goodwin, 2005, p. 261)

Com a colaboração de Simon, Binet cria um instrumento, baseado nas sugestões lançadas em *L'Étude Expérimentale de l'Intelligence* e em outros testes usados em seus estudos com as filhas e outras crianças. Os autores não partem de uma definição de inteligência e sim da observação empírica. Solicitam a realização de tarefas a dois grupos de alunos – um normal, outro diagnosticado como subnormal por seus professores ou médicos – até identificar aquelas que discriminam os dois grupos. Evitam tarefas relacionadas a leitura, escrita e outras associadas a atividades acadêmicas, para não confundir déficit de inteligência e privação de educação formal. Mas não hesitam em utilizar itens que pressupõem uma familiaridade básica com a vida diária e a cultura da França. Entretanto, têm dificuldade em encontrar um discriminador perfeito: em todos os testes, pelo menos algumas crianças normais eram malsucedidas ou pelo menos algumas crianças subnormais eram bem-sucedidas. Têm então um *insight* que, uma vez atingido, parece óbvio: era necessário considerar a idade. O que diferenciava os dois grupos era a idade em que cada grupo conseguia realizar a tarefa. Constatam, assim, que quase sempre é possível observar o desempenho das crianças subnormais em crianças normais bem mais novas. Dessa constatação deriva o costume de tratar aquelas crianças como *retardadas* (Fancher, 1984).

Essa ideia pareceu um *insight* surpreendente para Binet quando lhe ocorreu, mas obviamente seus estudos anteriores sobre diferenças de idade quanto ao tempo de reação, memória, sugestibilidade, atenção e uso da linguagem prepararam-no bem para fazer tal descoberta. (Fancher, 1996, p. 79)

Binet e Simon passam a considerar a inteligência como uma capacidade que aumenta com a idade, mas em um ritmo individual variável. Submetendo aos testes amostras de crianças médias de várias idades, identificam os itens que podem servir de padrão de uma idade específica. Assim, uma criança normal de 5 anos, por exemplo, seria capaz de executar as tarefas do nível de 5 anos, mas uma subnormal, da mesma idade, talvez só se saísse bem nas tarefas do nível de 4 anos. Binet e Simon selecionam 30 testes em ordem de dificuldade crescente e publicam, em 1905, a primeira versão da Escala Binet-Simon de Inteligência. A amostra usada é composta de 50 crianças, 10 de cada idade (3, 5, 7, 9 e 11 anos), selecionadas pelos professores como tendo capacidade média. Ao invés de decorrer de uma análise estatística sistemática e detalhada, a seleção de itens resultou principalmente da noção de Binet e de seus colaboradores quanto aos itens que melhor discriminavam crianças de diferentes níveis de inteligência. Mas não eram escolhas ao acaso:

elas refletiam a experiência de pelo menos 10 anos de observação, tendo em mente o objetivo de selecionar esses itens. Mesmo assim, a seleção de itens para o teste está fundamentada mais em uma estatística implícita do que explícita. (Siegler, p. 181).

O instrumento é posteriormente refinado em duas revisões, publicadas em 1908, com 58 itens e abrangendo as faixas de 3 a 13 anos, e em 1911, com a inclusão de testes para adultos (nível de 15 anos).

O período entre 1905 e 1911 não foi bom para Binet. Após a morte do sogro, sua esposa adoece, o que torna sua vida social ainda mais restrita. Boa parte de seu tempo é dedicada à revisão da escala, mas isso não o impede de voltar seus esforços para outros interesses. Nesse período, escreve mais de 100 artigos, dos quais poucos abordam a escala, além de livros sobre vários assuntos (mente e cérebro, ideias das crianças, crianças retardadas), além de quatro peças de teatro de temática um tanto sinistra, com temas relacionados ao comportamento psicopatológico e médicos tolos que não enxergam as consequências de suas desastradas decisões (Siegler, 1992; Wolf, 1973). Dedicava muito tempo, também, a propostas de reforma educacional e à criação de uma “ortopedia mental” de base científica. Essa produção reforça a ideia de Wolf (1973), para quem o interesse fundamental de Binet sempre foi compreender a natureza humana. A escala que consagrou seu nome foi apenas parte desse interesse.

Em 1911, uma doença de diagnóstico incerto o leva à morte, aos 54 anos. Para Wolf (1973), esse mal provavelmente influenciou a visão que tinha de si e da profissão. “A edição de *L’Année* que apresentava a revisão da escala métrica também continha um artigo introdutório de Binet que era quase um grito de desespero” (p. 39). Ao contrário de sua posição no passado, quando considerava a introspecção sistemática e controlada como fundamental para a psicologia experimental, Binet agora acredita que isso não é suficiente: mesmo a mais cuidadosa investigação do conteúdo e dos processos do pensamento estaria sujeita às interferências do funcionamento inconsciente, tanto por parte do sujeito quanto do experimentador. Ele procurou um nome para essa inextricável ligação entre o funcionamento cognitivo e o funcionamento emocional, e escolheu o ambíguo termo “atitude”. (Wolf, 1973, p. 39) Em torno dessas assim chamadas atitudes, esperava criar uma visão relativamente unificada da Psicologia. “Se eu tivesse apenas mais cinco anos”, confidenciou a Simon, durante suas últimas semanas de vida.

I.2.1. Considerações sobre a trajetória

A trajetória de Binet revela conhecimentos e experiências cumulativas que contribuem para a sua formação como psicólogo e pesquisador. Um tanto perdido no início da carreira, Binet, após encontrar sua vocação como “psicólogo de biblioteca”, continuamente agrega experiências de diferentes tipos que contribuirão para o seu principal interesse: a compreensão do funcionamento da mente humana. Não é possível dividir sua trajetória em décadas ou períodos, pois parece que toda a sua produção contribui para esse interesse central não imediatamente identificável no início de sua carreira. Esse interesse é coerente também com o currículo das escolas francesas, mais voltadas para as humanidades, ao contrário das escolas britânicas protestantes que enfatizavam as disciplinas com maior possibilidade de aplicação prática.

Entretanto, apesar da originalidade e do rigor de suas contribuições para a educação, a compreensão dos processos mentais e o que viria a ser denominado “diagnóstico diferencial”, a força de Binet no campo científico é pequena, por vários motivos.

O fato de ser autodidata trouxe várias consequências negativas nesse sentido. Possivelmente por sua história de vida, mas também por não ter frequentado a academia, em seus primeiros anos de atuação tinha dificuldade em opor-se à autoridade; tampouco desenvolvera o pensamento crítico. A falta de debate e de troca de ideias deixou-o um tanto ingênuo, até sentir na pele o preço da confiança cega que depositava em seus mestres intelectuais. As principais críticas que sofreu, particularmente por parte de Delboeuf, devem-se principalmente à aceitação incondicional das posições daqueles que considerava seus mestres (Stuart Mill e Charcot). Adquire independência intelectual ao sair de La Salpêtrière, quando deixa de submeter os fatos às teorias. Outro efeito da pouca familiaridade com o ambiente acadêmico, somado à sua aversão aos contatos sociais, seria a falta de uma rede social no campo científico. Por três vezes teve barradas suas pretensões de lecionar em universidades.

Reservado e introvertido, Binet trabalhava sozinho, com poucos colaboradores criteriosamente escolhidos. Segundo Édouard Claparède, a abordagem um tanto tímida de Binet aos desconhecidos “era basicamente uma desconfiança instintiva de charlatões e embusteiros” (mencionado em Wolf, 1973, p. 35); com a convivência, entretanto, tornava-se muito amável. Embora não demonstrasse afeto abertamente e fosse muito cioso de sua vida pessoal, sua correspondência demonstra consideração e carinho genuíno para com os amigos. Numa época em que Henri se machucara em uma queda de bicicleta, Simon demonstrava sinais de esgotamento e Larguier, outro colaborador que se mudara para a Suíça, estava

indisposto, em uma carta a este último Binet declara: “Posso dizer que meus três melhores colaboradores, aqueles a quem mais amo, ou, melhor dizendo, os únicos a quem amo, estão sofrendo com problemas de saúde” (Wolf, 1973, p. 35).

A amabilidade de Binet revela-se também em relação aos pacientes institucionalizados que estudava em suas pesquisas. Segundo Simon: “Examinar os pacientes com ele era sempre um enorme prazer, pois ele trazia, para a situação, tanta imaginação! Alegremente ele aproveitava todas as ocasiões para conversar com um paciente... Ele entrava em ação com infinita naturalidade”. E ainda “Que tardes passamos com esses sujeitos! Que conversas deliciosas tivemos com eles! E quantas risadas também!” (Simon, mencionado em Wolf p. 36). Para Binet, trabalhar era um prazer. “Eu trabalho com a naturalidade com que uma galinha põe ovos”, teria dito a um amigo. (Binet, mencionado em Wolf, p. 34)

Nas palavras da filha Madeleine, duas décadas após a morte de Binet:

Meu pai era acima de tudo um homem cheio de energia, sorridente, geralmente irônico, gentil nos modos, sábio nos julgamentos, um tanto cético, naturalmente – moderado, engenhoso, inteligente, imaginativo. Sem afetação, direto, de boa índole; ele desprezava a mediocridade em todas as suas formas. Amável e cordial com as pessoas da ciência, impiedoso com pessoas entediadas que desperdiçavam seu tempo e interrompiam seu trabalho. A expressão de seu rosto às vezes era meditativa, às vezes sorridente. Ele sempre parecia imerso em pensamentos profundos. (mencionada em Wolf, 1973, p. 36).

Avesso à promoção pessoal e aos contatos que pudessem impulsionar sua ascensão no meio científico, mantém-se à margem dos principais centros de Psicologia na França, a despeito de sua farta produção. Trabalhando com poucos e fiéis colaboradores, produz uma ampla literatura, mas as portas das universidades francesas permanecem fechadas para ele.

Assim, embora conte com o prestígio e o respeito de seus pares, sua posição no campo científico tem pouca força. Binet é um péssimo jogador, pois desconhece as regras do jogo. Não cultiva as relações que podem lhe abrir as portas; não comparece a eventos que lhe dêem visibilidade (a apresentação de sua escala em um evento ficou a cargo de Simon); adota a nomenclatura vigente (mesmo que inadequada) para se referir a suas ideias originais, deixando de imprimir sua marca naquilo que cria: sua visão clínica é acomodada na denominação Psicologia Experimental; sua escala, voltada, para os processos mentais superiores, não recebe uma denominação que a diferencie claramente dos “testes mentais” em voga, medidas estritamente quantitativas dos processos psicossensoriais; aborda a personalidade sob o título “inteligência”; ao pensar nos processos inconscientes, denomina-os “atitudes”. Falta-lhe a malícia para frisar a originalidade de suas propostas, mas não para

antever o risco de sua criação cair em mãos erradas. Na apresentação da escala em *L'Année Psychologique* (1905), adverte:

A escala que descreveremos não é um trabalho teórico; é o resultado de extensas investigações, inicialmente no Salpêtrière, e depois nas escolas primárias de Paris, com crianças normais e subnormais. Essas perguntas psicológicas sucintas receberam o nome de testes. O uso de testes é muito comum hoje em dia, e existem até autores contemporâneos que transformaram em especialidade a organização de novos testes de acordo com visões teóricas, sem qualquer esforço de experimentá-las pacientemente nas escolas. Trata-se de uma ocupação curiosa, comparável à de alguém que viaja em uma expedição de colonização na Argélia, avançando somente em um mapa, sem jamais tirar o pijama. Temos pouca confiança nos testes inventados por esses autores e nada extraímos deles.²⁷

Não é de estranhar, portanto, que seus protestos quanto à quantificação do resultado de sua escala fossem inúteis. Sua morte prematura pelo menos o poupou da infelicidade de testemunhar os fins a que seu instrumento serviu e o lugar que lhe foi reservado na História da Psicologia.

I.2.2. O legado de Binet

Após a morte de Binet, suas pesquisas são progressivamente marginalizadas. Theodore Simon dá continuidade ao seu trabalho, mas se mantém à parte dos avanços da psicologia; ele insiste em usar os mesmos itens, ao contrário de Binet, que os submetia a constantes revisões. Simon tinha uma personalidade discreta – provavelmente uma característica necessária para se manter ao lado de Binet por tanto tempo. Com a morte de seu mentor, quem assume o laboratório de psicologia experimental da Sorbonne não é ele, mas Henri Piéron, um pesquisador de trinta anos de idade com uma boa rede de relações (Schneider, 1992).

²⁷ The scale that we shall describe is not a theoretical work; it is the result of long investigations, first at the Salpêtrière, and afterwards in the primary schools of Paris, with both normal and subnormal children. These short psychological questions have been given the name of tests. The use of tests is today very common, and there are even contemporary authors who have made a specialty of organizing new tests according to theoretical views, but who have made no effort to patiently try them out in the schools. Theirs is an amusing occupation, comparable to a person's making a colonizing expedition into Algeria, advancing always only upon the map, without taking off his dressing gown. We place but slight confidence in the tests invented by these authors and we have borrowed nothing from them. (Tradução de Elizabeth S. Kite, 1916, disponível em <http://psychclassics.yorku.ca/Binet/binet1.htm>)

A obra de Binet voltou-se mais para a observação e o desenvolvimento de provas empíricas do que para a criação de teorias. Mas, sem dúvida, a noção da inteligência como multifacetada é um de seus legados para os psicólogos franceses, que sempre relutaram em aceitar a redução de habilidades complexas a um único número – o que faz sentido considerando-se que a Psicologia francesa sofreu uma influência mais direta da tradição médica.

O campo de aplicação da escala permanecerá puramente médico; nenhuma utilização social de grande porte ocorrerá no país, onde a industrialização se desenvolveu mais lentamente e a população era relativamente homogênea. Na França, a ligação entre educação compulsória e testes de inteligência não foi inspirada pela necessidade de selecionar os melhores no sistema de educação universal para as oportunidades mais limitadas de educação superior. Já havia um sistema de avaliação centralizado, bastante seletivo, do qual a escala serviria apenas como complemento para identificar as crianças que tinham dificuldade de acompanhar o currículo oficial.

Mas ao contrário do que ocorreu na França, a escala Binet-Simon passa a ser usada quase que imediatamente em vários países (EUA, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Itália, Suíça). O objetivo de Binet era estabelecer um diagnóstico individual, como exigia o sistema francês, e seu interesse sempre foi compreender a mente humana e promover a educação. Mas o método que criou, com testes simples que exigiam pouco tempo de aplicação, vai ao encontro das demandas por um instrumento para testar a inteligência de uma grande população; o instrumento passa a ser usado para atender a questões relacionadas à classificação de indivíduos absolutamente estranhas aos seus interesses e objetivos. Quando o psicólogo alemão Louis William Stern (1871-1938) substituiu a expressão “nível mental” por “idade mental” e sugere dividi-la pela idade cronológica para obter uma expressão mais precisa do grau em que o examinando se situava acima ou abaixo da média para sua idade – o Quociente de Inteligência – abre a possibilidade de quantificação dos resultados da escala. Introduzido nos Estados Unidos com essa contribuição, o método de Binet sofre duas modificações centrais: quanto ao espírito do método e quanto ao espectro de aplicações. Isso faz com que seu nome passe a ser associado à mensuração da inteligência e fatalmente incluído nos capítulos sobre usos e abusos da Psicologia.

Como afirma Gould:

Se os princípios de Binet houvessem sido respeitados, e a utilização de seus testes houvesse correspondido às suas intenções, não teríamos de assistir a uma das maiores demonstrações de uso indevido da ciência em nosso século (Gould, 1991, p. 158).

Na edição de 1968 do *Traité de psychologie experimentale*, Paul Fraisse, Jean Piaget e Maurice Reuchlin afirmam “A. Binet merece o crédito pela criação da psicologia experimental propriamente dita.” Segundo Pollack e Brenner,

é tentador especular qual seria a posição da psicologia experimental infantil se Binet não tivesse desviado sua atenção para os problemas psicométricos e as diferenças individuais. É bem possível que os procedimentos experimentais tivessem sido padronizados décadas mais cedo, e que tivéssemos, muito antes de agora, um corpo de dados normativos sólidos sobre a maioria dos comportamentos da infância (1969, p. xiii).

Na obra *Pioneers of Psychology*, de Raymond Fancher, o capítulo 7 aborda as mensurações da mente. Mas não é lá que encontraremos Binet. Seu nome e sua obra estão no capítulo 12, “Developing Mind: Alfred Binet, Jean Piaget, and the Study of Human Intelligence” (A mente em desenvolvimento: Alfred Binet, Jean Piaget e o estudo da inteligência humana).

A injustiça de associar Binet à psicometria, decorrente principalmente da distorção de seu método e objetivos nos Estados Unidos, lentamente vem sendo reparada.

Como vimos, os “testes psicológicos” derivam de duas origens bem distintas.

Na Inglaterra, Francis Galton, ambicioso e desejoso de reconhecimento, em um momento de crise existencial e profissional desenvolve uma interpretação pessoal da teoria de Darwin e é possuído por uma visão utópica cuja aplicação prática depende da comprovação de sua hipótese quanto à capacidade herdada; a estatística e os “testes mentais” dão credibilidade a seus argumentos, fundamentando-os “cientificamente”. Assim, Galton não tem dificuldade em convencer a si (e a muitos outros) de que a inteligência humana de fato é hereditária – argumento particularmente interessante diante dos problemas sociais que o país enfrenta. Durante a segunda metade de sua vida, a eugenia é o seu interesse central – “tornou-se sua paixão [...] quase literalmente um substituto da fé religiosa ortodoxa que abandonou após ler o desafio de Darwin à interpretação literal da Bíblia” (Fancher, 1979, p. 235). Embora seus testes não funcionem, Galton faz com que, daí em diante, toda a questão dos testes de inteligência permaneça inextricavelmente associada à genética, à eugenia e à controvérsia *nature-nurture* (hereditariedade x ambiente) – oposição de termos cunhada por ele. Mais ainda, dá início à crença de que a inteligência de fato possa ser medida – motivo pelo qual é considerado o “pai da psicometria”.

Do outro lado do Canal da Mancha, Binet, introvertido e avesso à promoção pessoal, interessado na psicologia individual, cria um instrumento para o diagnóstico de crianças que precisam de atenção no sistema educacional, para apreciar seu “nível mental”. Binet e Simon adotam o termo *nível* justamente por indicar a possibilidade de mudança e flutuação, mas o psicólogo alemão William Stern (1871 – 1938) cria a fórmula para o cálculo do Quociente de inteligência, substituindo o conceito de *nível mental* pelo de *idade mental*, que dá margem à concepção de algo fixo e imutável.

Os temores de Binet em relação ao uso indevido de seu instrumento se concretizam quando, em 1908, a escala cai nas mãos de Henri H. Goddard (1866-1957), um psicólogo estadunidense eugenista. Ele traduz a escala para o inglês e leva para os Estados Unidos um instrumento adulterado, tanto em termos do conceito de inteligência subjacente e das propriedades atribuídas à medida quanto em termos do espectro de aplicações a que a escala se presta (Martin, 1997). Não por acaso três eugenistas sintonizados com o momento histórico vivido pelos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX serão responsáveis pela implementação de amplos programas de testagem que afetarão a vida de muitos. Se, por um lado, os testes de inteligência de Binet se impuseram sobre os de Galton, nos Estados Unidos a visão de Galton se imporá sobre a de Binet.

II. Da Europa para os Estados Unidos: diferenças e distorções

II.1. A psicologia nos Estados Unidos: os usos sociais da psicometria



Figura 3. Imigrantes chegam aos Estados Unidos

A Psicologia entra nos Estados Unidos pelas mãos de James McKeen Cattell (1860-1944) que estudara com Wundt e fora assistente de Galton no Laboratório de Antropometria. Em 1890 Cattell publica o artigo *Mental Tests and Measurements*, no qual cunha a expressão *testes mentais*. Seu objetivo é contribuir para a investigação científica das mudanças que ocorrem com o tempo, suas interrelações e variações sob diferentes circunstâncias (Cattell, 1890). A influência de Wundt é mais forte em sua formação, e Cattell tem em vista uma psicologia de laboratório “pura” como a alemã. Embora tenha contribuído para a difusão da nova ciência em solo americano, Cattell deixa de ser uma figura de peso no campo científico quando é demitido da Universidade de Columbia por opor-se ao envolvimento dos Estados Unidos na I Guerra Mundial. A partir de então, sai do circuito acadêmico e passa a dedicar-se à editora que funda, a *Psychological Corporation*.

Ao contrário do que pretendia Cattell, a psicologia autenticamente americana é caracterizada pelo funcionalismo, que entende a nova ciência como um domínio abrangente, pragmático e útil (Hothersall, 1984). Desde seu primeiro expoente, William James (1842-1910), a psicologia americana, sempre foi indissociável da pesquisa de instrumentos de ação social, técnica ou política (Martin, 1997; Leahey, 1983).

Os psicólogos são percebidos e se concebem como engenheiros sociais capazes de melhorar o funcionamento da sociedade, de modificar e de controlar da melhor maneira possível os comportamentos humanos. (Martin, 1997, p. 465).

Os valores puritanos têm uma influência muito forte na constituição da identidade da nação, uma vez que a sociedade norte-americana foi constituída pelos WASPs (*white anglo-saxan puritans*). Ao contrário da Inglaterra vitoriana, cuja população era relativamente homogênea e se diferenciava em classes sociais, nos Estados Unidos as questões de raça, decorrentes do convívio com índios, negros e imigrantes de diferentes origens constituem o solo fértil em que as teses eugenistas terão maior impacto. A escala de Binet, entendida como forma de “medir a inteligência” de forma relativamente rápida e “objetiva”, será o instrumento ideal para os psicólogos legitimarem a sua disciplina, colocando-a a serviço do interesse social. A associação dos testes psicológicos com as teses de Galton se dará pelas mãos de três eugenistas: Henry H. Goddard (1866-1957), Lewis M. Terman (1877-1956) e Robert M. Yerkes (1876-1956), psicólogos que ocupavam ou passaram a ocupar cargos de destaque na sociedade norte-americana. Particularmente os dois últimos serão os grandes responsáveis pelo uso sistemático e em grande escala de testes no país.

No final do século XIX, os Estados Unidos são um país de estrutura social fluida que se expande rapidamente, necessitando, portanto, de trabalhadores que possam executar de trabalhos complexos a outros meramente braçais. Até o final desse século, uma grande quantidade de imigrantes é atraída pelas oportunidades oferecidas pela nação em expansão, particularmente oriundos da Alemanha, Grã-Bretanha e Escandinávia. Após a virada do século, entretanto, Itália, Rússia e Polônia passam a responder pela maior parte desse contingente. Assim, se a primeira corrente era composta de uma maioria de anglo-saxões e protestantes com escolaridade média, a segunda em boa parte era constituída de judeus ou católicos, mais pobres, com famílias maiores e grau de escolaridade mais baixo (Goodwin, 2005). O fantasma da ameaça dos débeis mentais passa a assombrar a mente norte-americana. Como o porto de Nova York é a porta de entrada do país para quem vem da Europa, em 1892 o governo federal constrói uma central de imigração na Ilha de Ellis, a cerca de 1,5 km de Manhattan, com o objetivo de barrar a entrada de imigrantes considerados “indesejáveis”. Segundo Martin (1997, p. 465),

imigração, eugenismo e hereditarismo estão presentes e intimamente ligados nos Estados Unidos do início do século XX. Essas ligações naturais no espírito dos atores da época assumem forma social como comitês, comissões, agências, associações ou laboratórios... todos totalmente dedicados às causas eugenistas e hereditaristas.

Goddard, diretor do departamento de pesquisa de uma escola para deficientes mentais em Vineland, New Jersey, desde 1906, deseja que o diagnóstico da deficiência mental saia das mãos dos psiquiatras e passe para as dos psicólogos. Mas para que isso aconteça, é necessário ter um instrumento capaz de discriminar diferentes níveis de atraso mental e distinguisse crianças normais e retardadas (Hothersall, 1984; Gould, 1991). Insatisfeito com os testes mentais disponíveis no país, viaja para a Europa onde recebe uma cópia da Escala Binet-Simon. Não muito convencido da utilidade da escala, traduz o instrumento para o inglês (uma tradução literal que apenas substitui referências culturais francesas por outras mais adequadas aos Estados Unidos), aproveitando a sugestão de quantificação defendida por Stern. É o primeiro a usar o instrumento em grande escala: aplica-o em 400 crianças da escola de Vineland e em 2000 crianças das escolas públicas do estado de New Jersey. Os resultados mostram uma grande amplitude de resultados entre as crianças deficientes e, para sua surpresa, entre as crianças das escolas públicas de modo geral. Isso o leva a dar início a uma campanha pela testagem nessas escolas, para identificar e encaminhar as crianças com resultados insatisfatórios para escolas especiais; também abre cursos para treinar professores no uso da escala e distribui milhares de cópias entre seus colegas, em todo o país. Expandem-

se as aplicações sistemáticas do “teste de Binet” para fundamentar tomadas de decisão em diferentes contextos.

Em cerca de seis anos a escala Binet-Simon estava sendo usada em escolas públicas, onde tinha um papel importante nas decisões dos professores quanto à educação dos alunos. Também era usada em várias instituições para ‘deficientes mentais’, reformatórios, instâncias jurídicas voltadas para a juventude e a aplicação da lei, onde influenciava o tratamento dispensado a internos e infratores. (Hunt, 1993, p. 231)

Nas mãos de Goddard, a escala de Binet terá duas aplicações sociais decisivas.

Em 1909, o biólogo e eugenista Charles Davenport encomenda um estudo sobre hereditariedade da deficiência mental a Goddard e Edward Johnstone²⁸. Os resultados são publicados em 1912, no livro *The Kallikak Family: a study in the heredity of feeble-mindedness*. O estudo é uma pesquisa genealógica mendeliana de uma das alunas da escola de Vineland, assim descrita:

Este é o exemplo típico da mentalidade de uma pessoa com alto grau de deficiência mental, o parvo, o delinquente, o tipo de garota ou mulher que lota nossos reformatórios. Elas são instáveis, envolvem-se em todo tipo de problemas e dificuldades, de cunho sexual ou outro, e, no entanto, já nos acostumamos a considerar seus defeitos como fruto da depravação, do ambiente ou da ignorância. (Goddard, 1912, p. 11-12)²⁹

A moça é apresentada sob o pseudônimo “Deborah Kallikak” (do grego *kalos* = bom; *kakos* = mau). Goddard identifica um antepassado da garota, da época da Revolução Americana, que embora fosse casado com uma recatada moça *quaker*, tem uma aventura com uma garçoneira ‘débil mental’ de classe social bem mais baixa. Goddard compara o número de “degenerados” no lado “bom” da família (descendentes do casamento oficial) e no lado “mau” (descendentes da aventura extraconjugal).

O estudo é enviesado e tem graves falhas metodológicas. Por exemplo, as diferenças do ambiente não são consideradas e boa parte dos descendentes, principalmente do lado “mau”, foi avaliada apenas visualmente. Obviamente os resultados ratificam a hipótese de que a deficiência mental (e todo tipo de degeneração associado) é hereditária, e Goddard assume uma posição radical:

²⁸ Edward Johnstone (1870-1945) era diretor da Escola de Treinamento para Deficientes Mentais de Vineland, onde fundou um laboratório de pesquisas cuja direção ficou a cargo de Goddard.

²⁹ This is a typical illustration of the mentality of a high-grade feeble-minded person, the moron, the delinquent, the kind of girl or woman that fills our reformatories. They are wayward, they get into all sorts of trouble and difficulties, sexually and otherwise, and yet we have been accustomed to account for their defects on the basis of viciousness, environment, or ignorance.

Está perfeitamente claro que a nenhum deficiente mental deve ser permitido casar ou procriar. É óbvio que, para essa regra ser instituída, a parcela inteligente da população deve colaborar para que seja executada. (Goddard, 1914, p. 561)³⁰



Figura 4. Deborah Kallykak.

Figura 5. Manifestação pró-eugenia em Wall Street (NY).



³⁰ It is perfectly clear that no feeble-minded person should ever be allowed to marry or become a parent. It is obvious that if this rule is to be carried out, the intelligent part of society must enforce it.

Com esse objetivo em mente, passa a atuar como consultor especialista em dois comitês nacionais pró-esterilização dos “deficientes mentais”, um dos quais estendia a recomendação aos indigentes, criminosos, epiléticos, dementes e deficientes físicos congênitos (Hunt, 1993).

Os argumentos e os números de Goddard impressionam os legisladores. Em 1931, vinte e sete estados da federação têm leis que autorizam a esterilização eugênica; milhares de portadores de “deficiência mental” e “incompetência social” serão esterilizados nas três décadas seguintes, quase 10 mil só no estado da Califórnia. Na década de 1960, essas leis começam a ser substituídas por regulamentações que autorizam a esterilização voluntária de deficientes mentais. (idem)

Mas além dos débeis mentais “nativos”, há os que vêm de fora. Para passar pela triagem realizada na Ilha de Ellis, os imigrantes precisam mostrar que não têm doenças contagiosas ou transtornos mentais, que estão aptos para trabalhar, que não são indigentes ou deficientes mentais. Entre os examinadores há uma preocupação quanto à falta de critérios “objetivos” para as decisões referentes ao último quesito. Goddard percebe aí a oportunidade de demonstrar a utilidade da escala. Depois de duas visitas à ilha, acompanhado de seus assistentes, é convidado a implementar um programa de avaliação sistemática de imigrantes. Em vão alguns médicos que trabalham na triagem protestam, alegando que os testes têm uma alta carga verbal e, portanto, não se prestam ao diagnóstico de quem não domina o idioma. Goddard tampouco leva em conta o nível de ansiedade dessas pessoas diante da triagem, uma provável desorientação diante das provas que lhes eram apresentadas ou a pouca disposição física e mental após longas e desconfortáveis viagens³¹. A iniciativa de Goddard aumenta drasticamente o número de deportações por deficiência mental que, em relação aos cinco anos anteriores, sofre um aumento de 350% em 1913 e de 570% em 1914 (Gould, 1991). A testagem de amostras de imigrantes recém-chegados indica que cerca de quatro quintos dos judeus, húngaros, italianos e russos são débeis mentais. Surpreso com esses resultados, Goddard manipula um pouco os números e chega a valores da ordem de 40 a 50% de deficientes nessas amostras. Esses dados, em conjunto com evidências fornecidas por outros psicólogos de mentalidade semelhante, contribuem decisivamente para a elaboração de uma rígida lei de restrição à imigração, em 1924. As cotas para imigrantes originários do sul e do

³¹ Apenas os que viajavam na 3ª classe eram encaminhados para a triagem. No início do século XX cerca de 10000 imigrantes chegavam à Ilha de Ellis por dia. A maioria era liberada algumas horas depois, mas cerca de 20% eram retidos para uma avaliação mais minuciosa, dos quais 1 a 2% não eram admitidos no país (Goodwin, 2005).

leste europeus são reduzidas a menos de um quinto das cotas destinadas àqueles provenientes do norte e do oeste do continente (Hunt, 1993).

Lewis Terman, professor da Universidade de Stanford, compartilha das visões de Goddard, mas identifica falhas na tradução do instrumento e em sua adequação à população dos Estados Unidos. De início, seu interesse se volta para a identificação dos superdotados, mas a partir de 1910 seus esforços são dirigidos para o estudo experimental dos testes Binet-Goddard. Em 1916, divulga uma versão adaptada e ampliada da escala, que denomina Escala Stanford-Binet, destinada a medir também a inteligência de adultos. De modo geral, a escala é mais “padronizada” que as versões anteriores, e os resultados baseiam-se em dados extraídos de uma grande amostra de padronização envolvendo crianças e adultos normais, retardados e superiores. O instrumento em si é validado por meio do cálculo de correlação com a avaliação de professores, que apresenta um coeficiente de 0,48 (moderadamente alto). Terman aperfeiçoa o QI de Stern, multiplicando o resultado por 100 para eliminar decimais. Utilizando um procedimento estatístico, uniformiza o resultado médio e a variação média entre os diferentes níveis de idade e introduz um desvio normal de 15 ou 16 em cada idade cronológica. Com a média = 100 e o desvio = 15 ou 16, o teste passa a ser o critério fundamental para validação da maioria dos testes criados desde então (Gould, 1991; Hunt, 1993)³².

Admirador confesso de Galton, Terman também é um eugenista que procura atender a objetivos sociais maiores. Sua ambição supera a de Goddard: para ele, os testes constituem instrumentos de demonstração da ligação entre raça, inteligência, classe social e depravação; uma ligação cuja existência prova a necessidade de segregar os inaptos e ajustar a posição social de um indivíduo a sua inteligência (Martin, 1977), necessidade que os psicólogos certamente estarão qualificados a atender.

Pode-se provar com segurança que, num futuro próximo, os testes de inteligência colocarão dezenas de milhares desses deficientes profundos sob a vigilância e a proteção da sociedade. Tal medida acabará por impedir que a debilidade mental se reproduza e por eliminar uma grande quantidade de crimes, de mendicância e de ineficácia industrial. (Terman, 1916a)³³

³² A escala é submetida a uma segunda revisão em 1937, quando Lewis Terman conta com a colaboração de Maud Merrill. O instrumento passa a se chamar Escala Terman-Merrill. Uma nova revisão é realizada em 1960.

³³ It is safe to predict that in the near future intelligence tests will bring tens of thousands of these high-grade defectives under the surveillance and protection of society. This will ultimately result in curtailing the reproduction of feeble-mindedness and in the elimination of an enormous amount of crime, pauperism, and industrial inefficiency.

A grande oportunidade que os psicólogos esperavam para dar visibilidade aos préstimos que poderiam prestar à sociedade se apresenta em 1917, com a entrada dos Estados Unidos na I Guerra Mundial. Robert Yerkes, então presidente da American Psychological Association (APA), não deixa de identificá-la.

Yerkes teve uma daquelas “grandes ideias” que impulsionam a história da ciência: os psicólogos não poderiam convencer o exército a testar todos os recrutas? Se assim fosse, seria possível construir a pedra filosofal da psicologia, ou seja, o corpo abundante, útil e uniforme de dados numéricos, capaz de impulsionar a transição entre o estágio de arte discutível para o de ciência respeitada. (Gould, 1991, p. 202)

Em 6 de abril de 1917, data em que o Presidente Wilson assina a declaração de guerra, os membros da Sociedade de Psicólogos Experimentais estão reunidos em Harvard. Yerkes, presente ao evento, rapidamente organiza uma reunião para exortar os colegas a colaborar nos esforços de guerra:

Senhores: Na ameaçadora situação presente, é obviamente desejável que os psicólogos do país se unam para agir nos interesses da defesa. Nosso conhecimento e nossos métodos são de importância para as Forças Armadas do nosso país, e é nosso dever cooperar, o máximo possível e imediatamente, para a maior eficiência de nosso Exército e nossa Marinha. As formalidades são dispensáveis. Devemos agir já como grupo profissional e individualmente. (Yerkes, 1918, p. 190)³⁴

Respondendo a essa exortação e conscientes da existência de problemas de ordem psicológica no exército, a APA e o National Research Council constituem uma Comissão Psicológica, cuja direção é confiada a Yerkes. Este reúne em Vineland os grandes hereditaristas da psicometria americana, entre eles Goddard e Terman, e juntos começam a planejar os testes. Dado o grande número de pessoas a testar, um novo tipo de instrumento entra em cena: o teste de aplicação coletiva. São criados os primeiros testes impressos produzidos em série: o Army Alpha, que usa materiais de vários outros instrumentos, inclusive das escalas de Binet, mas sob o formato desenvolvido por Arthur Otis – itens de múltipla escolha que podem ser pontuados em pouco tempo e de maneira objetiva e que não demandam o rigoroso treinamento exigido para a aplicação e a avaliação da escala de Binet; e o Army Beta, uma versão não-verbal destinada a analfabetos e examinandos que não falam inglês. Ao final da guerra, Yerkes dispõe de um banco de dados com os resultados das

³⁴ Gentlemen: In the present perilous situation, it is obviously desirable that the psychologists of the country act unitedly in the interests of defense. Our knowledge and our methods are of importance to the military service of our country, and it is our duty to cooperate to the fullest extent and immediately toward the increased efficiency of our Army and Navy. Formalities are not in order. We should act at once as a professional group as well as individually.

aplicações dos dois testes em 1.750.000 homens, que fundamentarão um amplo conjunto de pesquisas e publicações.

Independentemente da utilidade que os testes tiveram (ou não) para as forças armadas, o Programa de Testes do Exército é reflexo da simbiose entre a psicologia americana, principalmente a desenvolvida nas universidades, e os espaços da testagem em massa. No período de 1892 a 1910, dos dezenove presidentes da *American Psychological Association* (APA), nove trabalharam direta ou indiretamente com testes mentais; no período de 1910 a 1921, dos treze presidentes da associação, onze eram usuários de testes. Como destaca Martin (1997), o discurso proferido por Terman quando de sua nomeação como presidente da APA, em 1923, é o exemplo mais revelador da “simbiose” dos testes com a psicologia científica americana:

Eu acredito que a tentativa de diferenciar o método dos testes do método experimental não pode ser fundamentada nem em princípios lógicos nem em princípios históricos. O teste mental é parte essencial da psicologia experimental. (Terman, 1923, p. 228)³⁵

A psicologia estadunidense do início do século XX está comprometida, por inteiro, com essas aplicações. Seus defensores e idealizadores ocupam cargos importantes no campo científico (universidades, agências e instituições governamentais) que lhes possibilitam conformar o campo científico e colocá-lo a serviço das demandas sociais, dando visibilidade aos serviços que os psicólogos, amparados em bases científicas, poderão prestar à sociedade. O país toma conhecimento das aplicações práticas da psicologia, particularmente as associadas aos testes mentais. Setores da sociedade, como escolas e empresas, logo demonstram um grande interesse pelos novos instrumentos que, por sua vez, passam a ter como foco também a personalidade. Como destaca Gould (1991, p. 204): “A era dos testes em massa havia começado”.

³⁵ I think we may conclude that the attempt to distinguish between the method of tests and the method of experiment is not warranted either on logical or historical grounds. The mental test is part and parcel of experimental psychology.

II.2. A investigação da personalidade

A ênfase dessa nova psicologia na mensuração das sensações e da inteligência no final do século XIX e início do século XX sofre algumas críticas, na medida em que outros aspectos importantes da mente, inclusive a consciência, são desconsiderados. Como ocorreu com os testes de inteligência, duas correntes de investigação da personalidade se desenvolvem a partir da década de 1910: uma, no continente europeu, com contribuições da psicanálise, segue a tradição de Binet no uso de provas psicológicas de aplicação individual voltadas para a singularidade e o diagnóstico diferencial; outra, nos Estados Unidos, segue a tradição galtoniana da análise quantitativa e da comparação do desempenho do indivíduo com o de uma determinada população.

II.2.1. No continente europeu

Na Europa, particularmente na Alemanha e em países de língua germânica, como Áustria e parte da Suíça, a abordagem qualitativa fundamentada nas tradições filosóficas predomina nos estudos da personalidade. Já no final do século XIX algumas vozes apontam a inadequação do modelo da psicologia experimental para esses estudos. Entre elas, a mais influente é a de Wilhelm Dilthey (1833-1911), filósofo, historiador e crítico literário alemão. Para ele, as explicações obtidas pela psicologia experimental seriam inúteis para o historiador, por exemplo, que precisasse compreender as ações de alguns indivíduos sob condições históricas específicas. Em sua opinião, essa abordagem levaria no máximo a uma explicação do comportamento humano equivalente à do físico que descreve um objeto inanimado; mas a maneira de se conhecer o humano é diferente, pois reconhece-se, no outro, experiências, sentimentos e desejos que também se experimenta. Dessa forma, as ações dos outros têm significado para aquele que os estuda. Para Dilthey, as experiências diárias que vivenciamos devem fundamentar outro tipo de psicologia: a *Verstehend* (compreensão), uma “psicologia de base” cujo objetivo não é chegar a explicações equivalentes a leis universais, e sim esclarecer o significado psicológico que pode se revelar nas ações de uma pessoa. Defende a análise das conexões entre a realidade histórico-social e os indivíduos, suas unidades vitais, e a identificação das necessidades e dos valores em torno dos quais se organiza a realidade

histórico-social. Outros autores alemães, de sólida bagagem filosófica, como Theodor Lipps³⁶ e Ludwig Klages³⁷, desenvolvem essas ideias, produzindo uma nova forma de prática da psicologia em que a fronteira entre o investigador e o objeto investigado torna-se menos definida. As reações afetivas do investigador tornam-se um importante componente da prática investigativa e suas características pessoais passam a ter papel central no processo (Danziger, 1990).

Surgem técnicas, agrupadas sob a denominação “métodos expressivos”, de interpretação de expressões faciais, gestos, postura física e movimento, qualidade da voz e constituição corporal por considerá-los reveladores da vida afetiva e da personalidade do indivíduo.

O projeto wundtiano de uma psicologia voltada para processos e a estreita ligação entre filosofia e psicologia na Alemanha levam os estudiosos germânicos da área a nutrir certo desprezo pelos métodos numéricos, por considerá-los superficiais. Com a propagação da Psicanálise a partir de 1910, estabelece-se um solo fértil para o desenvolvimento de métodos de investigação associados à psicologia profunda e a outras disciplinas de investigação do humano.

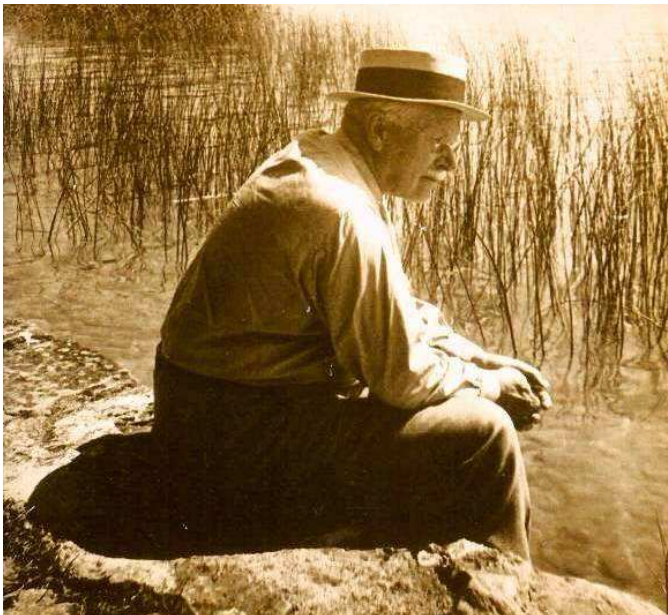


Figura 6. Carl Gustav Jung

³⁶ Theodor Lipps (1851 – 1914), filósofo alemão, foi um professor universitário bastante influente em sua época. Sigmund Freud foi um de seus admiradores.

³⁷ Ludwig Klages (1872 – 1956), químico, filósofo e psicólogo alemão, fundou a sociedade alemã de grafologia e foi um dos precursores da fenomenologia existencial.

Em 1904, o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875 – 1961) elabora uma prova psicológica em que as associações do paciente são interpretadas para revelar suas tendências e conflitos. Embora Francis Galton tenha usado testes de associação de palavras em seus testes mentais, somente com a obra de Jung e sua visita aos EUA a técnica ganha ímpeto. A prova desenvolvida por Jung é a primeira de uma série de provas psicológicas que L. K. Frank (1939), no artigo *Projective methods for the study of personality*, publicado no *Journal of Psychology*, denomina “técnicas projetivas”: métodos de investigação da personalidade que fazem uso de material ambíguo e consideram as respostas produzidas como singulares e determinadas pela história individual (Anzieu, 1978).

Em 1921, Hermann Rorschach (1884 - 1922), outro psiquiatra suíço que, como Jung, estudara na escola psiquiátrica de Bleuler, em Zurique, cria o *Psicodiagnóstico de Rorschach*, um método de diagnóstico que usa manchas de tinta. Embora esse tipo de estímulo já tivesse sido usado em estudos sobre imaginação por vários autores, entre eles Binet, para Rorschach a percepção que o sujeito tem das manchas é fruto da organização da personalidade individual; assim, pela análise da percepção, pode-se explorar a organização subjacente.



Figura 7. Hermann Rorschach

Em 1935, dois estadunidenses, Henry Murray e Christiana Morgan, publicam o *Teste de Apercepção Temática* (TAT) – um conjunto de cenas padronizadas a partir das quais o examinando cria histórias. Como observa Augras (1984, p.vi),

Murray é americano, formou-se nos EUA, mas foi na oportunidade de uma viagem de estudos à Europa que se firmou o interesse pelo estudo da personalidade. Ou mais exatamente: foi a partir de seu encontro pessoal com C. G. Jung. O detalhe não é casual. Delineia claramente a trajetória das técnicas de exame profundo da personalidade. Do Teste de Associação de Palavras de Jung até o TAT, passando pelo Psicodiagnóstico de Rorschach, a filiação é patente, o parentesco, óbvio. (Augras, 1984, p. vi)

Para Murray e Morgan, as histórias eliciadas por esses estímulos revelariam as principais preocupações do indivíduo, algumas tendências inconscientes subjacentes, mostrando as situações e relações que sugerem ao indivíduo temor, desejos, dificuldades, assim como as necessidades e pressões fundamentais na dinâmica subjacente de sua personalidade.

Nas décadas de 1920 e 1930, os psicanalistas passam a usar desenhos, principalmente no atendimento de crianças. O uso projetivo de desenhos se desenvolverá mais tarde, a partir da criação do teste da árvore pelo psiquiatra suíço Karl Koch, em 1949 (Anzieu, 1978).

Essas técnicas, voltadas para a compreensão do indivíduo em sua singularidade, nem poderiam ser denominadas rigorosamente “testes”, no sentido psicométrico, dada a dificuldade de estimar sua fidedignidade e validade pelas vias psicométricas tradicionais. Elas têm em comum um método próprio que, se por um lado tende a menor rigor estatístico, por outro contribui sobremaneira para a agudeza clínica na prática efetiva (Anzieu, 1978).

II.2.2. Nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, somente após a década de 1930 as técnicas projetivas passam a atrair algum interesse, com a introdução do *Psicodiagnóstico de Rorschach*, no país, por Samuel J. Beck (1886-1980), em 1933, e a imigração de psicanalistas europeus durante o período nazista. Mesmo assim, ainda na década de 1940 apenas um pequeno grupo se dedica ao método das manchas de tinta (Zillmer et al., 1995). No início do século XX, entretanto, os psiquiatras, com forte organização da categoria profissional no país, adquirem crescente controle sobre a psicoterapia e o tratamento psicológico. De modo geral, são eles que fazem uso dessas técnicas, mais adequadas ao seu campo de atuação e a sua função de cuidadores; resta aos psicólogos, que atuam à margem dos tratamentos nos hospitais e também nas escolas, o papel de mensuradores. Assim sendo, os psicólogos estadunidenses encontram no desenvolvimento de formas mais simples e mais rápidas de avaliações “objetivas” da personalidade uma nova oportunidade de atuação profissional.

Considerando que determinadas tarefas socialmente definidas podiam ser executadas com graus variáveis de êxito por diferentes indivíduos, adota-se, novamente, a quantificação do desempenho. Como se acredita que as diferenças de desempenho diante de diferentes tarefas dependem de qualidades pessoais específicas, a predição quantitativa do grau de êxito é automaticamente vinculada a essas qualidades pessoais. De início as avaliações restringem-se a um contexto prático específico, como aquelas feitas por Walter Dill Scott³⁸ (1869-1955) por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Mas o modelo implícito de personalidade humana que psicólogos como Scott usavam logo atrai a atenção de psicólogos interessados em desenvolver uma ciência natural das características universais de indivíduos humanos. Assim, subjacente às práticas de seleção de pessoal então desenvolvidas, adota-se um modelo segundo o qual: (1) cada pessoa é considerada um conjunto de qualidades discretas, estáveis e gerais, e a variação observada entre indivíduos é entendida como apenas uma questão de grau; (2) essas qualidades se manifestam sempre da mesma forma, independentemente do contexto, sendo portanto aceitável estabelecer a predição, a partir do desempenho nas situações de avaliação, de como elas se manifestarão nas situações-critério para a qual a predição é estabelecida.

O potencial desse modelo não demora a ser reconhecido e explorado, levando os psicólogos estadunidenses a redefinir o problema das diferenças psicológicas individuais em

³⁸ Walter Dill Scott (1869-1955), nascido nos Estados Unidos, foi discípulo de Wundt e um dos primeiros a se dedicar à psicologia aplicada no seu país. Era inimigo ferrenho de Yerkes. Desenvolveu testes situacionais para uso pelo exército na I Guerra Mundial, tendo sido premiado por seu trabalho.

termos de comparação de desempenho em relação a um padrão definido. As tarefas que mais se prestam à mensuração das diferenças individuais nesse sentido são aquelas nas quais as respostas são, inequivocamente, certas ou erradas. O desempenho nessas tarefas pode ser rapidamente expresso em termos aritméticos – uma prática já bastante usada no sistema educacional e que, graças às contribuições de Galton, levou à construção de testes de inteligência convencionais.

Ao longo da década de 1920 constata-se que as predições levantadas a partir dos testes de inteligência não atende às altas expectativas que em torno deles se criara. No sistema escolar, a principal área de aplicação, os testes vinham apresentando algumas correlações com o desempenho acadêmico, mas nada que fosse muito impressionante (Danziger (1990). A defasagem entre a predição fundamentada nos resultados dos testes e o desempenho real logo dá origem à crença de que a inteligência é apenas um dos determinantes do desempenho na vida real; seria necessário investigar outros determinantes existentes, compreendidos pelo nome genérico de “personalidade” ou “caráter”. A literatura da época mostra que essa é a opinião dominante; entretanto, como destaca Danziger, ninguém questiona os objetivos administrativos dos programas de testagem ou a sua metodologia fundamental. Assume-se como inquestionável que o objetivo dos testes é a predição do sucesso individual em termos de critérios definidos em termos administrativos. Se eles ainda não atendiam satisfatoriamente a essas expectativas, o problema não estava na inadequação do método; ao contrário, o domínio de aplicação do método deveria mesmo ser ampliado. Mas para oferecer predições mais fidedignas, os testes de inteligência precisavam ser complementados com medidas de características não-intelectuais que eles não atingiam.

Assim, começam a ser desenvolvidos instrumentos destinados a medir aspectos da personalidade seguindo o modelo conveniente e pouco oneroso dos testes de inteligência: no formato de lápis-e-papel, podiam ser rapidamente administrados em grandes grupos de sujeitos e, mais importante, avaliados com agilidade e “objetivamente”, uma vez que dispensavam qualquer contribuição “subjetiva” por parte do avaliador.

A primeira avaliação da personalidade em lápis e papel foi o formulário de dados pessoais (*Personal Data Sheet*, PDS), desenvolvido em 1917 por Robert S. Woodworth (1869-1962) com o objetivo de selecionar recrutas americanos para o serviço militar na Primeira Guerra Mundial. Para identificar aqueles que precisariam de aconselhamento psicológico, Woodworth reúne uma lista de centenas de sintomas de traumas de guerra, coletados a partir de históricos de casos, e os organiza em um questionário. São 116 questões simples, a ser respondidas com “sim”, “não” ou “não sei”, voltadas para a identificação de

aspectos como humor, moral, ansiedades, medos, queixas e várias outras “características da personalidade neurótica.” O desenvolvimento do teste se dá pela comparação dos resultados de universitários “ajustados” aos de pacientes diagnosticados como neuróticos. Os itens envolvem perguntas como “Você se sente cansado na maior parte do tempo?” “Algum membro da sua família é alcoólatra?” ou “Você se sente inquieto ao atravessar uma rua larga ou uma praça aberta?”. A guerra termina antes que o inventário possa ser aplicado de modo abrangente, e o próprio Woodworth perde o interesse pelo instrumento. Entretanto, outros autores o modificam e passam a usá-lo amplamente em empresas, escolas e clínicas. O sucesso do inventário estimula a criação de vários outros testes de personalidade nas décadas de 1920 e 1930.

No início da década de 1920, Floyd Allport e Gordon Allport adotam uma abordagem multidimensional para a classificação e mensuração da personalidade, com um conceito de personalidade que abrange quatro dimensões: inteligência, temperamento, auto-expressão e sociabilidade. A auto-expressão é subdividida nas áreas de extroversão-introversão, ascendência-submissão, expansão-reclusão, compensação-*insight* e autoavaliação. Em conjunto com testes de inteligência, essas dimensões passam a ser medidas por meio de uma *Escala de Classificação da Personalidade*. Cerca de uma década mais tarde, o instrumento evolui para um *Teste de Valores Pessoais*, muito mais elaborado. Ao final da década de 1920, L.L. Thurstone e Thelma Thurstone, do Laboratório de Psicologia da Universidade de Chicago, desenvolvem uma escala de personalidade de 223 itens para medir “tendências neuróticas”. A escala usa perguntas extraídas de várias fontes já existentes, incluindo as escalas criadas por Woodworth e os Allports. Dos testes criados nas décadas de 1920 e 1930, um dos mais prolíficos é o inventário de personalidade desenvolvido por Robert Bernreuter, com base na dissertação que apresentou na Universidade de Stanford. O autor defende que o comportamento de um indivíduo em uma única situação pode ser indicativo de vários traços. Para captar o que ele denomina “personalidade integrada total”, cria a escala conhecida como *P-I Test*, composta de 125 questões extraídas de medidas existentes de tendência à neurose, autossuficiência, ascendência-submissão e extroversão-introversão. Assim, por exemplo, um escore alto na escala de neurose indica que a pessoa tem propensão à culpa e padece de timidez e sentimentos de inferioridade; resultados altos na escala introversão-extroversão são indícios de condição neurótica; um baixo resultado na escala de ascendência-submissão indica falta de autoconfiança e pouca iniciativa para dirigir pessoas ou atividades (Ward, 2002).

Ao longo da década de 1930, várias medidas de personalidade são criadas para avaliar, por exemplo, ajustamento doméstico, social, emocional e de saúde (*Inventário de Ajustamento de Bell*, 1935); personalidade infantil (*California Test of Personality*) e psicopatologia (*Escala de Temperamento de Humm e Wadsworth*, 1935). Entretanto, o amplo uso dessas escalas encontra alguma resistência por parte dos que as consideram instrumentos pouco confiáveis, seja pela possibilidade de o examinando mentir, seja pela pouca representatividade dos itens quanto ao universo que pretendem medir. Esse ceticismo diminui gradualmente no início da década de 1940, quando o psicólogo Starke Hathaway e o neuropsiquiatra J.C. McKinley apresentam o *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI), um inventário criado para medir a patologia da personalidade. O MMPI se tornaria, nas décadas seguintes, o inventário de personalidade mais amplamente usado nos EUA. Ele ajuda a estabelecer os testes de personalidade como parte padrão da avaliação, não só em clínicas e hospitais, como também em escolas, instituições correcionais, tribunais e corporações. A popularidade do inventário se deve à sua capacidade de agilizar e simplificar o processo de tomada de decisões em diferentes contextos. Particularmente no contexto jurídico, “o MMPI frequentemente é visto como uma ‘testemunha’ profissional objetiva que assegura uma avaliação neutra”. (Ward, 2002, p. 130)

Na década de 1940, os testes de personalidade, como os testes de inteligência, são usados rotineiramente em várias empresas e instituições nos Estados Unidos. Durante a Segunda Guerra Mundial, são adotados para identificar “personalidades submissas” e “indivíduos potencialmente problemáticos” para o exército. Na década de 1950, são adotados nas empresas para avaliar funcionários de diferentes áreas e níveis. No final da década de 1990, 28 por cento das empresas americanas usam testes de personalidade para avaliar funcionários e executivos (Ward, 2002).

Embora clínicos e terapeutas criticassem esses instrumentos com frequência, por seu simplismo teórico e pela redução da personalidade a não mais que alguns traços, esses testes continuaram a ser amplamente usados – como o são até hoje. Ao produzir os inventários de personalidade, os psicólogos expandiram e reformularam alguns dos conceitos centrais da sua própria disciplina, remodelaram sua própria organização política e puderam ir muito além dos limites de suas atividades acadêmicas e de seus laboratórios. Sob essa perspectiva, os testes psicológicos desempenharam várias funções importantes para o estabelecimento e a promoção do conhecimento psicológico e para a consolidação da identidade profissional dos psicólogos nos Estados Unidos – identidade que se disseminará pelo mundo à medida que o país emerge como potência no contexto global.

A eclosão da 2ª Guerra Mundial estabelece um novo rumo na Psicologia. Com a Europa – até então o centro cultural do Ocidente – envolvida na guerra, anuncia-se a ocupação pelos Estados Unidos da posição de líder em vários domínios do conhecer, inclusive o da Psicologia. Se até então o tráfego de ideias se dava da Europa para os Estados Unidos, após o conflito é a Europa que passa a seguir a orientação estadunidense. Essa tendência contribui para reduzir ainda mais a influência da psicologia europeia, mesmo dentro da própria Europa. Mas é da Grã-Bretanha, com sua ampla tradição matemática, que sairão as duas principais contribuições que constituirão a base científica da psicometria: (1) a de Charles Spearman (1863-1945), psicólogo inglês que desenvolve a análise fatorial e o coeficiente de correlação de postos que leva seu nome; apesar de ter sido aluno de Wundt, sua obra foi fortemente influenciada pelas ideias de Galton; ele desenvolve a noção de *fator G*, fator subjacente às operações de identificação de relações e correlatos, revelado por operações estatísticas, de natureza inata e (2) a de Karl Pearson (1857 – 1936), colaborador de Galton, de quem escreveu uma extensa biografia; Pearson desenvolve o coeficiente de correlação produto-momento, a regressão linear e o *chi* quadrado.

Na Europa continental a Psicologia seguirá outros rumos: na Alemanha e na Áustria destacam-se os estudos relativos à percepção e ao comportamento animal, e também estudos voltados para a descrição da personalidade, com ênfase nos aspectos tipológicos; nesses países, a personalidade é considerada sob duas perspectivas: o caráter nomotético é enfatizado nos estudos tipológicos, ao passo que o caráter idiográfico predomina nos estudos do caráter. As técnicas profundas do exame da personalidade por muito tempo continuarão nas mãos dos psiquiatras, dentro do contexto clínico. Na França, consolida-se um vivo interesse pelos processos sensoriais, aliado à convicção de que a Psicologia e a Filosofia não devem afastar-se muito uma da outra (Marx e Hillix, 1963).

Sob a liderança dos Estados Unidos, a nova ciência afasta-se de suas origens puramente acadêmicas e se torna cada vez mais uma psicologia aplicada. Os psicólogos estadunidenses não só ansiavam como se preparavam para essa reviravolta, como mostra o pronunciamento de Gordon W. Allport (1897-1967), presidente da APA em 1939:

Pela primeira vez em 47 anos de história, esta Associação escolheu a costa do Pacífico para a sua reunião. Esse encontro em dois grandes centros de pesquisa e ensino é prova não só do maior número de membros e do avanço de nossa influência e de nossa prosperidade de costa a costa, como também pode representar simbolicamente a rota para o oeste da cultura estadunidense; ou, para quem aprecia a perspectiva épica, pode significar a marcha da Mente para o oeste, da Ásia para a Europa e desta última para a América. Mas quer pensemos em termos de simbolismo histórico ou não, dificilmente poderemos negar, neste momento em que as trevas envolvem o continente europeu, que o 47º Encontro Anual encontra o fardo do avanço científico da psicologia sobre seus ombros, como jamais esteve sobre os integrantes desta Associação. Felizes de nós que, ao assumir esse fardo, contamos com o apoio dos ilustres imigrantes que há tão pouco tempo chegaram para juntar suas forças às nossas.

Com a responsabilidade de preservar e eventualmente reabilitar o mundo da psicologia que está sobre nossos ombros, convém examinarmos nossas credenciais. Estamos nós, psicólogos estadunidenses, preparados para desempenhar a liderança versátil exigida pela nossa disciplina tão abrangente? Estamos preparados para desenvolver as potencialidades de todas as suas partes? Essas não são perguntas retóricas, e sim questões muito práticas e urgentes da nossa ciência. Ao mapear o curso que a psicologia estadunidense adotou em seu passado recente, nós podemos determinar se os sinais que observamos prenunciam o crescimento global da psicologia sob nossa liderança e a extensão de suas influências benéficas para a humanidade em geral (Allport, 1939, p. 371-372).³⁹

A forte influência estadunidense se fará sentir, também, no uso dos testes psicológicos em nosso país.

³⁹ For the first time in the forty-seven years of its history this Association has elected to assemble on the coast of the Pacific. This meeting at two great centers of learning and research is not only proof of the ocean-to ocean seep of our membership, of our influence and prosperity, but may be taken to symbolize as well the westward trek of culture in America; or to those who like epic perspective, it may signify the westward march of Mind from Asia, to Europe, to America. But whether we think in terms of historical symbolism or not, we can hardly deny, at a time when heavy darkness has descended over the European continent, that this Forty-seventh Annual Meeting finds this burden of scientific progress in psychology resting as never before upon the membership of this Association. Fortunate we are in assuming this burden to have the support of gifted émigrés who have come recently to join their strength to ours.

With the responsibility for the preservation and eventual rehabilitation of world psychology falling upon our shoulders, we do well to examine our credentials. Are we American psychologists equipped for the versatile leadership demanded by our comprehensive discipline; are we prepared to develop the potentialities of all its parts? These are not rhetorical questions but questions of such immediate, practical import for our science that I propose from this unusual vantage point today to seek answers as definite and unequivocal as possible. By charting the course American psychology has taken in its recent past we can determine whether the signs we observe augur the wholesome growth of psychology under our leadership and the extension of its beneficial influences to humanity at large.

III. Os testes psicológicos no Brasil

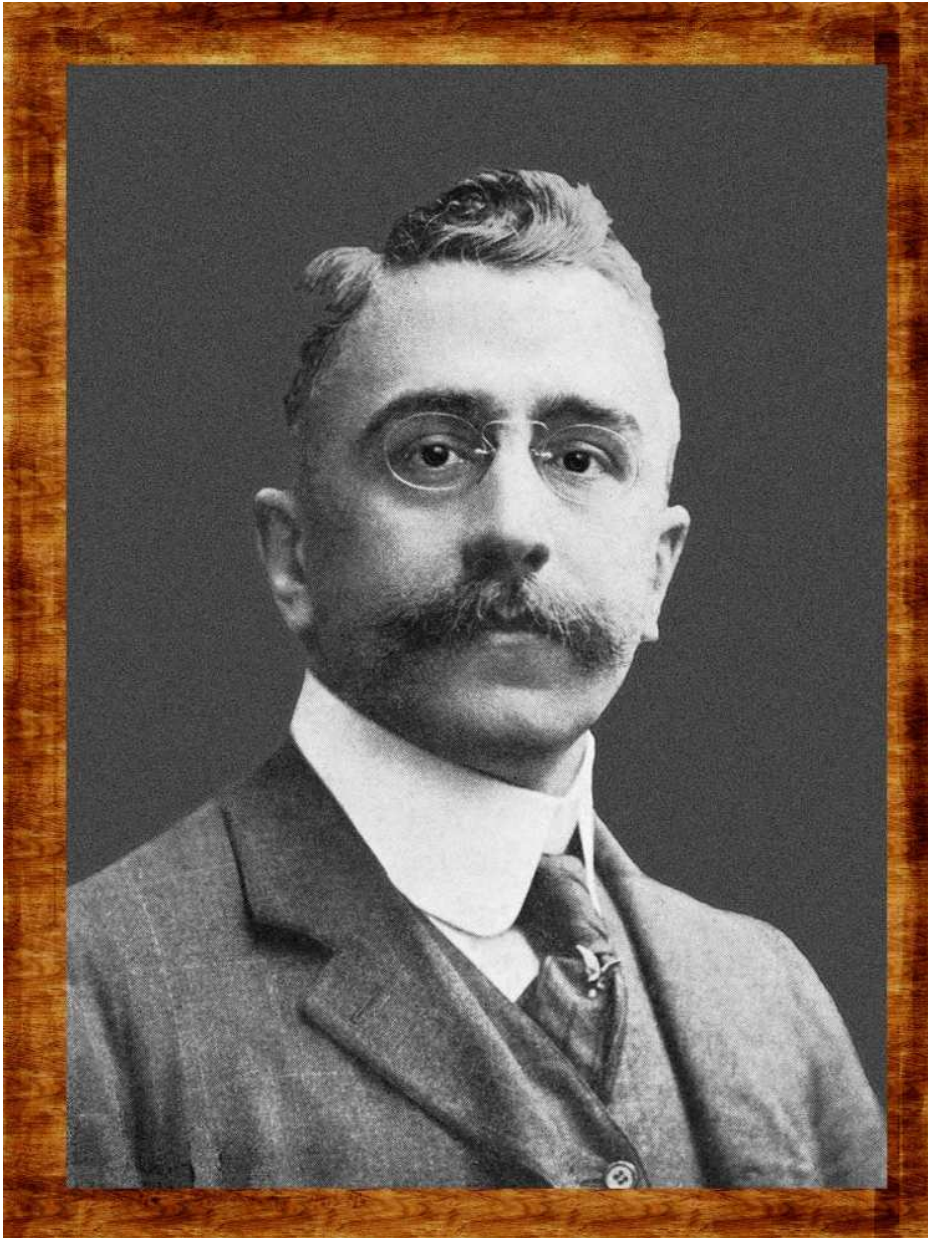


Figura 8. Medeiros e Albuquerque

No Brasil, já em 1920 profissionais das mais diversas áreas buscam na Psicologia a fundamentação para suas práticas.

Os médicos recorriam à psicologia para fundamentar programas preventivos de saúde mental, e de recursos técnicos para a definição de diagnóstico. Os educadores buscavam na psicologia os fundamentos teóricos para uma prática pedagógica científica. Os advogados procuravam na psicologia elementos para a compreensão, elucidação e intervenção em problemas de delinquência e criminalidade. Os engenheiros recebiam o instrumental psicológico como uma contribuição científica valiosa à análise das condições organizacionais do trabalho, ao ajustamento do trabalhador às especificidades ocupacionais, e ao melhoramento da eficiência produtiva. Com efeito, a psicologia expandia-se no Brasil como uma novidade técnica avançada, solidamente fundamentada em princípios científicos, passando a constar nos currículos das faculdades de filosofia, instituídas a partir da década de 1930. (Gomes, 2004, p. 60)

Entretanto, é pela via da educação que os testes psicológicos entram no país, pelas mãos de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867 – 1934). Em consonância com o espírito da época, inspirado pelo positivismo de Comte e pelas correntes liberais que orientam o modelo republicano brasileiro, os testes psicológicos são vistos como o passaporte para dar à incipiente Psicologia do país o status de ciência. Usados na educação, seriam instrumentos poderosos para a tão almejada modernização do país, e como tais passam a ser adotados também por profissionais das mais diversas áreas.

Como indica Antunes (2004), na década de 1920 a defesa da organização de um sistema nacional de educação assume formas mais definidas e sistemáticas. Já em 1906 fora criado o primeiro laboratório de Psicologia do Brasil, planejado por Binet e dirigido pelo médico sergipano Manoel Bomfim (1868 – 1932) por aproximadamente 15 anos. Mas é a partir dos anos 20 que as Escolas Normais, inspiradas pelos princípios da Escola Nova, que têm na Psicologia um dos seus principais pilares, passam a ter laboratórios de Psicologia, particularmente interessados no estudo e desenvolvimento de técnicas do exame psicológico.

As escalas Binet-Simon aparentemente já vinham sendo usadas no Brasil desde meados da década de 1910, pelo médico pediatra Antonio Fernandes Figueira (1863-1928), reconhecido inovador das práticas pediátricas no Rio de Janeiro. Mas o grande impulso para a difusão desses instrumentos se dá em 1924, com a publicação da obra *Tests: introdução ao estudo dos meios científicos de julgar a intelligencia e a applicação dos alumnos*, de Medeiros e Albuquerque (1867 – 1934)⁴⁰. Nos anos seguintes são publicadas várias obras

⁴⁰ Medeiros e Albuquerque, nascido em Recife, era jornalista, poeta e escritor. É de sua autoria a letra do Hino da Proclamação da República.

sobre técnicas do exame psicológico, como *O movimento dos testes*, de C. A. Baker, em 1925; *Teste individual da inteligência*, de Isaias Alves, em 1927; *O método dos testes*, de Manuel Bomfim, em 1928; *Testes: como medir a inteligência dos escolares*, de Celsina Faria Rocha e Bueno Andrade em 1931; *Testes ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*, de Lourenço Filho, em 1933 (Gomes, 2004).

De início, a psicologia brasileira sofre forte influência da psicologia europeia, particularmente a francesa ou de países francófonos, como a Bélgica e parte da Suíça. Isso pode ser constatado pelas contribuições e viagens para o Brasil de nomes como Édouard Claparède (1873 - 1940) e Henri Piéron (1881-1964), legítimos sucessores do pensamento de Binet. Entretanto, a “escala Binet” introduzida por Medeiros e Albuquerque é aquela adaptada por Cyril Burt (1883 – 1971), psicólogo educacional inglês que nutria profunda admiração por Galton, suas ideias e sua obra. Medeiros e Albuquerque vê nos testes uma contribuição confiável para a educação democrática e competente, e indica a possibilidade de ampliar sua aplicação para a orientação profissional e a seleção de pessoal (Gomes, 2004). Além disso, o autor é enfático quanto à necessidade urgente de uma maior divulgação das obras dos psicólogos estadunidenses no Brasil.

Os que desejam estudar o assunto [os *tests*] vêm-se, entretanto, embaraçados, porque entre nós, no domínio intelectual, nada entra sinão vindo da França. E precisamente em francez ainda não existem bons livros sobre essa questão. É verdade que Binet foi francez e a elle se deve o estupendo impulso que teve o emprego dos *tests*. Mas, como tantas vezes acontece, a sua iniciativa perdeu-se quasi completamente em sua patria. Foram os Estados Unidos que tomaram a dianteira do movimento. E hoje, ao passo que ha milhares de obras a tal respeito nos Estados Unidos, não sei de nenhuma em francez, especialmente dedicada a isso. (Medeiros e Albuquerque, 1924, p. 8).

A influência da psicometria estadunidense no nosso país cresce paulatinamente, à medida que seu cientificismo passa a ser amplamente endossado; como em outras partes do mundo, ela passa a afetar de modo inexorável a vida das pessoas comuns. No esteio das iniciativas de modernização e racionalização dos processos administrativos do Brasil, a partir da área de educação os instrumentos psicométricos da Psicologia passam a ser aplicados à organização do trabalho, com incentivos diretos ou indiretos dos governos federal e estaduais (Antunes, 2004).

...as diretrizes estabelecidas pela política econômica, de caráter nacional-desenvolvimentista, em busca do incremento do processo de industrialização e da racionalização de sua administração, veio encontrar na Psicologia um cabedal de conhecimentos úteis para seus propósitos, além de mais uma vez demonstrar a presença direta e marcante do estado na economia e nos meios para sua efetivação, na medida em que investia diretamente no desenvolvimento de uma área de saber que lhe proporcionava um conjunto de técnicas e conhecimentos necessários para a concretização de seus projetos. (idem, p. 131)

A psicologia clínica, propriamente dita, não se constitui como modalidade de atuação nesse período inicial, pois sequer é encarada como ciência autônoma, e sim como elemento subsidiário da área médica (Antunes, 2004). “Essa idéia é reforçada pela resistência dos médicos, mais tarde, à regularização da profissão de psicólogo com atribuição clínica, além de outras investidas posteriores” (idem, p. 132). As primeiras técnicas clássicas da área clínica são trazidas da Europa para o Brasil no final da década de 1930, mas o campo da investigação da personalidade só se desenvolverá posteriormente.

A partir da II Guerra Mundial ocorre uma incrível expansão da psicologia aplicada e particularmente das técnicas que um artigo publicado em 1939 qualificara de “projetivas”. O Rorschach e o TAT desligam-se de suas raízes clínicas ou experimentais para se tornarem as grandes técnicas de investigação da personalidade (Augras, 1984, p. vi)

As primeiras aplicações do Psicodiagnóstico de Rorschach de que se tem notícia são feitas no Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Leme Lopes em 1932. Em 1934, em Minas Gerais, T. Bastos publica estudos com o método de Rorschach em casos clínicos de Endocrinologia. No mesmo ano, em São Paulo, são publicados os artigos de Robert Velt *O “test” de Rorschach (novo “test” de alto valor diagnóstico para a psicologia e a psiquiatria)* e E. A. Whitaker (*O caráter e a orientação profissional: testes de caráter*, na Revista do IDORT). Em 1944, Leão Bruno levanta 25 títulos relacionados ao método das manchas de tinta. Pelo menos até essa data, todos os que estudavam o Rorschach no Brasil eram autodidatas, destaca o autor (Sousa, 1970). A Sociedade Rorschach de São Paulo, dedicada ao estudo das técnicas projetivas, é fundada em 1952. Em 1955, Sousa publica *O Método de Rorschach*; o próprio *Psychodyagnostik* só será publicado no Brasil em 1967.

A expansão das técnicas temáticas e das técnicas gráficas é ainda mais lenta, talvez pela complexidade de sua aplicação e dos conhecimentos teóricos que envolvem, acredita Augras (1984). Os primeiros livros dedicados exclusivamente a essas técnicas são da década de 1980: sobre técnicas projetivas gráficas, Odette Lourenção Van Kolck publica duas obras (*Interpretação psicológica de desenhos*, em 1981; *Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico*, em 1984); sobre técnicas temáticas, Esther França e Silva publica *O Teste de Apercepção Temática de Murray (TAT) na cultura brasileira*, no Rio de Janeiro, em 1984. Em São Paulo, são publicados *TAT: aplicação e interpretação do Teste de Apercepção Temática* (Silva, 1988) e *Análise e interpretação do CAT* (Montagna, 1988).

É importante observar, entretanto, que também na área clínica a contribuição dos profissionais da educação foi essencial, como destaca Antunes (2004); as demandas educacionais constituíram o núcleo do que posteriormente viria a conformar-se como campo específico de atuação dos profissionais da Psicologia. Em 1962, a profissão de psicólogo passa a ser reconhecida no Brasil, sendo a utilização de métodos e técnicas da Psicologia definida como função privativa do psicólogo. Como ocorrera nos Estados Unidos, consolida-se, no país, a associação entre a prática da profissão e o uso de instrumentos de exame psicológico. Apesar das diferenças históricas entre os testes psicológicos nomotéticos e as técnicas idiográficas, e entre testes psicométricos e técnicas projetivas, todo o heterogêneo arsenal de técnicas do exame psicológico aplicado nas áreas da educação, organização do trabalho e clínica é referido, genericamente, como “testes psicológicos”.

DISCUSSÃO

Um ponto crucial na história dos testes psicológicos foi a apropriação, por Goddard, da escala elaborada por Binet. As alterações subsequentes, introduzidas por Lewis Terman, enfatizam a quantificação do desempenho e consolidam o uso do QI, e fazem uso das contribuições de matemáticos britânicos para a avaliação dos atributos psicométricos dessa técnica.

Começamos por analisar as diferenças nas concepções de inteligência, de Binet e Terman, subjacentes ao procedimento de exame das funções intelectuais superiores.

Da aproximação à reificação

Binet considera os seguintes aspectos no uso de sua escala (Gould, 1981; Martin, 1977):

- (1) Os resultados numéricos obtidos não passam de um recurso prático que não fundamenta qualquer teoria de inteligência, pois “inteligência” não passa de um construto conveniente, bastante complexo e vagamente relacionado a funções envolvidas na capacidade de julgamento. Trata-se de uma dimensão multiforme que designa um conjunto de capacidades, sem caráter inato ou permanente, que não pode ser mensurado dada a complexidade do conceito. A escala não considera a possibilidade de medir qualquer entidade reificada. “Somente um arroubo de simplificação pode considerá-la, ou a outros instrumentos, como ‘medida de inteligência’” (Martin, 1977, p. 458).
- (2) A escala destina-se ao diagnóstico de problemas escolares, como uma fonte de informação que deve ser integrada a dados de várias outras, e atende a uma necessidade prática. Serve de guia aproximativo e empírico para identificar crianças levemente atrasadas que apresentam problemas de aprendizagem e necessitam de assistência especial para a formação escolar; a escala não se presta para o estabelecimento de hierarquias entre crianças normais.
- (3) Qualquer que seja a causa das dificuldades de que padecem as crianças, a ênfase deve recair na possibilidade de aprimoramento da sua capacidade através de uma educação especial. O baixo desempenho não deve ser usado para atestar uma

capacidade inata limitada, mas sim para identificar como uma assistência especial pode contribuir para melhorar o desempenho.

Em oposição às ideias de Binet, Lewis Terman adota uma teoria geral de inteligência que enfatiza seu caráter inato; para esse autor, a inteligência é abstrata, unilinear e dominante sobre todas as capacidades; a escala visa à classificação de indivíduos, tornando-se instrumento de políticas eugenistas. Acredita que a medida revela uma verdade mais real que a própria realidade.

É estranho que a mãe se sinta animada e esperançosa ao ver que seu filho está aprendendo a ler. Ela não parece se dar conta de que, nessa idade, deveriam estar faltando só três anos para ele entrar no 2º grau. Em apenas quarenta minutos, o teste disse mais sobre a capacidade intelectual desse menino que tudo o que sua inteligente mãe pudera aprender durante onze anos de observação, dia após dia, hora após hora. Pois X é débil mental; nunca concluirá a escola primária e nunca será um trabalhador eficiente ou um cidadão responsável (Terman, 1916, p. 117)⁴¹

Como destaca Martin (1977), a concepção de inteligência adotada por Terman apresenta uma dupla reificação: (1) os testes de inteligência de fato são capazes de medir e, portanto, de triar (classificar, selecionar) os indivíduos de acordo com a “inteligência”, (2) a “inteligência” é uma dimensão mensurável.

Assim, existe um tipo de inteligência que domina todos os outros tipos de aptidões humanas: a inteligência abstrata. Mais uma pessoa é dotada da capacidade de raciocinar de modo abstrato, mais ela será capaz de se adaptar a todas as situações. A unidimensionalidade e a aditividade (pelo menos teórica) da inteligência abstrata não são colocadas em dúvida: é uma dimensão que os indivíduos possuem em diferentes graus, e a operação que consiste em atribuir um pouco dessa dimensão a um indivíduo permite desenvolver suas capacidades globais. (Martin, 1977, p. 458)

Para a validação desses instrumentos, assim como na base de sua fundamentação teórica, são adotados tratamentos estatísticos como análise fatorial e correlação. Sua base matemática é inatacável, mas sua utilização como instrumento para se investigar a estrutura física do intelecto desde o início apresenta profundos erros conceituais, afirma Gould (1981). Como Martin (1977), o autor identifica na reificação a principal fonte de erro – a ideia de que um conceito tão impreciso e tão dependente do contexto social como a inteligência possa ser identificado com uma “coisa” única, passível de mensuração, à qual a atribuição de um valor numérico específico permite classificar as pessoas de modo unilinear, em função da

⁴¹ Strange to say, the mother is encouraged and hopeful because she sees that her boy is learning to read. She does not seem to realize that at his age he ought to be within three years of entering high school. The forty-minute test had told more about the mental ability of this boy than the intelligent mother had been able to learn in eleven years of daily and hourly observation. For X is feeble-minded; he will never complete the grammar school; he will never be an efficient worker or a responsible citizen.

quantidade do atributo específico que cada um supostamente possui. Destaca ainda que o coeficiente de correlação (r de Pearson), apesar de fácil de calcular, tem sido objeto de numerosos erros de interpretação. Já a análise fatorial tem se mostrado útil para simplificar grandes conjuntos de dados por meio da redução da quantidade de dimensões; entretanto, se por um lado parte das informações é perdida com esse tratamento, por outro pode ser identificada uma estrutura ordenada no grupo mais reduzido de dimensões. Deve-se levar em conta, entretanto, que “os produtos da análise fatorial são predeterminados pelo que se coloca nela” (Bandura, 1999, p. 21).

A redução, a simplificação e a reificação subjacentes ao tratamento estatístico que valida e fundamenta os testes de inteligência contaminarão também os instrumentos de avaliação da personalidade. Mais uma vez, os pioneiros têm sua obra apropriada por mãos que as transformam e distorcem, agora não mais apenas ao nível dos recursos intelectuais, mas também ao nível dos atributos constituintes do homem. A partir da *PDS* de Woodward, considerada pelo autor como mera lista de sintomas a ser seguida de acompanhamento médico posterior, desenvolvem-se inúmeros instrumentos baseados em autorrelatos cujos pressupostos jamais chegam a ser explicitados. Nesse grupo destacam-se os inventários de personalidade baseados na teoria dos traços. A crítica de Gould, restrita originariamente ao conceito de inteligência, é válida também para traços de personalidade – agressividade, neuroticismo etc. – cuja fundamentação também se apoia nos estudos de correlação e análise fatorial.

Pervin, Cervone e Jphn (2005) levantam algumas críticas contundentes à análise fatorial e sua aplicação à teoria dos traços, como a de que os fatores identificados por meio desse procedimento equivalem a carne de salsicha reprovada pela vigilância sanitária (Allport, 1958) ou a de que o método equivale a colocar as pessoas em uma centrífuga e aguardar a saída da “matéria básica” (Lykken, 1971; Tomkins, 1962). Para aqueles autores, um grande problema relacionado à análise fatorial é que não se pode supor que os fatores encontrados no estudo de uma população existam na constituição psicológica de cada indivíduo da população – uma limitação importante, considerando-se que um dos principais objetivos da teoria da personalidade é justamente explicar a experiência psicológica *individual*.

Tem-se assim que a abordagem psicométrica da investigação da personalidade funda-se no (e confunde-se com o) método estatístico e é “centrada nos testes” – conjuntos de afirmações desvinculadas de qualquer contexto, que se supõe sejam suficientes para cobrir a gama de situações que o indivíduo enfrenta em seu dia a dia; em si, acredita-se, esses instrumentos revelam uma estrutura “estável” da pessoa que a leva a agir de determinada

maneira. Os estudos referentes a esses instrumentos exigem grandes amostras, constituídas de grupos naturais ou artificiais, usados como referência para posicionar o indivíduo testado em uma escala linear que supõe diferenças referentes à “quantidade” em que se possui cada traço.

Para Bandura (1999, p. 21),

a busca de uma estrutura da personalidade pela análise fatorial de um conjunto limitado de descritores de comportamento essencialmente reduz a um método psicométrico a busca por uma teoria [...] As variações quanto à extensão do conjunto de traços tem alimentado debates semânticos sobre o que constitui um traço, qual deve ser sua amplitude e se os traços devem ser discutidos como grupos desvinculados ou como grupos interligados com traços cardinais que envolvem traços secundários. Essa controvérsia é uma reminiscência dos debates do passado sobre o número correto de instintos ou motivos cardeais.

Já a abordagem subjacente às técnicas projetivas é bastante distinta sob vários aspectos, a começar pela rígida submissão dessas técnicas ao método clínico.

A submissão ao método clínico

Watson (1951) define o método clínico em psicologia como aquele que é associado à aplicação de princípios e técnicas da Psicologia aos problemas de um indivíduo. Baseia-se em conhecimentos não só da psicologia acadêmica, mas de todas as disciplinas relacionadas ao funcionamento da personalidade (psicologia, teoria de personalidade, psiquiatria, psicanálise, antropologia, entre outras).

Considerando que esse método constitui a essência da psicologia clínica, é importante esclarecer o que a psicologia clínica *não é*, declara Watson. Vale a pena retomar aqui as indicações do autor, uma vez que concepções equivocadas quanto ao que seja a psicologia clínica e os métodos de que faz uso persistem até hoje. Assim, a psicologia clínica (1) *não é* uma divisão da psicologia; é uma área de investigação na qual teorias e dados experimentais de disciplinas como psicopatologia, psicologia do desenvolvimento, psicologia da personalidade e outras de outros campos do conhecimento são integrados e aplicados em uma abordagem holística para a compreensão do indivíduo; uma característica que distingue o método clínico é a utilização de material dessas áreas visando ao diagnóstico e ao tratamento; (2) *não é* um mero sinônimo de psicometria, nem é o psicólogo clínico um psicometrista ou um técnico em aplicação de testes; (3) *não é* apenas uma abordagem que visa ao diagnóstico; a diferenciação entre diagnóstico e tratamento é puramente didática, pois o diagnóstico se desenvolve durante todas as sessões com o cliente e os efeitos terapêuticos podem se fazer

sentir a partir do primeiro contato; (4) *não é* caracterizada pelo local em que é praticada nem pelo tipo de cliente atendido; a atuação dos psicólogos clínicos não se limita a clínicas e hospitais (Watson, 1951).

No método clínico, as técnicas projetivas têm se mostrado instrumentos valiosos “e uma das mais fecundas aplicações práticas das concepções teóricas da psicologia dinâmica” (Anzieu, 1976, p. 15). São instrumentos “centrados na pessoa”, voltados para a singularidade do examinando; assim sendo, não têm, em si, qualquer valor unívoco ou absoluto. Entre os autores dedicados ao estudo das técnicas projetivas, há unanimidade em relação a alguns pontos⁴².

As técnicas projetivas são essencialmente qualitativas. Hermann Rorschach já alertava, referindo-se ao seu “experimento”: “[O Psicodiagnóstico] indica, sobretudo, a qualidade dos sintomas, enquanto que os aspectos **quantitativos** somente de **maneira imprecisa** poderiam ser determinados.” (Rorschach, 1921, p. 127, negrito no original)

As técnicas projetivas não são métodos que possam ser aprendidos de modo mecânico.

Para determinados aspectos científicos e para levantamentos estatísticos, a simples contagem dos valores pode bastar ou mesmo ser o essencial. Para o diagnóstico da personalidade propriamente dito, a parte mecânica, especialmente a matematicamente exata, é por certo necessária, mas não constitui senão a base. Disto surge a freqüente má utilização do método de Rorschach, que faz com que o teste seja substituído por um arcabouço mecânico. (Morghentaler, sd, p. 243)

A experiência e a prática são fatores de grande importância para todas as técnicas projetivas, dada sua complexidade.

A diferença entre uma boa interpretação dos protocolos de Rorschach e a dos testes de personalidade mais antigos é semelhante à existente entre o esforço necessário para dominar as quatro operações aritméticas básicas (soma, subtração, divisão e multiplicação) e, por exemplo, geometria algébrica. É mais fácil aplicar a tabuada do que fórmulas geométricas, mas ninguém argumentaria que, por esse motivo, as últimas são menos objetivas e válidas do que a primeira. (Piotrowski, 1957, p. ix)⁴³

⁴² Citaremos literalmente autores dedicados ao estudo do Psicodiagnóstico de Rorschach, por ser esse instrumento de investigação da personalidade um dos mais vulneráveis à tentação psicométrica. Os pontos abordados, entretanto, são aplicáveis a todas as técnicas projetivas, como as gráficas e as temáticas.

⁴³ The difference between a sound interpretation of Rorschach records and that of older personality tests is similar to that between the effort required to master the four basic arithmetical processes (addition, subtraction, division and multiplication) and, say, algebraic geometry. It is easier to apply the multiplication table than algebraic formulae, but no one would argue that for this reason the latter are less objective and valid than the former.

Particularmente em relação ao seu *Psicodiagnóstico*, Rorschach afirma:

Poderia parecer [...] que a difícil arte de diagnosticar viesse a transformar-se numa técnica de modo que qualquer prático de laboratório, seguindo as necessárias instruções, pudesse fabricar psicogramas da mesma forma que ele tinge bacilos de tuberculose. Tais dúvidas não podem persistir. Um determinado treino no pensamento psicológico é necessário para se poder tirar conclusões certas à base do levantamento de grande número de fatores. É necessária, também, uma longa experiência. Para adquirir tal experiência é preciso um grande material comparativo que cada um precisa reunir por si. Somente através da aplicação de uma série de provas obtidas num material humano que abranja diferentes tipos, poderia fornecer esta base comparativa. [...] A prova deve, bem entendido, servir principalmente como um meio auxiliar do diagnóstico clínico. (Rorschach, 1921 p. 128)

Essas afirmações aplicam-se também às demais técnicas projetivas que se baseiam, como conjunto, nos seguintes pressupostos:

Os instrumentos não têm verdades em si; as respostas adquirem significado dentro do contexto específico em que são obtidas.

A qualidade dos dados obtidos depende essencialmente da habilidade do clínico em articular os diferentes dados obtidos de fontes diversas. As inferências psicológicas sobre cada indivíduo devem ser fundamentadas a cada passo, mediante confirmações independentes (Tavares, 2003). Mais do que a validade do instrumento, o fator decisivo é a formação do profissional que o utiliza. Binet insistia na importância do treinamento, na observação do indivíduo que está ali, na consideração da relação interpessoal que se estabelece no momento da aplicação.

A conveniência e a facilidade de aplicação das técnicas projetivas, principalmente as que aparentemente se prestam às aplicações coletivas, acabaram por contribuir para o uso desses instrumentos em contextos e para finalidades nem sempre adequados, muitas vezes desconsiderando suas limitações e a estrita dependência, dessas técnicas, de informações de outras fontes que contextualizem os dados obtidos e fundamentem as inferências levantadas. Não há interpretações unívocas dos estímulos que possam ser adotadas como um “livro de receitas”; não se justificam as interpretações “centradas no teste” em detrimento das “centradas na pessoa”, principalmente quando estão em jogo decisões que poderão ter grande impacto sobre a vida dos indivíduos que se submetem a essas técnicas. As conclusões sobre um determinado indivíduo que não levam em conta o contexto da aplicação e fontes de informação diversas que contribuam para a fundamentação das hipóteses levantadas a partir da produção do indivíduo podem resultar em tomadas de decisão infundadas ou arbitrárias.

Para alcançar uma estratégia diagnóstica que mantenha um compromisso ético e humanitário, precisamos compreender as técnicas que utilizamos, suas funções, vantagens e limitações, respeitando a complexidade de cada técnica, do processo de avaliação psicológica e do sujeito submetido a ele. A compreensão dessas complexidades, como parte da técnica, além do conhecimento dos procedimentos específicos de avaliação e da capacidade de integração destes, exige competência na observação clínica, nos procedimentos de entrevista, no emprego de conhecimentos em psicopatologia, psicodinâmica, teorias de desenvolvimento, etc., dentro de uma visão complexa da interação dessas competências no uso dos procedimentos e na relação com o sujeito. (Tavares, 2003, p. 125)

Sem dúvida, basear-se nas afirmações de uma autoridade que assegure um significado fixo de um escore ou símbolo particular pode dar uma sensação espúria de segurança aos profissionais menos preparados. “Isso não significa que a relação válida entre um determinado escore e um determinado significado seja inútil. Apenas significa que ela ainda exige julgar se esse significado se aplica a um caso específico”. (Schachtel, 1966, p. 3)

Uma das críticas mais comuns às técnicas projetivas, decorrente sem dúvida de sua dependência da qualificação de quem as utiliza, é seu caráter “subjetivo”. Se, por um lado, o desenvolvimento de abordagens “selvagens” pouco integradas com o corpo de conhecimento da psicologia da personalidade normal e anormal e relações interpessoais constitui um perigo para o levantamento de inferências adequadas e pertinentes que não sejam fruto da imaginação ou projeção do clínico, a redução da validade de um instrumento à mera demonstração estatística também constitui um grave risco. Como afirma Schachtel, referindo-se especificamente ao Psicodiagnóstico de Rorschach, mas que pode ser estendido para as técnicas projetivas em geral:

A validação empírica da significância de sintomas de determinados resultados do Rorschach não difere, em princípio, de algumas validações que fundamentam boa parte do conhecimento popular, por exemplo, a experiência recorrente de uma relação entre dois fatores, um escore e uma característica ou tendência, um conteúdo ou símbolo onírico e seu ‘significado’. A principal diferença é que agora dispomos de métodos estatísticos que nos dizem quando aceitar tal relação como válida, o que não exclui a possibilidade de que em qualquer caso específico ela não seja válida. Nenhum volume de validação do significado dos escores do Rorschach pode substituir a compreensão do que se passa no teste e em sua interpretação. [...] usar o teste sem um esforço efetivo em compreender o máximo possível de sua fundamentação é tão tentador quanto perigoso. (Schachtel, 1966, pp. 2-3)

Não há dúvida de que a identificação de características próprias de grupos clínicos específicos contribui com dados importantes para a compreensão de aspectos relacionados à dinâmica ou patologia subjacente; por outro lado, elas nada dizem sobre as especificidades de cada caso. Isso fica claro, por exemplo, nos estudos baseados em itens isolados, particularmente nas pesquisas com técnicas projetivas gráficas. Os desenhos – como os

protocolos de Rorschach ou o conjunto de histórias narradas nas técnicas projetivas temáticas – não devem ser analisados e considerados como mera somatória de sinais ou características de produção que se prestam, ou não, a exercícios matemáticos. Essa configuração singular de forças escapa completamente aos índices numéricos, aos itens isolados ou às categorias amplas e abstratas (Silva, 2008).

Refinamentos excessivos da “técnica”, se não fundamentados nos avanços da teoria e validados por dados empíricos e compreensão efetiva, podem levar a uma tendência em confundir os aspectos que se pretende estudar com o método usado pelo estudo, privilegiando equivocadamente escores e tabulações complexos e impactantes em detrimento de uma compreensão mais aprofundada e mais sutil.

Esforços para tornar a psicologia uma ciência mais objetiva, dentro dos parâmetros e dos métodos das ciências empírico-formais, sempre foram observados. Não podemos, no entanto, adaptar nosso objeto de estudo a um método específico, escolhido pelo fato de ser o mais aceito ou mais fácil de ser seguido. É o método de pesquisa que deve se adaptar, de acordo com as características do objeto que é pesquisado, dentro do contexto teórico com o qual tal objeto é enfocado. (Calil e Arruda p. 100)

Após o longo percurso até este ponto, cabe perguntar: seria o rótulo “testes psicológicos” adequado para a diversidade de instrumentos de investigação de aspectos psicológicos que pretensamente abrange?

Medir não é compreender

Como vimos, a tradição psicométrica e a tradição clínica têm origens bastante distintas. Esta última, com origem em Binet, partiu da necessidade prática de identificar crianças que precisavam de assistência para acompanhar o currículo escolar; voltados para o diagnóstico, os instrumentos clínicos tinham como objetivo contribuir para o encaminhamento e a recomendação de intervenções a cada caso. Aquela, com origem em Galton, prestou-se à consolidação da profissão de psicólogo, particularmente como agentes de engenharia social alinhados aos ideais eugenistas, e ao reconhecimento, por parte da sociedade, do valor dos serviços prestados por esses profissionais, servindo de início à exclusão social. Além de responder à crescente demanda social, externa ao campo, pelos seus produtos, a vertente galtonista procurou convencer o público de que a nova ciência era, de fato, científica, segundo a concepção de ciência dominante na época.

O produto valorizado pela sociedade e que esses profissionais vendiam era a *expertise* profissional – uma categoria bastante abstrata. Era necessário que os psicólogos legitimassem sua pretensa cientificidade em termos de critérios amplamente aceitos e baseados nas noções dominantes de método científico.

Legitimar suas práticas em termos de princípios supostamente universais e eternos do método científico era, portanto, uma preocupação permanente – frequentemente ao ponto da obsessão – dos profissionais que viam mais longe. (Danziger, 1990, p. 119)

Desenvolve-se assim um conjunto de regras institucionalizadas para regular e coordenar a atividade de seus profissionais, de modo que estes contribuíssem para, ou pelo menos não prejudicassem, o projeto da disciplina. A Psicologia como um todo sempre teve dificuldade em chegar a um consenso entre seus profissionais. A imposição de uma estrutura quantitativa sobre sua base de conhecimento sem dúvida ofereceu uma solução para essa dificuldade: itens quantificados de conhecimento parecem não-ambíguos e capazes de comandar o reconhecimento universal. Mas os psicólogos começavam a confundir a realidade estatística construída com a realidade psicológica (Danziger, 1990).

Seria possível então afirmar que instrumentos oriundos de tradições tão distintas merecem a mesma denominação? Examinemos algumas características específicas de cada um desses conjuntos de instrumentos.

1. Natureza dos instrumentos

Um ponto crucial na diferenciação das diversas técnicas do exame psicológico é seu caráter nomotético ou idiográfico. As técnicas psicométricas são nomotéticas, ou seja, partem do pressuposto de que todos os indivíduos compartilham características similares que variam apenas em termos de quantidade. As técnicas psicodinâmicas são idiográficas: voltam-se para a compreensão do indivíduo em sua singularidade, que só poderá ser apreendida levando em conta aspectos biológicos, psicológicos, históricos, sociais, culturais e circunstanciais.

2. Fundamentação dos instrumentos

Decorrente da suposição anterior, a fundamentação teórica dos testes nomotéticos advém da matemática, mais especificamente da análise fatorial (extração de fatores a partir de matrizes de correlação). Muitas vezes esses estudos são feitos em grupos grandes, nem sempre homogêneos, nem sempre correspondentes às características dos examinandos; há de se destacar, também, que frequentemente, nesses estudos, os instrumentos são aplicados em

condições bastante distintas daquelas em que serão usados na prática, usando amostras “convenientes” nem sempre correspondentes aos examinandos que a eles serão submetidos; tais grupos são considerados genericamente como “o grupo de referência” ou “amostra de padronização”, em relação ao qual o indivíduo testado será posicionado e classificado.

A fundamentação das técnicas idiográficas é complexa, com contribuições das diferentes ciências humanas e da saúde, como Fenomenologia e Psicopatologia, entre outras; no âmbito da própria Psicologia, são particularmente importantes as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento, e da Psicanálise e outras psicologias profundas, da teoria da Gestalt e, mais recentemente, das teorias cognitivistas.

3. Concepção de aspectos cognitivos e de personalidade

Nos testes psicométricos a concepção dos diferentes aspectos da personalidade decorre de uma reificação da medida; considera-se que existem aspectos estáticos, independentes entre si, presentes em todos os indivíduos; a variação interindividual é tratada como uma questão de quantidade maior ou menor desses aspectos; essas quantidades podem ser apreendidas mediante a resolução de problemas específicos.

As técnicas projetivas partem do pressuposto de que aspectos psicológicos nem são mensuráveis nem diretamente observáveis. Observa-se o indivíduo *em ação* e procura-se identificar seus modos habituais de lidar com as situações que lhe são apresentadas, inclusive a interpessoal. A ênfase é *nos processos*. Embora determinados construtos operacionais sejam adotados, não se supõe que existam enquanto entidades reais.

4. Características dos tipos de instrumentos criados

Como não poderia deixar de ser, as diferenças quanto à natureza, à fundamentação teórica e à concepção de aspectos da personalidade conferem aos instrumentos características bastante distintas.

Nos testes psicométricos, por seu caráter nomotético, é fundamental que todos os examinandos compreendam a tarefa e os estímulos da mesma maneira – sejam estes últimos afirmações com as quais se concorda ou discorda, ou situações-problemas a ser resolvidas. Particularmente nos inventários de personalidade, supõe-se, inclusive, que todos os examinandos atribuirão o mesmo significado imaginado pelo autor do teste às afirmações que lhe são apresentadas. Assim, do ponto de vista dos estímulos apresentados, parte-se do pressuposto de que sejam altamente estruturados, sem margem para a atribuição de outros significados que não os previstos pelo autor. Assim, eliminada a ambiguidade das afirmações

apresentadas, supõe-se que os dados obtidos sempre corresponderão ao universo previsto pelo autor do teste.

Nas técnicas projetivas, por seu caráter idiográfico, os estímulos devem ser ambíguos o suficiente para que cada examinando lide com a tarefa e os compreenda à sua própria maneira; embora haja algum direcionamento quanto ao que fazer (narrar histórias a partir de uma figura, dizer com o que se parecem manchas de tinta, desenhar uma casa ou árvore ou pessoa ou o que se quiser etc.), o examinando dispõe de total liberdade quanto ao modo como levará isso a cabo. Não se sabe, de antemão, como será sua produção. Os dados obtidos serão próprios do examinando, no contexto específico em que se apresentaram, e assim deverão ser entendidos.

5. Características da situação de aplicação

Dado o alto grau de estruturação dos instrumentos psicométricos, não há espaço para a individualidade do examinando, cujas particularidades, nesse contexto, constituem fonte de erro. Supõe-se que todos os examinandos: (1) compreendam os itens da mesma maneira; (2) tenham o mesmo grau de motivação, introspecção e sinceridade ao responder aos itens, tanto entre si quanto em relação à amostra de padronização; (3) tenham o mesmo grau de objetividade na apreciação de seus atributos ou condutas, tanto entre si quanto em relação à amostra de padronização; (4) adotarão o mesmo critério de quantificação desses aspectos, tanto entre si quanto em relação à amostra de padronização.

O papel do aplicador é basicamente o de assegurar a padronização da aplicação: controle do tempo, uso de material adequado, leitura das instruções presentes no manual; há uma pequena margem de liberdade para assegurar que todos os examinandos compreendam a “mecânica” da tarefa, mas não é necessária qualquer interação com os examinandos individualmente.

Nas técnicas projetivas o examinando dispõe de espaço para se expressar, comentar sua produção e interagir com o aplicador. Esses comportamentos não são considerados fatores de erro; pelo contrário, são incorporados à interpretação dos dados obtidos pela técnica, pois o foco é a conduta global do indivíduo.

A participação do aplicador é bastante ativa. Aos poucos, as técnicas projetivas se libertaram das restrições impostas pela ciência clássica, aproximando-se inicialmente das formas próprias das entrevistas semi ou não-estruturadas e, posteriormente, da possibilidade de exploração de conteúdos psíquicos profundos (Trinca, 1999). As propostas de psicodiagnóstico interativo têm ampliado ainda mais a liberdade de uso das técnicas

projetivas e exigido grande sensibilidade clínica, domínio teórico e versatilidade por parte do profissional que as utiliza (Ancona, 1995).

Como destaca Trinca (1999), do aplicador é exigido um intenso esforço de concentração durante a aplicação – como, de regra, em todo o processo de psicodiagnóstico. Ele deve estar atento às especificidades da comunicação que se estabelece, à relação com o examinando e suas variações ao longo do processo e ao que se passa em seu interior; deve também ter senso de oportunidade para identificar a ocasião em que seria recomendável intervir para fins de esclarecimento, indicação ou apoio. O aplicador não é um receptáculo vazio de respostas. Internamente há um intenso trabalho de articulação, levantamento e reformulação de hipóteses a partir do que observa externamente e também em seu interior. Esse trabalho orienta tomadas de decisão, durante todo o processo, quanto à forma de condução frente a cada caso específico .

Assim, fica clara a importância da qualificação do profissional que fará uso das técnicas projetivas. Se, nas técnicas psicométricas, a aplicação é altamente padronizada, impessoal e quase mecânica, nas técnicas projetivas o clínico é parte fundamental do processo e da interação que se estabelece.

6. Elaboração e natureza dos dados obtidos

A elaboração dos dados obtidos, nas técnicas psicométricas, é um exercício de avaliação baseado em resultados quantitativos. O desempenho do indivíduo é comparado ao do “grupo” – que é “todos”, mas, ao mesmo tempo, “ninguém” – e suas contagens brutas são transformadas, por meio de tabelas, em contagens ponderadas que indicam a posição do indivíduo dentro do grupo. Como na aplicação, a avaliação das técnicas psicométricas é mecânica e a participação pessoal do psicólogo é bastante limitada – a ponto de algumas escalas, testes e inventários serem corrigidos por programas de computador. Obviamente espera-se que o psicólogo tenha discernimento suficiente para relativizar alguns dados obtidos dessa forma. Mas isso dependerá de sua qualificação, o que extrapola a questão da validade do instrumento “em si”. O ponto a destacar aqui é: com procedimentos estritamente psicométricos pode-se chegar a um resultado final que muitas vezes terá grande impacto sobre a vida do examinando, sem que o psicólogo sequer saiba de quem se trata. Ele poderá demonstrar suas conclusões por meio de impressionantes gráficos de habilidades ou de fatores de personalidade, sem jamais ter visto o examinando, sem jamais ter trocado uma palavra com ele e sem dispor de qualquer dado de sua história de vida ou do contexto pessoal em que se deu a aplicação.

Nas técnicas projetivas, o objetivo não é avaliar o indivíduo, pois trabalha-se com dados qualitativos e descritivos voltados para a compreensão da pessoa em sua singularidade. O processo de interpretação dos dados obtidos nas aplicações de técnicas projetivas é trabalhoso e complexo. Não se trata de ponderar “os resultados do teste” e sim de submetê-los a uma articulação com dados de observação, histórico de vida, informações do contexto e dados de outras fontes. De acordo com Trinca (1999, p. 97),

... as técnicas projetivas lançaram as bases de uma nova e ampla exploração, tendo em vista uma visão de conjunto integradora da personalidade. Elas empregaram muitos tipos de referenciais teóricos da psicologia, combinaram e tentaram harmonizar os múltiplos referenciais teóricos, focalizaram os pontos cruciais da comunicação, puseram em relevo a estrutura e a dinâmica dos conteúdos inconscientes, consideraram os aspectos transferenciais e contratransferenciais envolvidos, usaram de pensamentos clínicos cada vez mais complexos e sofisticados, usufruíram de grande liberdade de aplicação e de avaliação, expressaram-se por formas cada vez mais flexíveis, atualizaram-se por procedimentos cada vez mais sensíveis, colocando-se no interior de um *setting* que deu a tônica ao processo de comunicação.

O uso adequado das técnicas projetivas exige profundo conhecimento não só de um amplo leque de disciplinas, como também a compreensão de *por que* determinados aspectos ou combinações de aspectos das respostas indicam o que parecem indicar; tal compreensão permitirá diferenciar situações em que um mesmo sintoma se apresenta, sem que necessariamente a mesma condição esteja subjacente (Schachtel, 1966). Procura-se compreender como os diferentes aspectos explorados se configuram em cada indivíduo, sempre considerando que a configuração total é mais do que a soma das partes.

Nas técnicas projetivas, os estudos estatísticos podem contribuir para a identificação de características comuns a determinadas patologias ou situações de crise, mas cada protocolo obtido deverá ser compreendido na teia de suas especificidades. Da mesma forma, softwares como o RIAP 5.0, desenvolvido para organizar os elementos da interpretação do Rorschach, não substituem a sensibilidade clínica e não trazem resultados definitivos. Para Exner e Erdberg (2005), o processo de interpretação envolve raciocínio indutivo e dedutivo, e cada novo elemento deverá ser considerado à luz de todos os elementos examinados anteriormente.

...todos os elementos do Rorschach, sejam dados estruturais, efeitos de sequência ou material verbal contribuem em última instância para a interpretação e *nenhum deles* deve ser negligenciado. Cada protocolo de Rorschach é singular em sua configuração total, e diferente de qualquer outro protocolo de Rorschach, e ilustra da idiografia da pessoa que o produziu. (idem, p. 15, itálico no original)

No processo, as hipóteses levantadas são continuamente confrontadas com informações de outras fontes, inclusive durante o próprio processo ou na entrevista devolutiva, em diálogo com o examinando, parentes envolvidos ou outros profissionais. Não há resposta com um único significado, não há verdade em um único instrumento.

7. Critérios de validação dos instrumentos

O exposto acima mostra que existem diferenças significantes entre os testes psicométricos e as técnicas projetivas quanto à fundamentação teórica, à concepção subjacente de homem, à natureza dos instrumentos, à participação do aplicador e do examinando na situação de aplicação, ao modo como são elaborados os dados obtidos, ao tipo de conclusão a que se chega, e ao grau de treinamento e qualificação exigido do profissional que utiliza essas diferentes técnicas do exame psicológico. Assim, cabe perguntar se faz sentido instrumentos tão distintos terem sua validade julgada a partir dos mesmos critérios.

Desde Galton, e pela tradição da ciência clássica, a quantificação parece ser o critério último da cientificidade. Assim, é compreensível que se exija das técnicas psicométricas procedimentos de validação quantitativos, compatíveis com seus pressupostos. Entretanto, como destacam Pervin, Cervone e John (2005), ao se trabalhar com grandes grupos não se pode supor que os fatores encontrados no estudo de uma população existam na constituição psicológica de cada indivíduo da população, o que é uma limitação importante, considerando-se que um dos principais objetivos das teorias da personalidade é explicar a experiência psicológica *individual*.

Nas técnicas projetivas, cujo caráter é exploratório e de natureza basicamente qualitativa, os números são apenas pistas: eles nem são nem traduzem realidades em si. Levy (1991) declara que as tentativas de avaliação da validade e da fidedignidade desses instrumentos sem dúvida é bem-vinda. Entretanto, é necessário que as técnicas utilizadas sejam adequadas “à matéria” de que se trata: “de outra forma, o índice de validade pode se referir não àquilo que está sendo investigado, mas, ao contrário, à ingenuidade ou à superficialidade da técnica de validação” (idem, p. 64).

Nos procedimentos de avaliação tradicionais, as variáveis costumam ser isoladas, como ocorre, por exemplo, nos estudos de traços ou aptidões; isso é impossível no caso das técnicas projetivas, nas quais o produto final é resultado de inúmeras variáveis: percepção, processamento de informações, memória, recursos intelectuais, tônus muscular, só para citar algumas, e, obviamente, a própria história do indivíduo. Também de grande importância é o contexto em que as técnicas projetivas são aplicadas. É fundamental um *setting* que possibilite

a relação direta psicólogo-examinando e que favoreça a disposição do indivíduo a se dar a conhecer. O indivíduo não é uma abstração ou um “posto” em uma sequência numérica. É um indivíduo real, que opera na vida real. É assim que devemos observá-lo.

A natureza idiográfica das técnicas projetivas e a interpretação de variáveis interrelacionadas que só têm sentido na configuração própria de cada caso tornam esses instrumentos pouco adequados para estudos de validação estritamente psicométricos, simplistas e reducionistas. Esperar uma validade universal e abstrata dessas técnicas, desvinculada do contexto particular em que elas são usadas (o que inclui o examinando, o examinador, o objetivo da aplicação etc.) significa desconhecer o que lhes é mais característico; para além de significados específicos, a validade das conclusões dependerá, basicamente, da habilidade, do treinamento e da amplitude de conhecimentos do clínico que as elabora.

Como apontam G. Meyer e colaboradores (2001), os coeficientes de validade próprios da psicometria podem levar a subestimar a validade real dos instrumentos pesquisados; e, mesmo que sejam observadas diferenças estatisticamente significativas entre grupos, isso em nada contribui para um diagnóstico específico (Heidgerd, 1991).

Também é possível questionar a validação quantitativa dos instrumentos conduzida em situações de pesquisa desvinculadas das situações em que os instrumentos são usados na prática; de modo geral o contexto de pesquisa, sem conseqüências para o sujeito ou qualquer motivo de interesse pessoal mais profundo, é bem menos ameaçador do que a situação real em que os instrumentos são aplicados. Nesse sentido,

O simples conhecimento, por parte do sujeito, de que está envolvido em um estudo é suficiente para alterar, de forma significativa e certamente em um nível desconhecido, sua resposta diante do pesquisador. (González Rey, 2002, pág. 78)

A única forma de contornar essa dificuldade é ater-se às especificidades da produção de cada indivíduo com o objetivo de captar o padrão que lhe é peculiar. A produção do indivíduo deve ser avaliada qualitativamente, considerando o máximo possível de informações, inclusive de outras fontes. Nesse sentido, trata-se mais de uma pesquisa qualitativa a partir da resposta do indivíduo a estímulos ambíguos – ou seja, que dêem margem a diferentes interpretações – do que um “teste” no sentido estrito do termo. Não se está testando ou medindo nada: está-se investigando. E nesse processo, está-se construindo conhecimento. A produção do indivíduo pode apresentar “sinais” de determinados conflitos ou patologias. Mas, para identificá-los e interpretá-los adequadamente, é necessário que o clínico tenha profundo conhecimento dos processos psicológicos por eles indicados. (Anzieu,

1986; Schachtel 1966). Não se trata, portanto, de simplesmente cancelar o instrumento como válido. É preciso, mais do que qualquer coisa, assegurar a boa formação do profissional que os utiliza.

Como destaca Trinca (1999), embora desde há muito se venha discutindo a avaliação das técnicas projetivas, pouca atenção foi dedicada às qualidades da mente e ao preparo do clínico que delas faz uso. O autor enfatiza o papel dos atributos pessoais do profissional, uma vez que, para compreender a dinâmica emocional inconsciente de outra pessoa, é necessário usar a própria sensibilidade e intuição. O requisito fundamental para essa prática é a mobilidade psíquica do clínico, uma atitude sem preconceitos de se deixar levar no relacionamento com o examinando que permitirá o aparecimento espontâneo das significações. O profissional deve ter aprendido a usar canais de comunicação que permitam alcançar a subjetividade e que melhor se adaptem às peculiaridades de cada examinando, e a compreender a linguagem pré-verbal e não-verbal expressa no comportamento observável. Acima de tudo, não se pode perder de vista a compreensão psicológica global do indivíduo e a subordinação do processo diagnóstico ao pensamento clínico.

Os principais avanços esperados para as técnicas projetivas não mais se centralizam no desenvolvimento e no aprimoramento dos métodos e técnicas, mas na libertação do espaço mental. A interioridade do profissional pode ser opaca, cinzenta, oclusiva, fechada, saturada, como, ao contrário, ser viva, alargada, colorida, iluminada, aberta. O espaço mental tanto pode estar enredado numa realidade cotidiana aprisionante, quanto constituir áreas livres para o acolhimento. (Trinca, 1999, p. 101)

Sob a perspectiva da formação do profissional, essas colocações evidenciam a necessidade de uma abertura do psicólogo a uma forma de conhecimento a meio caminho entre ciência e arte, que vai muito além dos limites estritos da ciência clássica. São necessários densidade pessoal e um repertório de conhecimentos e experiências diversificadas que o mero aprendizado de regras de interpretação e de receitas do tipo “isto quer dizer aquilo” jamais poderão oferecer. Deve-se ter a coragem, de acolher “cada sujeito como se fosse a primeira vez, como incomparável. A gente o acolhe sem memória, dizia Bion” (Gerard Miller, citado em Miller e Milner 2004, p. 25). Miller e Milner, que se referiam apenas aos analistas franceses, concluem: “era mesmo fatal que os analistas se chocassem com os avaliadores”. A mesma fatalidade abateu-se sobre os psicólogos que, em nossos dias, usam as técnicas projetivas no Brasil.

CONCLUSÃO

Desde a introdução do primeiro teste psicológico em nosso país por Medeiros e Albuquerque, as técnicas do exame psicológico passaram a ser aplicadas em diversas áreas. Seu uso nem sempre adequado e por profissionais nem sempre suficientemente qualificados fez com que o Conselho Federal de Psicologia se visse às voltas com várias queixas e processos judiciais, na grande maioria acionados por candidatos eliminados de concursos públicos (Alves Filho, 2002). Partindo de uma interpretação bastante frouxa de sua função de “fiscalizar” a prática profissional, o órgão, numa atitude jamais vista em qualquer outro país, outorgou-se o direito de “arbitrar” quanto ao que os psicólogos podem ou não podem usar, assumindo assim a função de instância máxima de determinação do que é uma verdade científica e do que não é. Apesar das fracas evidências da lógica subjacente às medidas quantitativas de aspectos psicológicos, o exame psicológico, agora rebatizado no Brasil como “avaliação psicológica” (uma tradução direta de *psychological assessment*), os instrumentos do campo passaram a depender da aprovação por parte de um órgão regulamentador da prática profissional que, na resolução 02/2003, define o que um “teste” deve apresentar para ser considerado “científico” e, portanto, autorizado para comercialização e uso. Adotando os critérios recomendados pela *American Psychological Association* (APA), a resolução recende Galton.

Como entender esse retrocesso, numa época em que se discutem teorias do caos e das complexidades, quando autores do porte de Walter Trinka anunciam a expectativa de avanços na área das técnicas projetivas no sentido de uma libertação mental? O que teria levado à imposição de um modelo de verdade científica do século XIX que desqualifica técnicas que não lhe sejam alinhadas?

A obra *Você quer ser mesmo avaliado*, do filósofo, linguista e ensaísta Jean-Claude Milner e do psicanalista Jacques-Alain Miller (2004), ambos franceses, traz elementos que podem esclarecer alguns aspectos dessa situação.

Em primeiro lugar, é preciso considerar – como fizemos anteriormente quanto ao final do século XIX e início do século XX – algumas características da subjetividade pós-moderna (ou moderna tardia)⁴⁴.

⁴⁴ A discussão quanto à caracterização de nossos tempos como *pós-modernidade* ou *modernidade tardia* está além do escopo deste trabalho.

Segundo Forbes (2006), que redigiu o prefácio da obra, ao contrário da modernidade fundada no “pai” e na lei, os tempos atuais vão além do pai, levando o homem contemporâneo a uma condição de *homem desbussolado*, um homem acrítico atormentado pela falta de garantias.

O sociólogo Zygmunt Bauman (1977) também aborda o assunto. Para o autor, observa-se hoje uma evidente desordem no mundo: as redes de segurança socialmente tecidas e societariamente sustentadas foram despedaçadas.

Nenhum emprego é garantido, nenhuma posição é inteiramente segura, nenhuma perícia é de utilidade duradoura, a experiência e a prática se convertem em responsabilidade logo que se tornam haveres, carreiras sedutoras muito frequentemente se revelam vias suicidas. [...] Meio de vida, posição social, reconhecimento da utilidade e merecimento da auto-estima podem todos desvanecer-se simultaneamente da noite para o dia e sem se perceber. (Bauman, 1977, p. 35)

É grande a incerteza quanto ao mundo que habitamos, tanto material quanto social. Nesse contexto, é quase impossível definir uma identidade bem delimitada, coesa, coerente. Embora isso seja insistentemente estimulado pela intensa comunicação social a que estamos expostos, ter uma identidade sólida pode ser um fardo frente às oscilações da vida.

Isso, pode-se dizer, é um traço universal dos nossos tempos e, portanto, a angústia relacionada com os problemas de identidade e com a disposição para se preocupar com toda coisa “estranha” – sobre a qual a angústia possa concentrar-se e, ao se concentrar, dar-lhe sentido – é potencialmente universal. (Bauman, 1977, p. 38)

Uma maneira de se contornar a ansiedade das incertezas relativas a si e ao mundo é o ciframento. “Vivemos a febre do ciframento”, anuncia Forbes.

Foi-se o pai, que por sua autoridade hierárquica unia os rebentos, vem o “Estado-controle” aliviar os que sofrem da angústia da liberdade alcançada; liberdade para criar e se responsabilizar pela invenção de um modo de vida que uma singularidade incomparável pede. (Forbes, 2006, p. ix)

O ciframento visa a assegurar que nada escape às medidas, que nada deixe de ter um nome; trata-se de um recurso próprio do “Estado-controle” que se defende da singularidade. Numa época de *desbussolados*, de incertezas quanto ao próprio valor, de crise de identidade, a avaliação e a categorização são “calmantes bem-vindos”. Os que participam da vida acadêmica reconhecem o ciframento nas avaliações de programas de pós-graduação pela CAPES, na avaliação de docentes para ingresso e promoção na carreira ou para aprovação de projetos de pesquisa junto às agências financiadoras. Um critério constante tem sido o número de publicações, sem que a devida atenção seja dada à qualidade ou ao conteúdo do que foi publicado.

Para Miller e Milner (2004), essa situação combina dois paradigmas decisivos da determinação do moderno: o paradigma problema-solução e o paradigma da avaliação.

No paradigma problema-solução, de início estabelece-se a existência de um problema e sua causa – uma queixa da sociedade – sem se questionar o quanto ela é fundamentada ou generalizada: “ela se estabelece como se fosse um axioma” (Miller e Milner, 2004, p.3); se há um problema, é necessário encontrar uma solução. Os autores se referem particularmente à “emenda Accoyer”⁴⁵, proposta de regulamentação da prática clínica psicológica na França que gerou grande polêmica no país, mas o paralelo com a situação-problema dos testes psicológicos no Brasil é evidente.

A solução encontrada é a avaliação – paradigma complementar ao do problema-solução. Se este último adota uma fórmula originária da matemática em seu sentido mais amplo, aquele deriva da medida calculável. E uma solução é boa quando substitui algo que causa um problema por outra coisa que faz com que o problema não exista mais, defendem os autores.

No nosso caso, o problema abrange todo o espectro das técnicas do exame psicológico. Qual foi a solução? Com base na suposição de que a demonstração matemática asseguraria a validade dos instrumentos em si, resolvem-se de uma só vez dois problemas: (a) a qualificação do profissional que faz uso dos instrumentos é assegurada pela eliminação de qualquer contribuição pessoal para os resultados, que passam a ter uma verdade em si; (b) a qualificação do teste como “autorizado” desqualifica a voz da sociedade leiga no assunto, uma vez que para esta, a decisão reveste-se do mais puro caráter científico e não pode, portanto ser, questionada.

Adaptando as colocações de Miller e Milner para nosso caso específico, tem-se, no ponto de partida, testes psicológicos; no ponto de chegada, têm-se testes avaliados e testes não avaliados, ou testes “aprovados” e “não aprovados”. Embora aparentemente não existam grandes diferenças entre esses grupos, a transformação que ocorre é que o teste aprovado passou a integrar o conjunto dos objetos avaliados. “O instrumento avaliado, mensurado, marcado, carimbado [...] passa por seu batismo burocrático... a avaliação passa a ser o alfa e o ômega da solução” (Miller e Milner, 2004, p. 4). Basta ter havido avaliação para que se tenha a solução. O que não foi avaliado, não está permitido – o oposto do que ocorria na sociedade

⁴⁵ O deputado francês Bernard Accoyer, médico otorrinolaringologista e atualmente presidente da Assembleia Nacional da França, apresentou para votação, em outubro de 2003, uma emenda que conferia ao Ministro da Saúde, em colaboração com o Ministro da Educação, o poder de fixar por decreto as condições de exercício das psicoterapias. A medida atingia particularmente os psicanalistas de diferentes formações, não médicos ou psicólogos. A emenda, substancialmente modificada, foi aprovada em 2004 como emenda Giraud-Matté.

da lei, como aponta Forbes (2006): “[na sociedade da lei] o que a lei silenciava era permitido; hoje só é permitido o que está escrito, o que pode ser avaliado de antemão e posto no papel” (p. xii). Segundo o autor:

Mais do que nunca, a sereia avaliadora nos hipnotiza com o canto rochoso que tenta interromper o navegar da aventura humana. [...] Além das aparências, a avaliação, em muitos casos atuais, é mística que irresponsabiliza a ação humana construindo equivalências, catalogando nossas ações em prateleiras burocráticas, para boi dormir. (idem, *ibidem*)

Os avaliadores asseguram decisões livres de erro e, segundo Miller e Milner, no mundo contemporâneo a avaliação adquire o caráter de seita que se apresenta como uma busca de eficiência máxima. O fascínio das certezas absolutas, de certo “fundamentalismo” presente nos nossos dias também é observado por Bauman (1997). Tal fascínio seria essencialmente o de livrar os adeptos da angústia da escolha. Uma vez que se tenha uma autoridade máxima e inquestionável, “a pessoa sabe para onde olhar quando as decisões da vida devem ser tomadas, nas questões grandes e pequenas, e sabe, olhando para ali, ela faz a coisa certa, sendo evitado, desse modo, o pavor de correr risco” (Bauman, 1977, p. 228). Para compensar a inevitável insuficiência dos membros individuais, é oferecida a promessa de desenvolvimento dos infinitos poderes do grupo. A subordinação das escolhas individuais às normas estabelecidas em nome do grupo apresenta-se como inteiramente justificada.

O espetáculo moderno exprime [...] o que a sociedade *pode fazer*, mas nesta expressão o *permitido* opõe-se absolutamente ao *possível*. O espetáculo é a conservação da inconsciência na modificação prática das condições de existência. Ele é o seu próprio produto, e ele próprio fez as suas regras: é um pseudo-sagrado. (Debord, 1967, aforismo 25)

Como destaca Forbes (2006, p. xi), “se na França é o estado que desconfia dos ‘psis’, querendo expulsar os charlatães, no Brasil são os próprios ‘psis’, ou melhor, alguns ‘psis’ que se auto-ortogam o poder avaliador, criando associações que se querem saneadoras”. Sob essa perspectiva é compreensível o uso recorrente da expressão “fazer uma faxina” pelos avaliadores, pois o que se tem em vista é a exclusão dos elementos duvidosos da profissão, a eliminação do indesejável.

A faxina pretendida pelo CFP como solução para a pretensa queixa generalizada quanto ao mau uso dos “testes psicológicos” sem dúvida lhe trouxe algumas vantagens imediatas: o órgão adquiriu visibilidade e mostrou serviço para a sociedade, e aparentemente solucionou o problema. Mas outras são menos evidentes.

Ao privilegiar os instrumentos psicométricos e “objetivos”, cuja avaliação pode ser feita por um software ou um crivo, elimina a participação da “subjetividade” do

examinador e, talvez mais desejável, também a responsabilidade do profissional pelos resultados apresentados. Contando com tabelas de escalonamento estatístico ou softwares usados de modo mecânico obtêm-se resultados numéricos “inquestionáveis”, pois todos os avaliadores fatalmente chegarão aos mesmos valores. Em contrapartida, o examinado que se sentir prejudicado ou injustiçado pouco terá a fazer, pois o instrumento conta com um “certificado de qualidade” emitido pela instância de autoridade máxima da categoria profissional, pouco importando que esse poder de determinar o que é certo e o que é errado tenha sido auto-ortorgado. *O instrumento é válido*, seja qual for a qualificação do profissional que o utiliza.

Como já fizera Galton, que se armou de gráficos, tabelas e números para convencer a comunidade científica – e a sociedade em geral – da cientificidade de suas hipóteses eugenistas, a espetacularização da questão da avaliação psicológica, a explicitação do problema e a solução vislumbrada que o elimina – a matematização da vida psicológica – procuram impor aos profissionais subordinados, e à sociedade, uma *Weltanschauung* que ordena o mundo e retira do psicólogo a responsabilidade pelas escolhas que faz e as conclusões a que chega. Se as técnicas aprovadas de fato funcionam, não é relevante – o que também é próprio da “sociedade do espetáculo”, como identifica Debord (1967). Mas os números estão lá e a aparência de comprovação científica parece ser suficiente.

O espírito de Platão recusa-se a morrer. Não conseguimos escapar da tradição filosófica segundo a qual tudo quanto vemos no mundo é apenas representação imperfeita e superficial de uma realidade subjacente. Grande parte do fascínio pela estatística tem raízes numa crença arraigada – e nunca devemos confiar em crenças arraigadas – de que as medidas abstratas que resumem amplos quadros de dados com certeza expressam algo mais real e fundamental que os próprios dados. (Gould, p. 252)

Como vimos, o campo científico é uma atividade social sujeita aos conflitos de forças nele presentes, e a definição dos critérios quanto ao que é aceitável como científico está diretamente relacionada ao peso dessas forças. Mas certamente o conhecimento não se limita ao entendimento que têm, do objeto, aqueles que dominam o campo. Nas palavras de Figueiredo,

o conhecimento científico é, fundamentalmente, um conhecimento das formas históricas das relações práticas que a humanidade instaura com a matéria, criando e recriando assim as ordens naturais. Diferentes modalidades de teorização e prática psicológica correspondem a diferentes formas de relações que os sujeitos instauram entre si no contexto da vida em sociedade. (Figueiredo, 1989, p. 205)

Se a Psicologia apresenta multiplicidade de enfoques, continua o autor, isso não se deve à complexidade da natureza humana, mas antes à complexidade e contraditoriedade das

formas de relação social. Cada uma dessas formas tem seu próprio modo de ser elucidada, o que não significa que as diferentes formas de relação social existam separadas em compartimentos estanques.

Elas compõem o todo cindido e conflitivo do indivíduo humano [...] Negar relevância ou pertinência a uma psicologia como “ciência natural”, com a alegação de que ela “não respeita a natureza do seu objeto” é tentar, por um passe de mágica, negar a existência das relações sociais que lhe servem de fundamento e que nela se expressam. Mas, ao contrário, a exclusão das psicologias de inspiração romântica, denunciando-as como não-científicas seria excluir do campo da psicologia todas as relações baseadas no diálogo e que visam à mútua compreensão e ao consenso, que também são críticos na manutenção da vida em sociedade (mesmo nas autoritárias). (Figueiredo, 1989, p. 205-206)

Uma unificação só seria possível no plano de uma crítica histórica e epistemológica à psicologia como ciência, conclui o autor. Nesse plano, as divergências e conflitos seriam explicitados e conservados, sem que as diferenças fossem banidas. “As alternativas teriam seus direitos assegurados e suas responsabilidades cognitivas e sociais bem definidas” (Figueiredo, 1989, p. 206).

Onde isso seria possível? Parece-me que o lócus mais adequado para o exercício dessa crítica sejam as instituições que atendam a pelo menos dois critérios: (1) produzem conhecimento e (2) abrigam a diversidade de perspectivas da Psicologia. Ou seja, as universidades. É esse o lócus para a reflexão, o uso da crítica e a voz para as Psicologias que, por questões do momento, correm o risco de ser extirpadas. É fundamental que nós, professores universitários, exercitemos junto a nossos alunos essa reflexão e crítica. Como recomenda Figueiredo (1989, p. 207)

Quando trazemos um aluno para o terreno pantanoso da psicologia deveríamos assumir a responsabilidade de propiciar-lhe as condições de exercer a crítica racional diante das alternativas que lhe abrimos e dos impasses com que o defrontamos. Não se deve esquecer que um dos mecanismos de defesa contra a incerteza é o dogmatismo, e não é a toa que entre os psicólogos campeiam, lado a lado, o ecletismo pragmático e o dogmatismo acrítico e irracionalista.

A questão da hoje denominada “avaliação psicológica” é complexa, multifacetada e envolve aspectos interligados de modo inextricável que merecem abordagens menos simplistas que a mera validação estatística dos instrumentos – um critério copiado de associações que operam em nações de tradições históricas, culturais, sociais e científicas bastante diferentes das nossas. Iniciativas voltadas para um único aspecto da questão não têm mais do que a aparência de ser a solução definitiva. Para realmente garantir a qualidade do serviço prestado pelos psicólogos à sociedade brasileira, é necessário atentar para a

qualificação dos profissionais de Psicologia de maneira geral, pois a questão certamente não se restringe aos instrumentos utilizados ou à área da avaliação psicológica; por melhor que sejam as técnicas usadas pelos psicólogos, sem dúvida levarão ao erro quando utilizados por profissionais inaptos.

Observando a evolução dos instrumentos de investigação psicológica, podem-se identificar homens que enveredaram para a ênfase na forma, nas fórmulas, nos números, organizando dados em entidades discretas que não se comunicam, asseguradas como certezas científicas; mas houve outros que, voltados para a identificação das potencialidades e dificuldades de indivíduos singulares, usavam seus instrumentos para explorar o que sabiam jamais poderia ser medido ou mesmo expresso em palavras; seus instrumentos, jamais considerados como portadores de verdades autônomas, permitiam em uma garimpagem de informações que, em conjunto com dados originários de outras fontes, poderiam levá-los a elaborar uma aproximação dos recursos, vulnerabilidades e peculiaridades de cada indivíduo, não com o objetivo de classificá-lo ou excluí-lo, mas sim de compreendê-lo e ajudá-lo. Aventurar-se nessa dimensão é abraçar a incerteza, trazê-la para a arena, colocá-la sob os holofotes e aceitar, sim, a incapacidade de apreender o lado dionisíaco do homem. Para aproximar-se dessa dimensão, é preciso um tanto de arte⁴⁶ – algo que meros números jamais poderão contemplar.

Com a palavra, Friedrich Nietzsche (1873, p.31):

Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem-número de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da "história universal": mas também foi somente um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer. [...] Houve eternidades em que ele não estava; quando de novo ele tiver passado, nada terá acontecido.

⁴⁶ Um dado comum aos criadores de instrumentos clínicos é o interesse pelas artes. Binet era assíduo frequentador de teatros e chegou a escrever suas próprias peças. No âmbito das técnicas projetivas, Hermann Rorschach cogitara seguir a carreira de artista plástico antes de optar pela Medicina; apaixonado pelas imagens, fotografava os pacientes para compreendê-los melhor. Henry Murray, um dos autores do TAT, era um leitor voraz, particularmente apaixonado pela obra de Hermann Melville; Christianna Morgan, co-autora do TAT, pintava; Jung esculpia. Interessante observar que Galton sempre teve aversão pelas artes.

Referências bibliográficas

1. ALLPORT, G. W. (1939). The psychologists' frame of reference. Em HILGARD, E.R. **American Psychology in historical perspective: addresses of the presidents of the American Psychological Association, 1892-1977**. Washington, D.C.: American Psychological Association, 1978.
2. ALVES Fº, F. (2002) Qualquer uma das alternativas: Conselho Federal de Psicologia decide avaliar, pela primeira vez, a eficácia dos testes psicológicos usados no Brasil. **ISTO É**, ed. 1721. Disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/25819_QUALQUER+UMA+DAS+ALTERNATIVAS?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage
3. ANASTASI, A. e URBINA, S. (2000) **Testagem psicológica**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
4. ANCONA-LOPEZ, M. (1995) **Psicodiagnóstico: processo de intervenção**. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
5. ANTUNES, M. A. M. (2004) A psicologia no Brasil no século XX. Em MASSIMI, M. e GUEDES, M. C. (orgs.) **História da Psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: EDUC; Cortez.
6. ANZIEU, D. (1976) Os métodos projetivos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1986.
7. AUGRAS, M (1984) Prefacio. Em SILVA, E. F. (org) (1984). **O Teste de Apercepção Temática de Murray (TAT) na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
8. BANDURA, A. (1999). A social cognitive theory of personality. In L. Pervin & O. John (Ed.), **Handbook of personality** (2nd ed., pp. 154-196). New York: Guilford Publications.
9. BAUMAN, Z. (1997) **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
10. BINET, A. (1894) **Introduction à la psychologie expérimentale**. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148>. Acessado em 12 de abril de 2009.
11. _____ (1903) **L'Étude Expérimentale de l'Intelligence**. Paris: Schleicher Frères.
12. _____ (1905). New Methods for the Diagnosis of the Intellectual Level of Subnormals. **L'Année Psychologique**, 12, 191-244. Disponível em www.psychclassics.yorku.ca/Binet/. Acessado em 12 de abril de 2009.
13. BROOKES, M. (2004) **Extreme measures: the dark visions and bright ideas of Sir Francis Galton**. New York: Bloomsbury Publishing.
14. BOURDIEU, P. (1994) **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
15. _____. (1997) **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
16. CALIL, R. C. C.; ARRUDA, S. L. B. (2004) Reflexões sobre o método qualitativo em ciências humanas. Em GRUBITS, S.; NORIEGA J. A. V. (orgs.) **Método qualitativo: epistemologia, complementariedade e campos de aplicação**. São Paulo: Vetor.
17. CATTELL, J. McK. (1890). **Mental tests and measurements**. Disponível em <http://psychclassics.yorku.ca/Cattell/mental.htm>. Acessado em 12 de abril de 2009.

18. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N° 02/1987**. Disponível em http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/codigo_etica/
19. _____. **Resolução N° 02/2003**. Disponível em http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/resolucao/resolucao_2003_002.html
20. DANZIGER, K. (1990) **Constructing the subject: historical origins of psychological research**. New York: Cambridge University Press.
21. DEBORD, G. (1967) **A sociedade do espetáculo**. eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>. Último acesso: 05 de janeiro de 2010.
22. DUFOUR, D-R. (2003) **A arte de reduzir cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
23. EXNER, J. E. JR (1997). **The Rorschach: a comprehensive system**. 4th ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Ltd., 2003
24. FANCHER, R. E. (1979) **Pioneers of Psychology**. 3rd edition. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1996.
25. _____. (1983) Biographical origins of Francis Galton's psychology. **ISIS**, 1983, 74: 227-233.
26. _____. (2001) Eugenics and other Victorian "secular religions". Em Green, C. D.; Shore, M.; Teo, T. (ed.). **The transformation of psychology: influences of 19th century philosophy, technology, and natural science**. Washington, D.C.: American Psychological Association.
27. FIGUEIREDO, L. C. M. (1989) **Matrizes do pensamento psicológico**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
28. FORBES, J. (2006). Prefácio. Em MILLER, J-A; MILNER, J-C. (2004) **Você quer mesmo ser avaliado?: entrevistas sobre uma máquina de impostura**. Barueri, SP: Manole.
29. _____ (2009). **Saúde pública sem metáfora**. Disponível em <http://jorgeforbes.tempsite.ws/index.php?id=216>
30. GALTON, F. (1908) **Memories of my life**. Disponível em <http://galton.org/books/memories>. Acessado em 12 de abril de 2009.
31. _____. (1869). **Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences**. 2nd edition. London: McMillan and Co., 1892. Disponível em <http://galton.org/books/hereditary-genius>. Acessado em 12 de abril de 2009.
32. _____. (1883) **Inquiries into human faculties and its development**. Disponível em <http://galton.org/books/human-faculty>. Acessado em 12 de abril de 2009.
33. GODDARD, H. H. (1912) **The Kallikak Family: a study in the heredity of feeble-mindedness**. Disponível em <http://psychclassics.yorku.ca/Goddard>. Acessado em 12 de abril de 2009.
34. GODDARD, H. H. (1914) **Feeble-mindedness: its causes and consequences**. New York: McMillan.
35. GOMES, W. G. (2004) Avaliação psicológica no Brasil: Tests de Medeiros e Albuquerque. **Aval. psicol.** v.3 n.1, Porto Alegre, jun. 2004.
36. GOODWIN, C. J. (2005) **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix.

37. GOULD, S. J. (1981) **A falsa medida do homem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
38. GUIMARÃES, L. A. M.; MARTINS, D. A.; GUIMARÃES, P. M. (2004) Os métodos qualitativo e quantitativo: similaridades e complementariedade. Em GRUBITS, S.; NORIEGA J. A. V. (orgs.) **Método qualitativo: epistemologia, complementariedade e campos de aplicação**. São Paulo: Vetor.
39. HOTHERSALL, D. (1984) **História da Psicologia**. 4ª ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2006
40. HUNT, M. (1993) **The story of psychology**. New York: Anchor Books, 1994.
41. LEAHEY, T. H. (1983) **A History of Psychology: main currents in psychological thought**, Sixth edition. Prentice Hall, 2003.
42. LEVY, S. (1980). Desenho Projetivo da Figura Humana. Em Hammer, E. **Aplicações clínicas dos desenhos projetivos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.
43. MARTIN, O. La mesure en psychologie de Binet à Thurstone. **Revue de synthèse** 4e S. N° 4, oct-déc, 1977, p. 457-493.
44. MATARAZZO, J. D. **Wechsler: medida e avaliação da inteligência do adulto**. São Paulo: Manole Editora, 1976.
45. MARX, M. H.; HILLIX, W. A. (1963) **Sistemas e teorias em psicologia**. 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
46. MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C. C. (1924) **Tests: introdução ao estudo dos meios científicos de julgar a inteligência e a aplicação dos alunos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.
47. MEYER, G; FINN, S.E.; EYDE, L; KAY, G; MORELAND, K.; DIES, R.; EISMAN, E; KUBISN, T. e REED, G. (2001) Psychological Testing and Psychological Assessment, em **American Psychologist**. Vol. 56, N° 2, February, 2001 American Psychological Association.
48. MILLER, J-A; MILNER, J-C. (2004) **Você quer mesmo ser avaliado?: entrevistas sobre uma máquina de impostura**. Barueri, SP: Manole, 2006.
49. MONTAGNA, M. E. (1988) **Análise e interpretação do CAT**. São Paulo: EPU.
50. MORGHENTHALER, W. (sd). Introdução à técnica do Psicodiagnóstico de Rorschach. Em **Psicodiagnóstico**. São Paulo: Mestre-Jou, 1967.
51. NIETZSCHE, F. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. Em **Obras Incompletas/Friederich Nietzsche**. seleção de textos de Gérard Lebrun. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
52. PERVIN, L. A.; CERVONE, D; JOHN, O. P. (2005) **Personality: theory and research**. Hoboken, NJ: Johns Wiley & Sons, Inc.
53. PIOTROWSKI, Z. A. (1957) **Perceptanalysis: the Rorschach method fundamentally reworked, expanded, and systematized**, second printing. Filadélfia, PA: Ex Libris, 1965.
54. POLLACK, R. H.; BRENNER. M. W. (editores) (1969) **The experimental psychology of Alfred Binet: selected papers**. New York, Springer Publishing Company, Inc.
55. RORSCHACH, H. (1921) **Psicodiagnóstico**. 8ª ed. São Paulo: Mestre-Jou, 1967.
56. SCHACHTEL, E. G. (1966) **Experiential foundations of Rorschach's test**. Hillside, NJ: The Analytic Press, 2001.

57. SCHNEIDER, W. H. After Binet: French intelligence testing, 1900-1950. **Journal of the History of Behavioral Sciences**. Vol. 28, Apr. 1992, 111-133.
58. SIEGLER, R. S. (1992) The other Alfred Binet. **Developmental Psychology**, 1992, Vol. 28, No. 2. 179-190.
59. _____ (1984) **O Teste de Apercepção Temática de Murray (TAT) na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
60. SILVA, M. C. V. M. (1983) **Características de época dos estímulos e sua influência nas respostas ao TAT**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade de São Paulo.
61. _____ (1988) **TAT: aplicação e interpretação do Teste de Apercepção Temática**. São Paulo: EPU
62. _____ (2008) As técnicas projetivas gráficas. Em VILLEMOR-AMARAL, A. E; WERLANG, B. S. **Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
63. SOUSA, C.C. (1955) **O método de Rorschach**. 2ª ed. São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica, 1971.
64. TAVARES, M. (2003) Validade clínica. **Psico-USF**, v. 8, n. 2, p. 125-136, Jul./Dez
65. TERMAN, L. M. (1916) **The measurement of intelligence: an explanation of and a complete guide for the use of the Stanford revision and extension of the Binet-Simon Intelligence Scale**. Cambridge, (MA): The Riverside Press.
66. _____ (1916a). **The uses of intelligence tests**. Disponível em <http://psychclassics.asu.edu/Terman/terman1.htm>.
67. _____ (1923) The mental test as a psychological method. Em HILGARD, E.R. **American Psychology in historical perspective: addresses of the presidents of the American Psychological Association, 1892-1977**. Washington, D.C.: American Psychological Association, 1978.
68. TRINCA., W. (1999). **Psicanálise e expansão da consciência: apontamentos para o novo milênio**. São Paulo: Vetor.
69. VASCONCELOS, M. D. (2002) Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educ. Soc.** vol.23 no.78 Campinas Apr. 2002.
70. WALLER, J. C. (2004) Becoming a Darwinian: the Micro-politics of Sir Francis Galton's scientific career 1859-65. **Annals of Sciences**, 61 (2004), 141-163.
71. WARD, S.C. **Modernizing the mind: psychological knowledge and the remaking of society**. New York: Praeger Publishers, 2002.
72. WATSON, R. I. (1951). **The clinical method in psychology**. New York, USA: Harper & Brothers.
73. WHITE, J. (2006) **Intelligence, destiny and education: the ideological roots of intelligence testing**. Londres: Routledge.
74. WOLF, T. H. (1973) **Alfred Binet**. Chicago: The University of Chicago Press.

75. YERKES, R. M. (1918) Psychology in relation to war. Em HILGARD, E.R. **American Psychology in historical perspective: addresses of the presidents of the American Psychological Association, 1892-1977**. Washington, D.C.: American Psychological Association, 1978.
76. ZAZZO, R. (1993) Alfred Binet. Em **Prospects: the quarterly review of comparative education**. Paris, UNESCO: International Bureau of Education, vol. XXIII, no. 1/2, 1993, p. 101-112.
77. ZILLMER, E. A.; HARROWER, M.; RITZLER, B. A.; ARCHER, R. P. (1995). **The quest for the Nazi personality: a psychological investigation of Nazi war criminals**. Hillsdale (NJ): Lawrence Earlbaum Associates, Inc.

Créditos das fotografias

Figura 1. Francis Galton

Disponível em <http://www.huxley.net/contexts/index.html>

Figura 2. Alfred Binet

Disponível em http://sitemaker.umich.edu/356.loh/alfred_binet

Figura 3. Imigrantes chegam aos Estados Unidos

Disponível em <http://www.mansfieldct.org/Schools/MMS/staff/stratton/TL%20Website/Immigration.htm>

Figura 4. Deborah Kallykak

Disponível em <http://www.mnddc.org/parallels/four/4d/8.html>

Figura 5. Manifestação pró-eugenia em Wall Street (NY)

Disponível em <http://www.accd.edu/sac/honors/main/papers02/Judge.htm>

Figura 6. Carl Gustav Jung

Disponível em

http://3.bp.blogspot.com/_h13o1VN68GU/R1HXXYxCFzI/AAAAAAAAAg8/sASvBtjdfpM/s1600-R/JUNG++Copy_of_Jung_photo_8-11-04+A.jpg

Figura 7. Hermann Rorschach

Disponível em <http://philosophyofscienceportal.blogspot.com/2009/07/hermann-rorschachs-inkblots-and.html>

Figura 8. Medeiros e Albuquerque

Disponível em

http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4678&sid=453&tpl=view_exposicoes_indice.htm